



HORIZONTE

7

REVISTA TRIMESTRAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

A Revista HORIZONTE é uma publicação trimestral de professores e pesquisadores, editada pela Universidade Federal da Paraíba.

Nenhuma parte desta revista pode ser reproduzida, eletrônica ou mecanicamente, por qualquer forma de cópia ou gravação, ou sistema de armazenagem de informação, sem permissão por escrito da Editora Universitária/UFPb. Excetuam-se citações de trechos relacionados com crítica, ou registro em livros, jornais, periódicos, rádios ou TV.

Os trabalhos assinados são da inteira responsabilidade de seus autores.

À Comissão Editorial reserva-se o direito de rever todos os trabalhos no sentido de os unificar segundo critérios, ortográficos, bibliográficos e tipográficos adotados.

Correspondência e material para publicação:

Francisco PONTES DA SILVA, Editora Universitária, Campus Universitário 58.000 João Pessoa – PB.

Assinatura :	Cr\$ 140,00
Número Avulso :	Cr\$ 45,00
Número Atrasado:	Cr\$ 35,00

7

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

HORIZONTE

REVISTA TRIMESTRAL DA UFPB

ANO III - ABR/JUN DE 1978



Helder do Nascimento Viana

e Margarida Maria Santos Dias

Rua Israel Meira Lima, 77 Fone 247-1070

Altiplano Cabo Branco - Joao Pessoa - PB

COMISSÃO EDITORIAL

Francisco Pontes da Silva

José Elias Barbosa Borges

Marco Aurélio de Oliveira Barros

Heber Carlos Ferreira

Milton Ferreira de Paiva

DIRETOR:

Prof. Francisco Pontes da Silva



HORIZONTE

João Pessoa

Nº 7

p.113/224

abr/jun/78

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP. 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

SUMÁRIO

- 117** **SOCIALIZAÇÃO DO RISCO MÉDICO**
Genival Veloso de França
- 131** **PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE ENFERMAGEM**
Eduardo Leandro Cuestas
Márcia Marques de Araújo
Mirtha Montañes de Cuestas
Maria de Fátima Cordeiro Santos
- 146** **A VISÃO ROUSSEAUNIANA: O ESTADO COMO INSTRUMENTO DE IGUALDADE E DE LIBERDADE**
Rômulo de Araújo Lima
Rubens Pinto Lyra
- 162** **O PAPEL DA UNIVERSIDADE DIANTE DA DEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PLANO DA TECNOLOGIA SOCIAL DE ADMINISTRAÇÃO**
Mauro Nunes Pereira
- 177** **A BALEIA NO NORDESTE BRASILEIRO**
Marcos A. Scaico
- 188** **SEA SU PROPIO MÉDICO: UN NUEVO ÊNFASIS EN LA EDUCACIÓN DE ADULTOS COM MEDIO DE PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES**
Elena Viveros Jarry
- 195** **PEDAGOGIA DO FRACASSO**
Antônio de Souza Sobrinho
- 199** **CRUX INTERPRETUM**
Hamilton Elia
- 203** **GOVERNO KUBITSCHKEK - O POPULARISMO EM PONTO ÓTIMO**
José Octávio
- 219** **LIVROS**

COLABORAM NESTE NÚMERO

GENIVAL VELOSO DE FRANÇA

Prof. do Departamento de Prática Forense e Organização Jurídica
do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFPb

EDUARDO LEANDRO CUESTAS

Coordenador Adjunto do Programa de Desenvolvimento
Integrado de Recursos Humanos para a Saúde, do
Centro de Ciências da Saúde da UFPb

MÁRCIA MARQUES DE ARAÚJO

Coordenadora do Curso de Enfermagem do
Centro de Ciências da Saúde da UFPb

MIRTHA MONTAÑES DE CUESTAS

Profa. Visitante do Núcleo de Apoio Pedagógico
do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFPb

MARIA DE FÁTIMA CORDEIRO SANTOS

Profa. Colaboradora do Departamento de
Ciências Sociais

RÔMULO DE ARAÚJO LIMA

Prof. Assistente da Universidade Regional do Nordeste

RUBENS PINTO LYRA

Prof. de Teoria do Estado da Universidade Regional
do Nordeste

MAURO NUNES PEREIRA

Membro do Centro Brasileiro de Apoio à
Pequena e Média Empresa (CEBRAE)

MARCOS A. SCAICO

Prof. do Departamento de Biologia do Centro
de Ciências Exatas e da Natureza da UFPb

ELENA VIVEROS JARRY

Profa. do Curso de Pós-Graduação em Educação Permanente
do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da UFPb

ANTÔNIO DE SOUZA SOBRINHO

Prof. de Sociologia do Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes da UFPb

HAMILTON ELIA

Prof. de Língua Portuguesa da Escola Naval do Rio de Janeiro

JOSÉ OCTÁVIO

Prof. de História do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes da UFPb

AOS COLABORADORES

Os trabalhos encaminhados para publicação devem obedecer às seguintes normas:

- Ser inédito e destinar-se exclusivamente à Revista HORIZONTE.
- Ser escrito em língua portuguesa, inglesa, francesa ou espanhola.
- Limitar-se ao mínimo de 4 e a um máximo de 25 folhas, datilografadas com espaço duplo, em papel tamanho ofício em um só lado. Todas as folhas devem ser numeradas consecutivamente, com algarismos arábicos, no canto superior direito.
- O trabalho deve ter uma folha de rosto com título, nome (s) do (s) autor (es) e instituição a qual está (ão) vinculado (s).
- Desenhos e gráficos devem ser feitos à tinta nanquim em papel vegetal com letras normografadas.
- Fotografias devem ser colocadas em folha à parte, numeradas com algarismos arábicos e identificadas com legendas e indicações da página do texto onde deverão constar.
- Referências bibliográficas devem ser citadas conforme normas da ABNT.

Horizonte ; revista trimestral da Universidade Federal da Paraíba

V.1 - julho/agosto - 1976

João Pessoa - UFPb

1. Educação Superior - Periódicos. I. Título

UFPb/BC

SOCIALIZAÇÃO DO RISCO MÉDICO (*)

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Genival Veloso de França

Não podemos omitir o fato de a Medicina atual ter tomado rumos diferentes da de antigamente. Uma verdadeira multidão de acontecimentos e situações começa a se verificar em nosso derredor, como contingência da modernização de meios e de pensamentos. Não estamos mais na época em que o médico exercia, de forma quase solitária e espiritual, uma atividade junto a quem pessoalmente conhecia. Hoje, é ele um pequeno executivo que se rege por regras e diretrizes traçadas por uma elite burocrática que tudo sabe e tudo explica. A Medicina-Arte agoniza nas mãos da Medicina-Técnica. A erudição médica vai sendo substituída por uma sólida estrutura instrumental.

O médico de família morreu. Deu lugar ao técnico altamente especializado, que trabalha de forma fria e impessoal, voltado quase que exclusivamente para esses meios extraordinários que a Tecnologia do momento pode oferecer. Surge o médico de plantão, ou de turno.

Esse médico foi obrigado a trocar uma deontologia clássica e universal por um sistema de normas compatíveis com a realidade vigente, nem sempre ajustáveis com sua consciência e determinação. Viu-se envolvido por uma terrível espiral irreversível, onde certos valores afetivos, consagrados como úteis e necessários, converteram-se em solicitações que o imediatismo exige para a satisfação de ordem puramente material. Não se diga que tudo isso tem como responsável o médico. Nasceu do próprio mundo.

Mudou também o paciente. Antes, era ele um grande preocupado com suas obrigações. Hoje ele o é também com seus direitos. Já começa a contestar e exigir diversas condutas ou faz da doença a matéria-prima de sua própria sobrevivência.

A Sociedade, por sua vez, também não ficou indiferente às mudanças. A sociedade capitalista-industrial, utilitarista e pragmática, embasada em parâmetros de produção e consumo, sacrifica o indivíduo como ser humano e tende à supervalorização

(*) - Tema Oficial apresentado ao 5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA LEGAL, em Belo Horizonte, de 9 a 13 de dezembro de 1978.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 117/130	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

do coletivo. Gera-se uma mentalidade tecnocrata embriagada com os vertiginosos sucessos, em que o homem começa a ser despersonalizado e desvalorizado como uma simples coisa, inexpressivamente, colocado dentro dessa pungente realidade que ele próprio criou, e não pode mais controlá-la. Este pensamento instituiu uma modalidade de medicina, onde o homem passou a ser um grande enfermo numa coletividade crescentemente mais alienada. Essa sociedade criou a medicina dos sintomas.

Apareceram as Empresas Médicas privadas, cada dia mais proliferantes, cada dia mais opulentas. E já surgem as multinacionais de serviços médicos, segurando a saúde em qualquer canto do mundo que alguém possa estar, mudando apenas as cores de suas cruzes. A doença passou a ser uma fonte de riqueza.

Já se disse com muita propriedade que, assim como o humilde farmacêutico que manipulava as fórmulas médicas, o simpático guarda-livros e o lírico comerciante de bairro foram substituídos, respectivamente, pelos poderosos complexos industriais farmacêuticos, pelos requintados escritórios de auditoria e planejamento e pelos majestosos supermercados; numa luta impiedosa e desigual, na tentativa da conquista dos mercados. A Medicina também não está conseguindo livrar-se desse fatalismo.

O médico, por sua vez, o pobre médico isolado e esquecido, de dois empregos e volkswagen à prestação, não pode ser responsável por um estado de coisas que ele não criou, para o qual não foi consultado e para o qual não concorreu. Esse médico não vai poder sobreviver com dignidade ou mesmo com as mínimas condições de subsistência. Terá de ser fatalmente atraído e esmagado pela engrenagem das grandes Empresas Médicas, gananciosas e desumanas, ávidas de mão-de-obra barata e lucros formidáveis.

Finalmente, surgiu o risco. Há certas profissões, e a Medicina é uma delas, que, por sua natureza e circunstâncias, criam perigo de danos a outrem. Não existe médico, por menos experiente que seja ou paciente por mais ingênuo que possa parecer, que não estejam cientes do risco gerado na tentativa de salvar uma vida ou restabelecer uma saúde. Mesmo o mais tímido e discreto ato médico é passível de risco.

Esse é o preço que vem pagando o paciente pelos mais espetaculares progressos que a tecnologia tem emprestado à Medicina. Assim, tem sido o tributo de todas as comunidades beneficiadas pela civilização hodierna. São as vantagens do risco-criado.

RISCO. A Medicina atual nada mais é do que uma sucessão de riscos.

O grande arsenal tecnológico de que a Ciência Médica atualmente dispõe, trouxe, para o homem, inestimáveis proveitos. Por outro lado, essa nova ordem não pôde evitar que surgissem mais acidentes no exercício da nossa profissão.

O homem vive a era do risco.

Desde o instante em que a vida social passou a ser abalada pelos modernos meios e recursos cibernéticos, um elenco muito variado de riscos foi aparecendo e, por conseguinte, aumentando assustadoramente o número de danos sem reparação, em face da dificuldade de se estabelecer a culpa do autor. E esse autor é todo aquele que se

beneficia com uma atividade, mesmo que ela nem sempre seja a causadora do prejuízo. O risco é o preço e a razão de uma atividade.

Ainda que a relação médico-paciente seja um contrato de diligência ou de meios, e não de resultados, o equilíbrio só seria restituído se o paciente vítima de um acidente médico pudesse ser ressarcido no seu dano.

O acidente médico é, não raro, inevitável e inesperado, e suas causas são, sob o ponto de vista subjetivo, dificilmente determinadas. Por isso, a tendência contemporânea, no que se refere ao aspecto civil do dano médico, é substituir a noção de responsabilidade pela noção de risco. Não se pode mais aceitar comodamente a força cega do destino - o *act of God*. Fazer do dano um simples fruto do acaso, sem nenhum responsável, é uma forma cômoda e simplista de resolver um problema sério, mas, é, sem dúvida, uma grande injustiça.

Não se pode negar o avanço da doutrina do risco nas legislações mais modernas. O grande exemplo, entre nós, é a Lei de Acidentes do Trabalho. Antes, ficava o empregado quase totalmente desamparado em virtude da impossibilidade de provar a culpa do empregador. Essa modalidade de injustiça chamou a atenção dos juristas, até que se conseguiu nova interpretação da culpa quando, mesmo permanecendo em seus fundamentos, separou-a da responsabilidade. Foi simplesmente a substituição da culpa pelo risco na determinação da responsabilidade.

É aqui nessa doutrina que o homem simples, o simples homem da rua, o fraco, o desprotegido, o carente de recursos e de amparo, o marginalizado dos nossos tempos e os que não têm acesso fácil à Justiça, encontrariam melhor acolhida e maior tutela.

Sendo assim, é muito natural que as modernas legislações fujam do subjetivismo, que necessita de arbítrio, para certos deveres predeterminados. Não existe atualmente nenhuma atividade humana de alto risco que não esteja com a sua responsabilidade civil segurada. Acreditamos que, no futuro, toda questão de responsabilidade será simplesmente um caso de reparação, embora ela não represente uma indenização ideal do dano sofrido. É preciso salvar o dano, pois o que se observa no momento é que as leis tanto tendem em favor da vítima como em favor do autor, pois nenhum dos dois estão interessados no resultado danoso.

O médico compromete-se a utilizar todos os meios e recursos ao seu alcance, com a maior prudência e a melhor diligência, no intuito de atingir um bom resultado. Todavia, aleatório e incerto.

A Medicina antiga, inibida, solitária e quase espiritual, incapaz de grandes resultados, era menos danosa porque gerava pouco risco. Nos nossos dias, há uma possibilidade tão grande de risco e dano que, em certas ocasiões o médico passou a omitir-se. Já se faz introduzir no organismo substâncias de inesperados efeitos colaterais e nos vasos catéteres que vão até o coração, afora as técnicas cirúrgicas mais perigosas e ousadas.

A falibilidade do médico e da Medicina é inquestionável. É ela aceita pela doutrina, pela lei e pela jurisprudência, principalmente sob o ângulo penal e moral. No entanto, quanto à responsabilidade civil, esta chega a ser quase ilimitada. Os tribunais passaram a entender que a reparação civil do dano é um feito indiscutível. Já afirmaram que, assim como é injusto o médico responder pela falibilidade da ciência ou por própria limitação, mais injusto seria deixar o paciente à sua própria sorte; quando, buscando um bem, encontrou um mal. Ou que se deixe abater sobre a vítima todo o peso do seu infortúnio.

Outros admitem que, da mesma maneira como a Sociedade é beneficiada pelo progresso das ciências médicas, essa mesma comunidade deve aceitar as falhas oriundas deste tal progresso.

O certo é que, em todo contrato que pressupõe um perigo, existe, de início, uma obrigação de garantia, estabelecida pelos princípios da responsabilidade civil.

RESPONSABILIDADE CIVIL. "O fundamento da responsabilidade civil está na alteração do equilíbrio social, produzida por um prejuízo causado a um dos seus membros. O dano sofrido por um indivíduo preocupa todo o grupo porque, egoisticamente, todos se sentem ameaçados pela possibilidade de, mais cedo ou mais tarde, sofrerem os mesmos danos, menores, iguais e até maiores" (Hermes Rodrigues de Alcântara, *Responsabilidade Médica*, José Konfino Editor, Rio de Janeiro, 1971).

A responsabilidade civil gira em torno de duas teorias: a subjetiva e a objetiva.

A teoria subjetiva tem na culpa seu fundamento basilar. No âmbito das questões civis, a expressão culpa tem um sentido muito amplo. Vai desde a culpa "strito sensu" ao dolo. É o elemento do ato ilícito, em torno do qual a ação ou a omissão levam à existência de um dano. Não é sinônimo, portanto, de dano. É claro que só existirá culpa se dela resulta um prejuízo. Todavia, esta teoria não responsabiliza aquela pessoa que se portou de maneira irrepreensível, distante de qualquer censura, mesmo que tenha causado um dano. Aqui, argui-se a responsabilidade do autor quando existe culpa, dano e nexo causal. Seu fundamento é todo moral: primeiro porque leva em conta a liberdade individual, e segundo porque seria injusto atribuir-se a todos, indistintamente, consequências idênticas e um mesmo fato causador. Não faz injustiça com o autor, mas a deixa fazer contra quem já sofre a contingência de ser vítima.

No entanto, atualmente, essa teoria começa a ser contestada por várias razões: a imprecisão do conceito de culpa pelo cunho teórico e caracterização imprecisa, o surgimento da responsabilidade sem culpa, o sacrifício do coletivo em função de um egoísmo individual sem imputabilidade nos tempos atuais e a socialização do direito moderno.

Assim, o conceito de culpa vai se materializando, surgindo a teoria objetiva da responsabilidade que tem no risco sua viga mestra. O responsável pelo dano indenizará simplesmente por existir um prejuízo, não se cogitando da existência de sua

culpabilidade, bastando a causalidade entre o ato e o dano, para obrigar a reparar. O nexo causal consiste no fato de o dano ter surgido de um ato ou de uma omissão. No momento em que a noção de culpa passa a ser diluída, a idéia de risco assume um plano superior.

Os que contrariam esse conceito admitem ser a teoria objetiva materializadora, vingativa, baseada na justiça do "olho por olho" e do "dente por dente" do talião, preocupada no aspecto patrimonial em prejuízo das pessoas. Entretanto, tais argumentos não se justificam, pois não se cogita represália nem vindita, senão da solidariedade e da equidade - fundamentos basilares da nova conceituação da responsabilidade civil. Longe de significar a volta ao primitivismo, reflete a sensibilidade do doutrinador ante os fenômenos sociais, conseqüentes e inevitáveis nesses tempos de hoje.

Na verdade, a teoria do risco despreza o subjetivismo jurídico e os pontos de vista filosóficos, para atender o princípio da necessidade que as sociedades contemporâneas estão a exigir, como "uma política de igualdade diante dos sacrifícios impostos no interesse público".

À primeira vista, responder alguém por danos que tenha causado sem culpa, parece uma grave injustiça. Também não seria menor injustiça deixar a vítima sujeita à sua própria sorte, arcando sozinha com seus prejuízos. A solidariedade é o maior sentimento social de justiça. Reparar todo e qualquer dano seria o ideal da própria solidariedade humana.

Morin, citado por Alvino Lima, assegura: "Se a noção de responsabilidade materializou-se no sentido de não procurar o elemento moral subjetivo, não desprezou, entretanto, os princípios de uma elevada moral social, dentro de um sistema solidário que não enxerga indivíduos justapostos e isolados, mas um organismo de humanidade no qual todos os membros são solidários" (in *Culpa e Risco*, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1963). Esse é o princípio da responsabilidade sem culpa.

Indenizar o dano produzido sem culpa é mais uma garantia que propriamente uma responsabilidade. E não se pense que os reparados pelo dano tirem vantagem disso. Os danos são sempre maiores que o reparo.

A responsabilidade civil do médico sempre provocou várias controvérsias, não apenas pela sua inclusão ora no campo contratual ora no campo extracontratual; mas, principalmente, pela maneira mais circunstancial em que a profissão é exercida. A tendência é colocá-la na forma contratual, até mesmo no atendimento gratuito.

É claro que o médico ao exercer suas atividades junto ao paciente, sua intenção é beneficiá-lo. Mesmo assim o dano pode surgir. Isso o obriga, pela teoria objetiva da responsabilidade, a reparar o prejuízo, pois uma vontade honesta e a mais cuidadosa das atenções não eximem o direito de outrem. O certo é que os tribunais até há algum tempo somente caracterizavam a responsabilidade médica diante de um erro grosseiro ou de uma forma indiscutível de negligência. Hoje a tendência é outra: apenas a inexistência da causalidade, a força maior, os atos de terceiros ou a culpa do próprio paciente, isenta-

riam o médico da responsabilidade. Infelizmente, a inclinação desses tribunais é retirar dos médicos uma série de privilégios seculares, mesmo sabendo-se que as regras abstratas da justiça nem sempre são de fácil aplicação nos complexos e intrincados momentos do exercício da Medicina. O médico passa a ser, a cada dia que passa, uma peça a mais, igual às outras, do organismo social.

Portanto, assim como não é fácil estabelecer a responsabilidade penal do médico, sua responsabilidade civil começa a sofrer profundas modificações. Seus aspectos se voltam exclusivamente para o caráter político-econômico, tendo como princípio mais aceito o da "repartição dos danos", caracterizado por uma exigência econômica em decorrência da qual qualquer dano deve ser repartido entre os envolvidos. O que se pretende na responsabilidade civil - quase ilimitada - é tão-somente assegurar o equilíbrio social, quando um prejuízo produzido poderia causar dano a um dos membros do grupo.

Clovis Bevilacqua afirmava: "O Direito Penal vê, por trás do crime, o criminoso, e o considera um ente anti-social, ao passo que o Direito Civil vê, por trás do ato ilícito, não simplesmente o agente, mas principalmente a vítima, e vem em socorro dela, a fim de, tanto quanto lhe for permitido, restaurar o seu direito violado, constituindo a eurtmia social refletida no equilíbrio dos patrimônios e das relações pessoais, que se formam no círculo do direito privado" (in *Teoria Geral do Direito Civil*, 2ª Edição, Editora Saraiva, Rio de Janeiro, 1929).

O direito moderno procura fugir do subjetivismo dos velhos conceitos filosóficos, procurando aproximar-se do fato por uma aspiração do ideal de igualdade. Chega de desigualdades políticas, étnicas, econômicas, sociais e até mesmo geográficas. É claro que essa solidariedade social da repartição dos danos não deve ser rigorosamente tida como uma igualdade matemática.

Pelo que se revela, a visão dos tribunais está se voltando para a reparação do dano, pouco importando que o resultado seja demonstrado por uma falha instrumental ou da ciência, quando a culpa do médico não chegou a ser comprovada. Esta responsabilidade do médico está presa pelo aspecto contratual, que faz da relação médico-paciente um contrato de locação de serviços. Os julgadores não estão muito preocupados em examinar profundamente as razões subjetivas da culpa, senão apenas em reparar o dano. Houve até quem sentenciasse: "Não há nada de imoral mesmo na ausência da culpa, em obrigar à reparação a coletividade pública causadora do dano por atos de seus agentes".

Só nos acode uma solução para o grave problema das demandas civis contra médicos, oriundas do exercício da profissão: a criação do **seguro social médico**.

SEGURO. Armando de Oliveira Assis afirma que "Seguro é o método pelo qual se busca, por meio da ajuda financeira mútua de um grande número de existências ameaçadas pelos mesmos perigos, a garantia de uma compensação para as necessidades fortuitas e avaliáveis decorrentes de um evento danoso" (in *Compêndio de Seguro Social*, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1963).

No exato momento em que o homem reconheceu que vivia permanentemente sujeito a resultados adversos, os quais, em última análise, traziam graves reflexos sobre sua sobrevivência, passou a preocupar-se com sua segurança e seu futuro.

Ele viu que essas situações, impossíveis de evitá-las e longe de seu alcance, não atingiam a todos simultaneamente, nem todos estariam sujeitos num só momento.

Assim, o homem procurou uma forma de solução capaz de, se não evitar o dano, pelo menos defender-se contra os efeitos adversos de tais acontecimentos. A mutualização dos riscos através dos seguros é a melhor maneira de proteção contra todo infortúnio imerecido.

É claro que individualmente, mesmo tendo cada pessoa uma boa reserva econômica, não iria suprir necessidades futuras nem poder prever sua extensão. Desse modo, a única solução plausível seria reunir-se em grupo, sendo todos os indivíduos ameaçados pelos mesmos resultados. Tornar-se-iam mais fortes e poderiam enfrentar um futuro incerto, pois era evidente que nem todos seriam atingidos ao mesmo tempo. Aí estaria o remédio: praticar economia conjunta, reunindo os meios necessários para ser utilizados nas situações de maior premência. Nascia o seguro social.

Qualquer método de economia coletiva deve basear-se em normas incondicionais, no sentido de alcançarem seus objetivos. As mais elementares são:

1. Contar com a contribuição pecuniária de todos que participam;
2. Mesmo que o fundo pertença a todos, só poderá ser usado quando de uma utilização necessária;
3. Selecionar as causas que justificam a utilização do fundo comum;
4. Compensar, da forma mais satisfatória, quem dele necessitar.

A contribuição obrigatória é uma regra indispensável no método de economia coletiva, no sentido de evitar a falência do sistema. A observação demonstrou que a voluntariedade, além de afastar os aparentemente protegidos, atrai os mais necessitados, ou seja, a maior procura dos mutualistas considerados "maus riscos". A não compulsoriedade do seguro cria uma sobrevivência penosa e difícil, terminando por comprometer as bases técnicas do sistema, levando-o quase sempre à insolvência.

É muito justo que só se beneficie do fundo comum a vítima. Aquele que contribuiu e nunca dele precisou, simplesmente comprou sua tranquilidade e sua segurança. Esse foi premiado por não ter sido escolhido como vítima do sistema. Por outra forma, não será por qualquer alegação que o seguro tenha seu mecanismo de proteção acionado sempre. Mas somente naqueles casos estabelecidos pelas cláusulas do contrato securitário, a fim de que a necessidade que se pretende alcançar seja sempre justa e emergente.

A "lei dos grandes números" - que permite, sobre certo grupo de pessoas e num determinado tempo, estabelecer a inclinação de certos fenômenos - possibilitou ao homem a elaboração de tabelas, gráficos e estatísticas capazes de prever, num ano, o número quase exato de vítimas, por meio de uma estimativa matemática. Esta é a mola

mestra do seguro, pois é em decorrência dessa previsão que se possibilita calcular com exatidão as necessidades globais. Outro fato: O cálculo do seguro não pode ser feito em relação a cada pessoa sob proteção do sistema, mas uma avaliação do risco a que esteja passiva toda massa segurada, resultante do rateio das necessidades globais de todos os mutuários. Isso veio dar ao seguro social seu verdadeiro equilíbrio financeiro, através da previsão de suas despesas, evitando as cotas suplementares ou a falência.

As condições básicas para que o seguro médico tenha um bom funcionamento são: existência de um interesse real, exposição a um perigo comum e potencial, iminência de dano, avaliação do risco e das necessidades, e custo acessível.

Finalmente, o sistema de economia coletiva no âmbito médico tem por finalidade principal, reparar, tanto quanto possível e da maneira mais justa, quem dela venha necessitar, conquanto que atenda às condições previamente estabelecidas.

O seguro contra responsabilidade civil do médico não apenas traria ao cliente uma maior garantia para sua saúde, e ao médico, uma forma mais tranqüila e segura no exercício de sua profissão, mas, também, daria à sociedade uma certeza de que seu equilíbrio econômico, social e emocional não seria prejudicado por fatos cujas discussões e protelações nada têm mostrado de útil. Uma indenização de grande monta paga pessoalmente por alguém, poderia arruiná-lo, transformando o causador do dano em outra vítima.

A única fórmula capaz de sanar as situações advindas do prejuízo causado na atividade médica seria a **socialização do risco médico**.

SOCIALIZAÇÃO DO RISCO MÉDICO. Socializar o risco médico, no sentido de reparar civilmente o dano, é o único instrumento viável e sucetível de assegurar **tranqüilidade** no exercício profissional e garantir uma reparação mais imediata e menos confrontante com o médico. É também uma forma de corrigir algumas distorções da medicina dita socializada, cada vez menos amistosa, cada vez mais hostil.

A socialização do risco é a que melhor atende à justiça coletiva. Não se pode esconder o fato de que a medicina é a profissão que mais absorve os impactos das novas concepções sociais. Negar essa realidade, além de egoísmo, é colocar-se distante do presente. Esta é a única forma que dá ao responsável condições de responder pelo ônus do dano causado, quase sempre distante de suas reais possibilidades. Para o paciente o sistema de seguro também significaria livrar-se de um processo penoso e confuso, a proteção contra a deficiência técnica, contra seus riscos e contra a eventual falibilidade do profissional.

No entanto, esses seguros não podem nem devem, sob qualquer pretexto, ser feitos por empresas privadas. Devem, isto sim, realizar-se por uma instituição estatal ou pela própria classe médica; como, por exemplo, sob a responsabilidade da Associação Médica Brasileira, como mutualizadora ou como concessionária exclusiva do Estado.

Os programas de seguro social devem ser estabelecidos por normas estatais, esteja ou não a sua administração nas mãos do Governo. O sistema deve ser finan-

ciado por contribuições pagas de seus segurados, de forma compulsória e dele só se beneficiar os contribuintes. O seguro social representa a reunião de recursos financeiros de todos que dele participam a fim de criarem um fundo comum disponível àqueles que necessitem, em decorrência de um fato futuro previsto. Seguro social é previdência propriamente dita, porque ser previdente é antecipar uma visão de um fato tomando agora as medidas necessárias no sentido de contornar futuros problemas advindos desse fato.

Em todos os países onde o sistema securitário falhou, estavam as Empresas de Seguro nas mãos de grupos particulares, que não conhecem os limites do ter nem resistem à tentação de maior lucro. Ao invés dos possíveis saldos passarem às mãos ávidas das empresas particulares, seriam utilizados em benefício da própria classe médica, com a instituição da assistência mútua da previdência médica, do estímulo à pesquisa médico-científica, do aprimoramento profissional, de taxas módicas de seguro, entre outros.

Ninguém pode negar que o seguro no âmbito privado abriu veredas perigosas no intrincado problema da responsabilidade civil. Pois, além dessas empresas não cobrirem todos os riscos, em regra, ainda se mostram resistentes ao cumprimento de suas obrigações. Somente o Estado, que não visa lucro, mas o bem-estar da coletividade, teria uma situação privilegiada para assumir tal encargo. O Estado segurador não se onera de impostos, propaganda ou comissões. Não usa de má fé, não simula falência nem liquidações precipitadas. Não alcança lucros astronômicos.

Alguém poderia insinuar que a socialização do risco médico seja a simples aceitação da existência dos danos causados a pacientes ou delegações de direitos inalienáveis. Argumentar-se-ia ainda que essa forma de seguro deixaria o médico indiferente à sua responsabilidade, pois teria naquelas instituições o instrumento legal de reparo. Ou, finalmente, uma cômoda maneira de transferir uma obrigação pessoal para a comunidade.

Tais argumentos não convencem. Primeiro, não se cogita da imunidade moral ou penal que possa existir em cada caso. Depois, não se pode ocultar a existência do risco e, conseqüentemente, a tendência crescente de resultados danosos. É inadmissível que um profissional venha negligenciar em seu trabalho simplesmente por existir alguém capaz de reparar materialmente determinado dano. Além da consciência do homem e do profissional, prevalece ainda a vaidade natural em querer acertar, sempre que possível. Esse tipo de seguro leva o médico mais facilmente a agir em favor do paciente, aumentando-lhe seu rendimento e fazendo com que ele atenda melhor aos interesses da comunidade. Atira-se com mais coragem ao trabalho, aumentando sua produção, pois o que ele deseja é maior segurança para seus atos e uma garantia mais efetiva para a vida e a saúde de seus pacientes.

Certos organismos de classe afirmam que algumas pessoas sabendo da existência do seguro e que a indenização poderia ser paga, fariam irremediavelmente a reclamação, constituindo-se, desta forma, num fato estimulador de queixas. Isto é fazer

da exceção a regra geral. E não diz ao médico depois de acionado por danos civis, sem cobertura de um seguro e sem poder enfrentar indenizações de grande monta, qual a solução ideal. Não conhecemos, por outro lado, nenhum departamento dessas associações que venha acudir o médico numa situação desta natureza, e como continuar trabalhando sem a ameaça da insolvência, quando o que lhe rende a profissão é incapaz de suportar o ônus das demandas.

Conquanto a fiscalização do exercício profissional tenha seus órgãos próprios, sua ação faz-se sentir apenas em termos de resguardar o bom nome da Medicina. No máximo, defender indiretamente o médico quando, envolvido num processo ético-profissional, for absolvido. Existe, portanto, uma proteção ético-moral, jamais uma função seguradora contra a responsabilidade civil. E não se pode falar da existência de uma legislação própria capaz de amparar o médico diante de um dano resultante de fato inevitável. A única lei específica ao caso diz que o médico está obrigado a satisfazer o dano, sempre que da imprudência, negligência ou imperícia em atos profissionais, resultem morte, inutilização de servir ou ferimentos (art. 1545 do Código Civil brasileiro). Da mesma forma não conhecemos nenhuma norma dessas entidades classistas capaz de responder pelo médico quando de uma indenização. Simplesmente uma fórmula sofisticada e romântica de características unilaterais e teóricas, onde o paciente é totalmente esquecido e o médico falsamente lembrado. Um sentimentalismo inútil em oposição ao próprio paciente que tanto se deseja proteger.

Mesmo assim, não se diga que a socialização do risco médico não apresente inconveniências. De saída, a criação de mais uma maquinária burocrática de larga escala, correndo o risco de aviltar-se. Mesmo assim a crítica improcede. Não conhecemos, entre nós, nenhum sistema estatal de seguro social que tenha sofrido insolvência ou retrocesso.

Outros admitem existir a substituição da relação contratual entre médico e paciente pelo automatismo de uma instituição mecanizada. Tal argumento também não procede, visto que a liberdade de contratar, nos ajustes, é uma ilusão, uma fantasia. Não existe. É claro que o mais fraco e o mais ingênuo não pode se impor ante o mais prepotente e o mais astuto. Daí o Estado, vez por outra, intervir, por via da lei, no controle e na regulamentação de certos ajustes.

Assim, como a socialização do risco foi a maneira mais justa e eloqüente de resolver os graves conflitos nos acidentes de trabalho, seria esta a fórmula ideal para evitar o desequilíbrio social e sanar o dano sofrido pelo paciente, através da reparação por um instrumento estatal de seguro.

“Vítima, agente e sociedade, assegura Hermes Rodrigues de Alcântara, são beneficiados com a socialização do risco: o primeiro porque vê a sua indenização depender da situação financeira do seu prejudicador; o segundo porque não arca sozinho

com o ônus da indenização de um dano, cuja participação pessoal, às vezes, é mínima; e a última porque não sofre o impacto do desequilíbrio patrimonial de qualquer de seus integrantes. O sistema funcional como na hidráulica se comportam os vasos comunicantes" (in op. cit.).

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

CONCLUSÕES. 1. A Medicina, ao colocar entre o médico e o paciente todo esse fabuloso instrumental tecnológico, criou um relacionamento mais frio e mais impessoal. Se possível deve o médico voltar ao seu antigo lugar - o pé do leito. Talvez seu calor e sua sentimentalidade desencoragem o paciente de demandar junto a um tribunal, pois um bom relacionamento não permite determinados pleitos. Em geral, a demanda civil contra o médico representa muito mais um ato de vingança que propriamente um interesse pecuniário.

2. A atividade profissional médica não pode deixar de criar riscos, e conseqüentemente prejuízos a outrem, mesmo sabendo-se que essa não é a intenção do médico, e que muitos desses riscos são em proveito do próprio paciente.

3. A Medicina e o médico são falíveis, mas uma vontade honesta e uma diligência mais atenta não eximem o direito alheio.

4. Todo contrato que pressupõe um perigo, existe de início, uma obrigação de garantia, consagrada pelos princípios capitais da responsabilidade civil.

5. O velho conceito subjetivo de culpa, no campo da responsabilidade civil, já se mostra, há muito, incapaz de solucionar as mais diversas situações e as mais graves conseqüências oriundas do risco profissional.

6. O subjetivismo da culpa está se diluindo, dando margem ao surgimento do conceito de risco, onde o autor responderá simplesmente pelo dano causado, estando isento apenas quando diante de força maior, de culpa da vítima, de atos de terceiros e de **inexistência** do nexo causal.

7. Desde que exista um nexo de causa e efeito, a aceitação da teoria do risco seria uma forma de reparo do dano, como um remédio capaz de beneficiar todos os envolvidos, direta ou indiretamente.

8. As decisões dos tribunais brasileiros vêm demonstrando, cada vez mais, nos litígios entre médicos e pacientes em demandas civis, uma inclinação em favorecer aos segundos.

9. Nos dias que correm a responsabilidade civil tem caráter político-econômico, tendente à repartição dos danos, assegurando o equilíbrio social e a ordem pública.

10. As legislações comuns ou de exceção, no mundo inteiro, têm procurado no instituto do seguro uma forma de cautela contra todas as eventualidades dos riscos causadores de danos, como uma melhor condição de liberdade e segurança no trabalho.

11. Os seguros privados têm mostrado insegurança, e a mutualização restrita também não corresponde às necessidades vigentes. Só o seguro estatal, de mutualização ampla e compulsória, pode trazer os benefícios esperados. O Estado deve agir como legítimo representante não apenas da massa de segurados, senão também como defensor e fiscalizador dos interesses coletivos em questão.
12. A importância econômica exercida pelo seguro não se extingue no interesse pessoal do segurado, mas se amplia ao próprio meio social. Qualquer prejuízo, por mais pessoal que pareça, repercute sempre sobre o interesse de muitos.
13. O caráter estatal e obrigatório do seguro não se apresenta como opressão ou cerceamento, senão como uma forma de promover uma modalidade mais eficiente e mais agilizada de justiça.
14. Na responsabilidade civil, a socialização dos riscos é a fórmula que melhor atende ao interesse coletivo, nesta fase de evolução e transição sociais. A socialização do Direito é um fato indiscutível e **irreversível**.
15. São perfeitamente justificáveis algumas críticas à socialização do risco médico, do que, aliás, não estaria imune qualquer outra solução. Todavia, é ela a única opção que teremos num futuro bem próximo, a não ser que cada um esteja capacitado economicamente para responder pelo ônus das demandas civis de indenização.
16. Esse sistema oferece também falhas. Entretanto, nenhum instituto jurídico-social deixa de ser bom pela perfeição absoluta, mas pelo maior número de benefícios que venha apresentar em confrontação com algumas desvantagens.
17. A socialização do risco médico não pode ser vista como uma maneira de afrouxamento da prudência, dos cuidados e da atenção, pois tal pensamento se contrapõe à dignidade profissional e humana. Não limita a livre iniciativa nem a liberdade de ninguém, como também não pode estimular no indivíduo o desejo de vítima.
18. Socializar o risco médico é uma modalidade indiscutível de justiça social, vindo de encontro à realidade vigente, coibindo explorações, ruínas, injustiças, **iniqüidades**, fomentando ainda uma melhor harmonia entre os homens e uma garantia insofismável de segurança, de ordem pública e de paz social.
19. A socialização do risco médico não é transacionar com a desgraça, pois não seria o dinheiro o móvel da questão. Mas o restabelecimento dos múltiplos interesses através da solidariedade social.
20. Finalmente, seria através da socialização do risco médico que a vítima, o agente e a comunidade seriam garantidos e beneficiados, pois independeria da situação econômica do causador do dano, evitaria a insolvência e isentaria o grupo do desequilíbrio patrimonial a qualquer de seus membros.

BIBLIOGRAFIA

1. ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues. **Responsabilidade Médica**, José Konfino Editor, Rio de Janeiro, 1971.
2. ASSIS, Armando de Oliveira. **Compêndio de Seguro Social**, FGV, Rio de Janeiro, 1973.
3. BEVILAQUA, Clovis. **Teoria Geral do Direito Civil**, 2ª Edição, 1929.
4. CARVALHO, Hilário Veiga. **Acidentes do Trabalho**, Editora Saraiva, São Paulo, 4ª Edição, 1963.
5. CARVALHO, H. V. e Segre, Marco. **Medicina Social e do Trabalho**, Editora McGraw-Hill do Brasil Ltda., São Paulo, 1977.
6. DALBERT, Jefferson. **Das Obrigações**, Editora Forense, Rio, 1972.
7. DIAS, José de Aguiar. **Cláusula de Não-Contratar**, Editora Forense, 3ª Edição, Rio, 1970.
8. DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**, 4ª Edição, Editora Forense, 1960.
9. FOURNIER, E. **Medicine Legale**, Flammarion Médecin-Sciences, Paris, 1973.
10. FRANÇA, Genival Veloso de. **Direito Médico**, Fundo Editorial Prociencx, 2ª Edição, São Paulo, 1978.
11. FRANÇA, Genival Veloso de. **Flagrantes Médico-Legais**, Imprensa Universitária, João Pessoa, 1974.
12. FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina Legal**, Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 1977.
13. FRANÇA, Genival Veloso de. **Noções de Jurisprudência Médica**, 2ª Edição, Imprensa Universitária, João Pessoa, 1977.
14. FULGÊNCIO, Tito. **Do Direito das Obrigações**, Editora Forense, Rio, 1972.
15. GOMES, Orlando. **Obrigações**, Editora Forense, Rio, 1963.
16. GOMES, Orlando. **Contratos**, Editora Forense, Rio, 1971.
17. LIMA, Alvino. **Culpa e Risco**, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 1963.
18. HUNGRIA Nelson e FRAGOSO, Heleno. **Comentários ao Código Penal**, Vol. I, Tomo II, Editora Forense, Rio, 1978.
19. LIMA, João Franzen. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, Tomo 2º - Dos Contratos, Editora Revista Forense, Rio, 1963.
20. MALHERBE, J. **Medicine et Droit Moderne**, Masson & Cie. Editeurs, Paris, 1968.
21. PONDÉ, Lafayette. **Responsabilidade Civil dos Médicos**, Revista Forense, 191 (687/688); 30/36, Set/Out., 1963.
22. SILVA, Wilson Melo. **Responsabilidade Sem Culpa e Socialização do Risco**, Ed. Bernardo Álvares S/A., Belo Horizonte, 1962.
23. SORIANO, Manoel Borja. **Teoría General de las Obligaciones**, 4ª Edição, Ed. Porrua, México, 1962.

24. VIRES, Alberto Pérez. **Teoría General de las Obligaciones**, Editora Themis, Bogotá, 1954.
25. WASMUT, C. E. **The causes of malpractices action**. *Anesthesiology*, 26: 659-662, Sept, Oct. 1965.

O BRASILEIRO DA SING-SING E OUTROS CONTOS DA AMÉRICA

Arthur Coelho

Um brasileiro distante de sua terra natal, envolvido pela engrenagem de um grande país, escreve estórias sobre o dia-a-dia do homem médio norte-americano mas tocadas de intenso e permanente espírito de brasilidade:

O ROMANCE DE JOSÉ LINS DO REGO

Ivan Bichara Sobreira

Dispensando-se da crítica sobre o valor da obra literária para penetrar no mundo vivido e concebido por José Lins do Rego, o autor oferece inusitado ensaio em torno da concepção humanística com que o grande escritor decidiu denominar a seqüência de seus romances: o *Ciclo da Cana-de-Açúcar*.

Publicados pela
Editora Universitária/UFPb.



PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DO CURSO DE ENFERMAGEM

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Eduardo Leandro Cuestas
Márcia Marques de Araújo
Mirtha Montañes de Cuestas
Maria de Fátima Cordeiro Santos

INTRODUÇÃO:

No primeiro semestre de 1977, por iniciativa da Coordenação do Curso de Enfermagem, apoiada pelo Depto. de Enfermagem, com a colaboração do Núcleo de Assessoramento Pedagógico (NAP), foi elaborado um plano de trabalho para reformulação curricular. Esta iniciativa teve como base as necessidades sentidas por alunos e professores, quais sejam: a formação do enfermeiro ajustado ao funcionamento dos serviços de saúde e às condições do ambiente sócio-econômico e cultural; a necessidade de enfatizar as disciplinas profissionalizantes que foram negligenciadas a partir da implantação do ensino integrado e compatibilizar conteúdo e seu tempo de administração; racionalizar os recursos existentes de modo que permitam melhor formação dos profissionais em Enfermagem Geral.

O plano acima mencionado foi decidido em duas etapas distintas: a) análise do processo ensino-aprendizagem no Curso de Enfermagem da UFPb e da experiência profissional nas instituições de saúde locais; b) estudo comparativo dos currículos de diferentes Escolas de Enfermagem do Brasil.

Para a primeira etapa os dados foram obtidos através de questionários aplicados a saber: 1) professores e alunos de Enfermagem da UFPb, tomando-se a população total de docentes em exercício na 1ª quinzena de julho de 1977 e o total de alunos presentes nas salas de aula durante esse período;

2) enfermeiros e médicos que exercem sua profissão em 24 instituições que prestam atenção de saúde dentro dos limites do município de João Pessoa. Para médicos foi aplicado uma amostra aleatória simples e para enfermeiros tomou-se a população.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 131/145	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

A seguir, mencionamos algumas das conclusões a que se chegou, depois da análise dos dados.

a) O enfermeiro desconhece a realidade sanitária local, dado o número significativo de profissionais que omitiram respostas, ou afirmaram que não existem doenças originadas a partir de características sócio-econômicas e culturais. Doenças difundidas como verminose e desnutrição, foram praticamente esquecidas no contexto do Nordeste Brasileiro.

b) Insuficiente lotação de enfermeiros em relação ao número de médicos e de leitos nas instituições pesquisadas, verificando-se ainda que está assegurada a comunidade da assistência.

c) O enfermeiro assume funções que não lhe são próprias o que pode ser uma decorrência da formação recebida no curso e/ou das condições oferecidas pelo mercado de trabalho.

d) O maior entrave encontrado por parte dos enfermeiros no desempenho de suas funções, é a desvalorização profissional.

e) A análise das funções deficientes nas instituições, marca uma correspondência com as que devem ser assumidas pelo enfermeiro e também com as habilidades esperadas deste profissional.

f) A prestação direta de assistência ao paciente, é a expectativa principal dos alunos, acreditando que esta atividade bem executada, redundará em maior valorização de sua futura profissão.

g) A adequação do currículo à realidade sanitária e uma sólida formação cultural e psicológica são requeridas com maior insistência pelos alunos que cursam o último semestre. No que se refere à modificação de conteúdos e acréscimo de disciplinas, constata-se uma maior solicitação de revisão de conteúdos.

h) Visualiza-se uma nítida concentração de problemas na fase inicial do curso (ensino integrado), destacando-se a inadequação da carga horária, a deficiente capacitação dos docentes e a escassez de salas de aulas.

i) Existe consciência da necessidade de rever conteúdos teóricos no período de estágio, tanto nos alunos, quanto nos professores.

Após de amplamente debatidos os resultados do estudo preliminar com o grupo docente e discente, do exame levado a efeito nos currículos de diferentes Escolas de Enfermagem do Brasil (2ª etapa), complementada com visitas às Escolas de Enfermagem das Universidades Federais da Bahia, Rio de Janeiro (Ana Neri), Rio Grande do Sul e Universidade Estadual de S. Paulo, partiu-se para a formulação de uma nova estrutura para o Curso de Enfermagem desta Universidade, estrutura essa baseada na metodologia do ensino integrado.

Foram considerados ainda subsídios contidos no Informe Final do Seminário sobre Ensino de Enfermagem a Nível Universitário, realizado em 1973 pela Organização Pan-Americana de Saúde, Oficina Sanitária Pan-Americana, Oficina Regional da

Organização Mundial de Saúde e a Lei n.º 6.229/75, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional da Saúde, complementada pelo Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

JUSTIFICATIVA:

A implantação do Sistema Nacional de Saúde no Estado da Paraíba e a Interiorização das Ações de Saúde adotando um critério de regionalização de atendimentos através de níveis de assistência, tendo em vista a resolução dos problemas de saúde do Estado, conduzem à necessidade de desenvolvimento de um modelo curricular que assegure a formação de recursos humanos adequada à essa realidade.

Pretende-se: a) a participação dos estudantes nos serviços de saúde, realizando atividades de complexidade e responsabilidade crescente, contribuindo, desde o início, para a solução dos problemas de saúde.

b) possibilitar uma integração docente/assistencial, com a plena utilização dos recursos de saúde existentes na comunidade ampliando deste modo os ambientes formativos.

A capacitação dos profissionais a nível superior com relação às atividades de assistência simplificada em saúde se cumpre adequadamente na medida em que estes profissionais, durante o período de graduação são expostos a experiências práticas, em realidades concretas, nos níveis de prestação de serviços simplificados e no trabalho de comunidade, em função de cujas experiências recebem e desenvolvem conteúdos acadêmicos apropriados. Em outras palavras, a formação básica de graduação dos profissionais de saúde de nível superior lhes permite, no processo de Integração docente-assistencial, conhecer e entender a realidade da prestação de serviços simplificados, desenvolvendo neles a capacidade e atitudes necessárias para apoiar e supervisionar os profissionais de nível inferior e as atividades por eles realizadas.

A união de ensino teórico e trabalho prático, deve ser a base para o estudo dos princípios fundamentais da ciência.

Um ensino inscrito nesta perspectiva, possibilita ir além no teórico, pois o aluno estabelece a relação entre o que ele pratica, o que vive e o que aprende na sala de aula.

Observou-se, no estudo preliminar à elaboração do currículo, uma evidente desvalorização da atividade do enfermeiro, fato que pretendemos reverter, através da introdução dos alunos, na solução dos problemas concretos de saúde da população.

A elaboração do presente currículo fundamentada nas necessidades básicas do ser humano, no processo de enfermagem associado à realidade do sistema de saúde do Estado, levará à formação de um profissional adequado às necessidades da sociedade a que deve servir e que considere o homem como um ser bio-psico-social, em

equilíbrio dinâmico com o seu meio ambiente. Atuará ainda, como fator de desenvolvimento das potencialidades do enfermeiro, como indivíduo e como ser social.

Os dois primeiros períodos o aluno deverá familiarizar-se com as necessidades bio-psico-sociais do indivíduo sadio, necessidades essas que darão origem às disciplinas. Posteriormente, estudar as necessidades afetadas e apontar soluções em níveis assistenciais de complexidade crescente relacionadas com a regionalização dos serviços de saúde, em níveis de atenção. (Quadros 1, 2 e 3).

Considerando que se pretende desenvolver no aluno, responsabilidade crescente, a supervisão deverá assumir em caráter mais direto e intensivo, no início, decrescendo paulatinamente, para transformar-se em supervisão indireta quando da operacionalização das habilitações específicas sob a forma de internato. (Quadro 4).

No que tange às disciplinas optativas deverão ser alocados dois grupos; um visando ampliar o horizonte de conhecimentos gerais e outro que pretenda corrigir distorções ou aprofundar conhecimentos profissionais.

O desenvolvimento do currículo deverá seguir a metodologia do ensino integrado.

A avaliação do estudante deverá ser global, abrangendo a execução da atividade e a compreensão dos conteúdos disciplinares que irão compor as unidades curriculares nos seus vários aspectos.

OBJETIVOS:

A presente proposta curricular pretende que ao final do curso o aluno seja capaz de:

- 1 - Prestar assistência de enfermagem em diferentes graus de complexidade, de conformidade com a regionalização dos serviços de saúde do Estado.
- 2 - Responsabilizar-se pela coordenação e supervisão da equipe de enfermagem.
- 3 - Atuar como membro da "Equipe de Saúde".
- 4 - Atuar como agente de mudança através de ações educativas numa sociedade em constante evolução.
- 5 - Participar da resolução dos problemas de sua classe, valorizando a sua profissão.
- 6 - Participar de investigações no campo da saúde.
- 7 - Lecionar, a nível 1º e 2º graus, disciplinas relacionadas à Enfermagem, Higiene e Programas de Saúde.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

QUADRO 1

PROPOSTA CURRICULAR

CURSO DE ENFERMAGEM

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE
NECESSIDADES BIO - PSICO - SOCIAIS	NECESSIDADES BIOLÓGICAS	NECESSIDADES AFETADAS NÍVEL - 1	NECESSIDADES AFETADAS NÍVEL - 2
EMBASAMENTO TEÓRICO DO PROCESSO DE ENFERMAGEM		ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICAS DO PROCESSO DE ENFERMAGEM	
5º SEMESTRE	6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE
NECESSIDADES AFETADAS NÍVEL - 3	NECESSIDADES AFETADAS NÍVEL - 3	NECESSIDADES AFETADAS - OPTATIVAS NÍVEL - 4	NECESSIDADES - INTERNATO - TODOS OS NÍVEIS
ATIVIDADES TEÓRICO PRÁTICAS DO PROCESSO DE ENFERMAGEM			

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

QUADRO - 2

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

NOS DIVERSOS NÍVEIS

EXEMPLO PRÁTICO

NÍVEL - 1	NÍVEL - 2	NÍVEL - 3	NÍVEL - 4
<p>Noções gerais de esterilização.</p> <p>Preparo de se- ringas e material para curativos simples.</p>	<p>Preparo de ma- terial para peque- na cirurgia.</p>	<p>Cuidade com o material para cirurgias de mē- dio e grande porte.</p>	<p>Cuidados com o material para cirurgia especi- alizada.</p>

QUADRO - 3

EXEMPLO PRÁTICO

NECESSIDADE	MARCO TEÓRICO	DISCIPLINAS	C/H
OXIGENAÇÃO	APARELHO RESPIRATÓRIO	CITOLOGIA-HISTOLOGIA	04
		ANATOMIA	14
	APARELHO CIRCULATÓRIO	FISIOLOGIA	30
		INTRODUÇÃO À ENFER- MAGEM	37
TOTAL -----			85

PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR

NECESSIDADES BÁSICAS DO SER HUMANO I		NECESSIDADES BÁSICAS DO SER HUMANO II	NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM À NÍVEL I
CONTEÚDO		CONTEÚDO	CONTEÚDO/ ATIVIDADE
<ul style="list-style-type: none"> - Informação - Recreação - Comunicação - Aprendizagem - Ocupação - Afeto - Religião - Segurança - Liberdade - Gregária - Aceitação - Participação - Exercício e Atividade Física - Higiene e Assistência - Ambiente 		<ul style="list-style-type: none"> - Oxigenação - Alimentação - Eliminação - Sono e Repouso - Postura e Mobilidade - Sexual - Termoregulação - Percepção - Defesa - Integridade Física 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização e desenvolvimento comunitário - Controle de doenças transmissíveis - Vigilância epidemiológica - Acompanhamento de gestante e puerpera normais - Assistência ao recém-nascido normal - Promoção do micro saneamento ambiental - Controle da desnutrição - Primeiros socorros - Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança - Assistência às pessoas egressas dos níveis superiores - Encaminhamento a níveis superiores - Assepsia e Antessepsia - Exames simples de laboratórios

NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM À NÍVEL 2	NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - ATENDIMENTO À NÍVEL 3 I	NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM À NÍVEL 3 II
CONTEÚDO/ATIVIDADE	CONTEÚDO/ATIVIDADE	CONTEÚDO/ATIVIDADE
<p>Todas do nível anterior Pré e pós consultas de enfermagem à criança e gestante</p> <p>Assistência de enfermagem em caráter generalista a pacientes em ambulatório</p> <p>Aplicação de medidas destinadas ao controle de endemias locais</p> <p>Supervisão e treinamento de pessoal do nível I</p> <p>Planejamento de programas de educação sanitária para nível I</p> <p>Coleta, registro e encaminhamento de dados bio-estatísticos</p> <p>Assistência de enfermagem em pequena cirurgia</p> <p>Participação em programas de Saúde Mental</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência de enfermagem especializada a pacientes hospitalizados: - Médico Cirúrgica - Doenças Transmissíveis - Administração de Serviços de Enfermagem - Supervisão e treinamento de pessoal dos níveis 1 e 2 - Estudo do comportamento social frente à hospitalização. 	<ul style="list-style-type: none"> - Supervisão e treinamento de pessoal dos níveis anteriores - Assistência especializada de enfermagem à pacientes hospitalizados: <ul style="list-style-type: none"> - Psiquiatria - Materno Infantil - Urgências - Estudo do comportamento do paciente hospitalizado - Estudo dos problemas brasileiros

NECESSIDADES BÁSICAS ATENDIMENTO DE ENFERMAGEM À NÍVEL 4	NECESSIDADES BÁSICAS AMPLIAÇÃO DE CONHECIMENTOS
CONTEÚDOS/ATIVIDADES	CONTEÚDOS/ATIVIDADES
<ul style="list-style-type: none"> - Livre escolha dos alunos em função de suas expectativas - Estudos da Legislação existente sobre à enfermagem - Contribuição do estudo dos problemas brasileiros 	<ul style="list-style-type: none"> - Integralização dos conhecimentos de uma das habilitações específicas sob a forma de internato: <ul style="list-style-type: none"> - Enfermagem Médico Cirúrgica - Enfermagem Obstétrica - Enfermagem de Saúde Pública

**DESENVOLVIMENTO – NECESSIDADES BÁSICAS
DO SER HUMANO II**

NECESSIDADE	MARCO TEÓRICO	DISCIPLINA	C/H
Oxigenação	Aparelho Respiratório	Citologia	04
	Aparelho Circulatório	Histologia	14
		Anatomia	30
		Fisiologia	37
		Introdução à Enfermagem	85
Alimentação Eliminação	Aparelho Digestivo Sistema Urinário	Citologia	02
		Histologia	09
		Anatomia	26
		Fisiologia	05
		Bioquímica	45
		Nutrição	28
		Introdução à Enfermagem	115
Postura Motilidade Sono e Repouso	Sistema Osteo-articular Sistema Muscular Sistema Nervoso	Citologia	10
		Histologia	15
		Anatomia	20
		Fisiologia	20
		Introdução à Enfermagem	65

NECESSIDADE	MARCO TEÓRICO	DISCIPLINA	C/H
Percepção	Órgãos dos Sentidos	Citologia	02
		Histologia	06
		Anatomia	12
		Fisiologia	10
		Introdução à Enfermagem	30
Termoregulação	Tegumentos	Citologia	05
Defesa	Metabolismo Hidro-electrolítico	Histologia	14
		Fisiologia	10
		Anatomia	12
		Bioquímica	16
		Introdução à Enfermagem	22
	Sistema Imunológico		79
	Sistema Glandular		
Sexual	Aparelho Genital	Citologia	08
		Histologia	15
		Embriologia	08
		Genética	20
		Anatomia	15
		Fisiologia	
		Introdução à Enfermagem	20
Integridade Física	Homem como unidade Bio-psico-social	Introdução à Enfermagem	20

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguá
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

NECESSIDADES BÁSICAS

PROPOSTA DE MATRIZ CURRICULAR

CURSO DE ENFERMAGEM - DISCIPLINAS

1º NECESSIDADES BÁSICAS DO SER HUMANO I	C O	C M	2º NECESSIDADES BÁSICAS DO SER HUMANO II	C M
Sociologia da Saúde e Doença I		60	Anatomia	60
Psicologia Aplicada à Enfermagem I		60	Citologia - Histologia	30
História da Enfermagem	30		Fisiologia	120
Introdução à Saúde Pública		60	Biogímica	15
Língua Portuguesa I	75		Genética e Embriologia	15
Língua Estrangeira	75		Nutrição	45
Didática Aplicada à Enfermagem		45	Imunologia	15
Educação Física		30	Introdução à Enfermagem	150
Evolução		15		
	180	270		450

3º NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - NÍVEL 1	C O	C M	4º NECESSIDADES BÁSICAS - NÍVEL 2	C M	C O	5º NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - NÍVEL 3	C M
Enfermagem Saúde Pública I	120		Enfermagem Médico Cirúrgica I	105		Enfermagem Médico Cirúrgica II	150
Enfermagem Materno Infantil I		105	Administração em Unidade Sanitária		75	Administração Serviços de Enfermagem	120
Fundamentos da Enfermagem	105		Enfermagem Psiquiátrica I	60		Enfermagem em Doenças Transmissíveis	120
Farmacologia		30	Enfermagem Materno Infantil II	90		Sociologia da Saúde e da Doença II	60
Microbiologia		30	Enfermagem em Saúde Pública II		60		
Parasitologia		30	Estatística Vital	60			
Patologia		30					
	225	225		315	135		450

6º NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - NÍVEL 3 II	C O	C M	7º NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS - NÍVEL 4	C O	C M	O
Enfermagem Psiquiátrica II		120	Exercício de Enfermagem Optativas		60	
Enfermagem de Urgência	120		Estudo de Problemas Brasileiros II		30	300
Enfermagem Materno Infantil III		120				
Estudos de Problemas Brasileiros I		30				
Psicologia Aplicada à Enfermagem II		60				
	120	330			90	300

89	CM
NECESSIDADES BÁSICAS AFETADAS TODOS OS NÍVEIS	
<u>Internato</u> <u>Enfermagem Médico-Cirúrgica:</u> - Enfermagem Médico Cirúrgica III - Administração em Centro Cirúrgico - Enfermagem em Pronto Socorro - Unidade de Recuperação e Cuidado Intensivo - Administração de Serviço de Enfermagem Hospitalar	510
<u>Enfermagem Obstétrica:</u> - Obstetrícia - Enfermagem Obstétrica e Ginecológica - Enfermagem Neo - Natal - Administração de Serviços de Enfermagem em Maternidade e Dispensários Prê - Natais	510
<u>Enfermagem de Saúde Pública:</u> - Enfermagem de Saúde Pública III - Administração de Serviços de Enfermagem em Unidade de Saúde.	510

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

CARGA HORÁRIA

SEMESTRES	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	TOTAL
C. Mínimo	270	450	225	315	450	330	90	510	2.640
C. Obrigatório	180	-	225	135	-	120	-	-	660
Optativas	-	-	-	-	-	-	300	-	300
TOTAL	450	450	450	450	450	450	390	510	3.600

CONCLUSÕES

A equipe de trabalho considera que a modificação curricular proposta poderá ajudar na solução das dificuldades evidenciadas no estudo preliminar, nos seguintes pontos:

a) O entrosamento dos alunos nas equipes assistenciais com responsabilidades crescentes (níveis de atenção), levará o enfermeiro a um maior contato com a realidade sanitária local.

b) A participação sistemática do corpo discente supervisionado na assistência direta a população em instituições regionalizadas, diminuirá o marcante déficit de enfermeiros, permitindo aos mesmos a prestação dos serviços de enfermagem à população. Este fato trará como conseqüência uma maior conscientização da comunidade e a modificação das exigências do mercado de trabalho com respeito às funções próprias do enfermeiro.

c) A atuação do aluno, segundo a metodologia proposta e a sua integração efetiva da equipe de saúde, resultará numa maior segurança no desempenho de sua futura profissão, capaz de inverter a situação atual.

d) O currículo proposto atende às expectativas dos alunos no que se refere à prestação direta de assistência ao paciente (objetivo compartilhado pelos docentes) quanto a uma melhor coordenação e organização de conteúdos, permitindo-lhes compreensão das necessidades básicas do indivíduo e capacidade para solucionar suas alterações.

e) A metodologia proposta visa o permanente paralelismo entre fundamentação teórica e aplicação prática dos conhecimentos, com uma gradativa responsabilidade e independência do aluno na prestação de serviço assistencial, chegando à graduação com capacidade de trabalhar, planejar e supervisionar a assistência individual ou coletiva referente à enfermagem, nos diversos tipos de instituições.

Esta proposta curricular, se bem que esteja dirigida ao Curso de Enfermagem, dada sua orientação e metodologia de integração do aluno no campo de trabalho, pode e deve ser adaptada aos demais cursos do Centro de Ciências da Saúde, tendo em conta o caráter essencialmente multi-profissional da equipe de saúde.

A Diretoria do Centro de Ciências da Saúde e a Pró-Reitoria de graduação da UFPb compartilhando desta opinião, aconselharam o estudo de compatibilização dos distintos currículos dos profissionais de saúde, fase que pretendemos levar a efeito, mantendo contacto com os coordenadores dos demais cursos.

A metodologia proposta poderia ser compatibilizada mediante uma seleção de conteúdos em função das necessidades de cada profissão, mantendo, através de um mecanismo de adaptação e de flexibilidade no ensino, os conteúdos que podem ser considerados como indispensáveis a todos os profissionais.

Esta proposta é a fase inicial de um processo e como tal está sujeita a modificações e abertas a sugestões.

OBRAS CONSULTADAS

- Lei nº 6.229 de 17 de julho de 1975 - Organização do Sistema Nacional de Saúde, Brasília.
- Ministério da Saúde - Ministério de Educação e Cultura - Organização Pan-Americana da Saúde - Programa de Preparação Estratégica do Pessoal de Saúde - PPREPS - 1976, Brasília.
- Ministério da Saúde - Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste, Brasília.
- FERREIRA, José Roberto - "O papel do Hospital à luz das novas tendências do ensino médico" - OPAS / OMS.
- GARCIA, J. C. La educación médica en la América Latina, OPS / OMS, 1972.
- Fundação de Saúde do Estado da Paraíba - Universidade Federal da Paraíba - Fundação Oswaldo Cruz - Programa de Desenvolvimento Integrado de Recursos Humanos para a Saúde - 1976, Paraíba.
- PILLET, J. V. "Cobertura, Empleo, Universidad", OPAS / OMS. SEMINÁRIO sobre Ensino de Enfermagem a Nível Universitário, Brasília, OPS / OMS, 1973.

A BAGACEIRA: UMA ESTÉTICA DA SOCIOLOGIA

Elizabeth Marinheiro

A clareza e o vigor epistemológico, a objetividade da análise expositiva, a exaustiva preocupação pela demonstração do quadro gráfico, sintetizando os componentes da complexa estrutura narrativa de *A Bagaceira*, conferem à autora uma dinâmica preocupação na busca das vertentes básicas em que se fundamenta a evidência do sentido sociológico suscitado pelo romance em questão.

Já nas Livrarias



Uma publicação da Editora Universitária/UEPB

A VISÃO ROUSSEAUNIANA: O ESTADO COMO INSTRUMENTO DE IGUALDADE E DE LIBERDADE

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Rômulo de Araújo Lima

Rubens Pinto Lyra

I – ESTUDO DESCRITIVO

1. Os Tempos Primitivos: estado de harmonia e felicidade

§ 1º – A essência humana

Toda a obra de Rousseau é marcada pela crença de que o homem possui, indelevelmente, gravada em sí, desde o seu nascimento, características que o identificam como ser humano. Em outras palavras, para Rousseau existem qualidades potenciais, inatas no homem, que preexistem à sua prática social, isto é, ao fazer histórico do homem. O conjunto dessas qualidades constitui o que ele denomina de natureza humana.

A natureza humana é, assim, formada por traços fundamentais de que todo homem é portador, independentemente do tipo de cultura ou de sociedade em que se encontra inserido. Essa essência humana a-histórica e abstrata é que individualiza o homem e o separa dos outros animais.*

O homem é, dessa forma, portador de qualidades naturais tais como a perfectibilidade, a bondade, a piedade e a sensibilidade** que a sua existência histórica deve concretizar, embora, sob certas circunstâncias, possa também desviá-lo do caminho para o qual está naturalmente destinado.***

* Esta concepção é partilhada, de igual forma, por Hobbes. Diferem entretanto quanto ao conteúdo dessa essência a-histórica. Com efeito, Hobbes entende que a maldade e o egoísmo são inatos no homem, cujo comportamento social, caracterizado pela “guerra de todos contra todos”, é apenas um reflexo natural de seu caráter intrinsecamente egoísta.

** A razão, assim como o sentimento de liberdade e de justiça existem em potência no homem. Porém, somente na vida social é que ele fez uso da razão e toma consciência da liberdade e da justiça.

*** Esta forma de conceber a natureza do homem contrasta com a corrente materialista, para a qual o caráter do homem, suas virtudes e defeitos são inteiramente forjados no curso do processo histórico. De acordo com esta visão, o homem é como uma folha de papel em branco, sendo a sua natureza evolutiva e variável, e o conteúdo desta moldado pela prática social.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 146/161	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

Esta concepção, visceralmente idealista, da natureza humana terá implicações decisivas na maneira de Rousseau analisar a organização social. Segundo o seu modo de ver, o conteúdo mais ou menos satisfatório das relações sociais, é determinado, não pelas leis que governam o curso da História, mas pela vontade humana, de cujo aprimoramento no sentido do bem depende um maior ou menor grau de justiça.

§ 2º - O Estado de Natureza

a) O ESTADO DE DISPERSÃO - Para o filósofo genebrino, o homem primitivo vivia em estado de natureza, isto é, tinha uma existência próxima à dos animais, dependendo de forma absoluta da natureza para sobreviver. "A terra, abandonada à sua fertilidade natural e recoberta de imensas florestas virgens do machado, oferece a cada passo armazéns e refúgios aos animais de todas as espécies. Os homens, dispersos entre eles, observam-nos, imitam-nos o engenho e assim se elevam até o instinto dos animais. E com esta vantagem: cada espécie possui apenas o próprio (instinto), ao passo que o homem, não tendo nenhum que lhe pertença unicamente, apropria-se de todos, nutre-se igualmente da maioria dos diversos alimentos, "que os outros animais compartilham, e, por conseqüência, encontra a subsistência com maior facilidade que eles"¹.

Em virtude de sua vida rústica, propiciada pelo permanente contato com a natureza, o selvagem primitivo era mais apto fisicamente do que o homem moderno para prover sua subsistência num meio natural adverso, embora dependesse em tudo deste ambiente. "Habitados desde a infância às intempéries e ao rigor das estações, exercitados à fadiga e forçados a defenderem nus e desarmados a própria vida e sua presa contra os animais ferozes, ou de fugir-lhe na carreira, os homens formaram um temperamento robusto e quase inalterável"².

Vivendo em estado de dispersão, os homens ainda não conheciam a vida associativa. Somente de forma esporádica associavam-se em hordas, premidos pela necessidade de enfrentar um perigo comum. Tão logo este deixava de existir, a efêmera associação desaparecia. "Educado pela experiência em que o amor do bem-estar é o único objetivo das ações humanas, ele se achou em situação de distinguir as raras ocasiões em que o interesse comum poderia fazê-lo contar com a assistência de seus semelhantes. (...) Ele se unia aos semelhantes, em rebanho, ou então numa espécie qualquer de associação livre que a ninguém obrigava e não durava mais que a passageira necessidade que a formara"³.

Assim, desconhecendo nessa etapa do estado natural qualquer sentimento que não o da própria existência e da necessidade de sobrevivência, o homem primitivo não tinha noção do bem e do mal. Vivia num estado de amoralidade absoluta, desconhecendo todo tipo de norma.

b) A SOCIEDADE EMBRIONÁRIA OU A IDADE DO OURO - Entretanto, o homem, por trazer consigo características inatas, veio, com o passar do tempo,

A VISÃO ROUSSEAUNIANA: O ESTADO COMO INSTRUMENTO DE IGUALDADE E DE LIBERDADE

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Rômulo de Araújo Lima

Rubens Pinto Lyra

I - ESTUDO DESCRITIVO

1. Os Tempos Primitivos: estado de harmonia e felicidade

§ 1º - A essência humana

Toda a obra de Rousseau é marcada pela crença de que o homem possui, indelevelmente, gravada em si, desde o seu nascimento, características que o identificam como ser humano. Em outras palavras, para Rousseau existem qualidades potenciais, inatas no homem, que preexistem à sua prática social, isto é, ao fazer histórico do homem. O conjunto dessas qualidades constitui o que ele denomina de natureza humana.

A natureza humana é, assim, formada por traços fundamentais de que todo homem é portador, independentemente do tipo de cultura ou de sociedade em que se encontra inserido. Essa essência humana a-histórica e abstrata é que individualiza o homem e o separa dos outros animais.*

O homem é, dessa forma, portador de qualidades naturais tais como a perfectibilidade, a bondade, a piedade e a sensibilidade ** que a sua existência histórica deve concretizar, embora, sob certas circunstâncias, possa também desviá-lo do caminho para o qual está naturalmente destinado.***

* Esta concepção é partilhada, de igual forma, por Hobbes. Diferem entretanto quanto ao conteúdo dessa essência a-histórica. Com efeito, Hobbes entende que a maldade e o egoísmo são inatos no homem, cujo comportamento social, caracterizado pela "guerra de todos contra todos", é apenas um reflexo natural de seu caráter intrinsecamente egoísta.

** A razão, assim como o sentimento de liberdade e de justiça existem em potência no homem. Porém, somente na vida social é que ele fez uso da razão e toma consciência da liberdade e da justiça.

*** Esta forma de conceber a natureza do homem contrasta com a corrente materialista, para a qual o caráter do homem, suas virtudes e defeitos são inteiramente forjados no curso do processo histórico. De acordo com esta visão, o homem é como uma folha de papel em branco, sendo a sua natureza evolutiva e variável, e o conteúdo desta moldado pela prática social.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 146/161	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

a modificar o seu comportamento passivo face às forças hostis da Natureza. Procura agora enfrentá-las, instrumentalizando-se para melhor defender-se e sobreviver.

Da vida nômade que levava até então, o selvagem primitivo atingiu um estágio sedentário, morando em cavernas ou acampamentos fixos.

Essa mudança é assim descrita por Rousseau: "Tudo começa a mudar de face. Os homens errantes até aqui, tendo adquirido uma base fixa, se aproximam lentamente, se reúnem em diversas tribos, e formam enfim, em cada região, uma nação particular, unida por costumes e caracteres, não por leis e regulamentos, mas pelo mesmo gênero de vida e de alimentos e pela influência comum do mesmo clima"⁴.

Chegam, dessa forma, a um estágio de vida associativa embrionária, onde, naturalmente, se desenvolve um sentimento maior de solidariedade entre os homens. Alcançam um estado de harmonia e de felicidade, que bem caracteriza esta etapa de desenvolvimento da humanidade. É a idade do Ouro, o Eldorado, onde "uma vizinhança permanente não pode deixar de engendrar enfim alguma ligação entre as diversas famílias. Jovens de ambos os sexos habitam cabanas vizinhas; o comércio passageiro reclamado pela Natureza humana conduz em breve a um outro, não menos doce e mais permanente, devido à freqüência mútua. Acostumam-se a considerar diferentes objetos e a fazer comparações, adquirem-se insensivelmente idéias de mérito e de beleza que produzem sentimentos preferenciais. A força de se verem, não podem passar sem se verem de novo"⁵.

Apesar de terem alcançado essa forma elementar de vida associativa, os homens permanecem ainda em estado natural. Com efeito, nesse período, ainda não existem as instituições que caracterizam a sociedade civil: governo e poderes constituídos, normas de caráter coativo, limitativas da liberdade, em suma, o Estado e o Direito.

2. O Estado: instrumento de Liberdade

§ 1º — Do Estado da Natureza à Sociedade Civil. O surgimento do Estado

Com o progresso da técnica o homem aperfeiçoou seus instrumentos e deixou de depender da natureza. A metalurgia e a agricultura primitiva permitiram-lhe dominar o meio natural e dele extrair mais do que o necessário à sua própria sobrevivência.

É certo, contudo, que esta passagem da barbárie à civilização não se deu num átimo. O homem a ela chegou mediante um lento e longo processo evolutivo, conduzido pela constante luta contra a natureza.

As conquistas sempre crescentes do homem, no campo da cultura, da arte e da técnica, o progresso do modo pelo qual são produzidos os meios de existência necessários, a evolução que se verifica na produção e o conseqüente aperfeiçoamento das

condições materiais de vida, tudo leva a que os laços com os seus semelhantes se estreitem.

Contudo, o progresso a que aludimos traz em seu bojo os germes da propriedade privada, com todo o cortejo de violências a ela inerentes, ameaçando destruir as conquistas laboriosamente alcançadas pelo gênero humano.

A transição de uma vida natural, caracterizada por frouxos vínculos associativos, para uma existência plenamente social, se torna inelutável.

A compreensão dessa necessidade imperativa de união leva o homem a celebrar, com os outros homens um pacto - o contrato social - cujas cláusulas estabelecem as normas imperativas da convivência social.

Por este pacto os homens criam a sociedade civil que, para Rousseau, resulta do ato pelo qual uma massa informe de homens se transforma em povo.

Concomitantemente, esse mesmo ato origina o Estado, cuja finalidade precípua é garantir e executar as cláusulas do contrato social.

Esse contrato encontra-se, pois, na base de constituição do Estado, e tem como objetivo - síntese conciliar a prática da vida em sociedade com a preservação das liberdades individuais.

§ 2.º - O Contrato Social (pacto de liberdade)

Vimos no parágrafo anterior como os homens, movidos pelo progresso, chegaram à vida associativa e celebraram um pacto, que originou a Sociedade Civil e o Estado. Convém, por conseguinte, analisar a anatomia desse ato.

O Contrato Social, como toda convenção, é um acordo de vontades com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Ora, os efeitos jurídicos do Contrato Social são, precisamente, a criação do corpo social e do corpo político. Em outras palavras, o Contrato Social objetivou a criação da ordem social e da ordem jurídico-política.

Rousseau não utilizou aleatoriamente o conceito de Contrato Social para explicar a origem da Sociedade e do Estado. Com efeito, admitir a existência de uma essência humana inata e imutável, que preexiste a própria experiência do homem, significa recusar-lhe uma essência forjada no processo histórico. Como corolário dessa concepção, decorre a crença de que a realidade vivida pelos homens é, largamente, determinada pela vontade humana.

Sendo assim, as bases da convivência social não poderiam ser senão fruto dessa vontade, cuja objetivação se traduz num acordo livremente estabelecido pelos homens.

Conceituando o Pacto Social, Rousseau afirma que todas as suas cláusulas "se reduzem a uma única, a saber, a alienação total de cada associado, com todos os seus direitos, em favor de toda comunidade; porque, primeiramente, cada qual se entregando

por completo e sendo a condição igual para todos, a ninguém interessa torná-la onerosa para os outros”¹¹.

O cumprimento desta cláusula será garantido pela submissão de todos ao império da vontade geral: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e toda sua autoridade, sob o supremo comando da vontade geral, e recebemos em conjunto cada membro como parte indivisível do todo”¹².

Que é, pois, esta vontade geral a que todos devem obedecer? A vontade de todos? Para responder a estas questões, devemos compreender o significado do ato em que cada homem aliena seus direitos e se integra num corpo social submetido à vontade geral. “...Esse ato de associação produz um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quanto a assembléia de vozes, o qual recebe desse mesmo ato sua unidade, seu eu comum, sua vida e sua vontade. A pessoa pública, formada assim pela união de todas as outras, tomava outrora o nome da cidade, e toma hoje o de república ou corpo político, o qual é chamado por seus membros; Estado, quando é passivo; soberano, quando é ativo; autoridade, quando comparado a seus semelhantes. Na que concerne aos associados, adquirem coletivamente o nome de povo, e se chamam particularmente cidadãos, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e vassalos, quando sujeitos às leis do Estado. Todavia, esses termos freqüentemente se confundem e são tomados um pelo outro. É suficiente saber distingui-los quando empregados em toda a sua precisão”¹³.

Do texto citado, inferimos que, do Pacto Social, resultou uma pessoa distinta daquelas que a criaram. Utilizado a moderna teoria jurídica poderíamos denominá-la pessoa jurídica de Direito Público. Esta pessoa é mais do que a soma dos seus membros, tem uma existência e, mesmo, uma vontade própria: a vontade geral.

Por sua vez, a vontade geral não se confunde com a vontade de todos os cidadãos. “Há muitas vezes grande diferença entre a vontade de todos e a vontade geral: esta olha somente o interesse comum, a outra o interesse privado, a outra coisa não é senão a soma de vontades particulares; mas tirai dessas mesmas vontades as que em menor ou maior grau reciprocamente se destroem, e resta como soma das diferenças a vontade geral”¹⁴.

A vontade geral é assim, depois de eliminados os aspectos conflitantes e destrutivos das vontades particulares, a soma daqueles aspectos que dizem respeito ao interesse geral dos cidadãos.

De outro modo, a vontade geral está intrinsecamente ligada à soberania. Isto porque a Sociedade Civil e o Estado são aspectos complementares de uma mesma realidade, aquela criada pelo Contrato Social: “Digo, pois, que outra coisa não sendo a soberania senão o exercício da vontade geral, jamais se pode alienar, e que o soberano, que nada mais é senão um ser coletivo, não pode ser por si mesmo; é perfeitamente possível transmitir o poder, não porém a vontade”¹⁵.

Com efeito, a soberania não pode ser alienada por que ela não é mais que o exercício da vontade geral. Essencial à manutenção do corpo social, a vontade geral é a única que pode dirigir o Estado. "A primeira e mais importante consequência dos princípios acima estabelecidos está em que somente a vontade geral tem possibilidade de dirigir as forças do Estado, segundo o fim de sua instituição, isto é, o bem comum; pois, se a oposição dos interesses particulares tornou necessário o estabelecimento das sociedades, foi a conciliação desses mesmos interesses que a tornou possível"¹⁶.

Na concepção de Rousseau, o poder soberano é, portanto, inalienável. O povo é o seu depositário, enquanto ao governo cabe apenas executar as decisões emanadas do único titular da soberania: a vontade geral.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

§ 3º - Natureza e finalidade do Estado

Vimos nos parágrafos anteriores a natureza do ato pela qual um povo constitui-se como tal, dando origem à Sociedade Civil e ao Estado. A natureza desse ato é do molde a demonstrar que os Estados legítimos são frutos da manifestação livre de vontades.

O fundamento e a natureza, pois, do corpo político, isto é, do Estado, reside no ato pelo qual os homens, abdicando de seus direitos, constituem-se em sociedade visando assegurar o bem comum, sem sacrificar a liberdade.

O estabelecimento do Pacto Social, entretanto, não está livre de contradições. Na sociedade, o máximo de liberdade permitida é incompatível com o pleno exercício por cada um de seus membros, dos direitos soberanos. A superação deste conflito entre a liberdade individual e a liberdade coletiva é a questão que Rousseau se propõe resolver.

Vivendo em estado de natureza, os homens eram livres. Contudo, esta liberdade natural não era a verdadeira liberdade, porquanto consistia, tão-somente, na possibilidade de agirem segundo os ditames de seus instintos. Não eram, assim, limitados em seus atos por nenhum ordenamento jurídico, consequência dos condicionamentos característicos da Sociedade Civil: "Esta liberdade comum é uma consequência da natureza do homem. Sua primeira lei consiste em proteger a própria conservação, seus primeiros cuidados os devidos a si mesmo, e tão logo se encontre o homem na idade da razão, sendo o único juiz dos meios apropriados à sua conservação, torna-se por aí seu próprio senhor"¹⁷.

A vida em sociedade constitui, desta sorte, um progresso. Somente na sociedade é que o homem firma sua verdadeira liberdade, dá um sentido à sua vida e distingue-se definitivamente dos animais. Entretanto, é necessário conciliar a vocação de liberdade do homem com a vida social.

No estado de natureza, já vimos, o homem agir livremente, sem encontrar obstáculos à sua conduta, senão os naturais. Sua esfera de liberdade não estava limitada

pela liberdade dos outros. Ora, na vida social o exercício sem freios da liberdade individual termina por liquidar a de todos. “Reduzamos todo este balanço a termos fáceis de comparar. O que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo que possui. Para que não haja engano em sua compensação é necessário distinguir a liberdade natural, limitada pelas forças de indivíduo, da liberdade civil que é limitada pela liberdade geral”¹⁸.

O máximo de liberdade, portanto, garantida a cada cidadão pelo Pacto Social será a de tudo fazer desde que não prejudique a outrem. Desta forma, os limites estabelecidos ao pleno exercício dos direitos e liberdades individuais serão, exatamente, aqueles que permitam a todos os membros da sociedade o exercício e gozo destes mesmos direitos e liberdades.

A limitação, assim, da liberdade individual obedece os ditames de interesse geral, do bem comum. Pelo Pacto Social os homens alienam seus direitos à coletividade a quem devem obedecer. Para Rousseau, obedecer à coletividade é como obedecer a si mesmo. Porque a limitação da liberdade individual foi feita em proporção igual para todos, com o consentimento de todos e no interesse de todos. Desta sorte, “cada um, unindo-se a todos não obedece senão a si mesmo, ficando tão livre quanto antes”.

Conseqüentemente, o Estado deverá ser o legítimo representante da coletividade a que serve, pois que não é senão a forma pela qual esta coletividade se constitui. Sua legitimidade está em corporificar no campo do poder a vontade coletiva que a instituiu.

Objetivando assegurar a liberdade dos homens vivendo em sociedade, o Contrato Social, a fim de garantir sua eficácia, teria que instituir uma autoridade que garantisse o cumprimento de suas cláusulas. O Estado é, precisamente, o instrumento criado com o fim expresso de executar os termos do pacto, zelando pelo cumprimento de suas cláusulas.

A defesa, pois, das liberdades dos cidadãos é o fim último a ser atingido pelo corpo político.

§ 4º — A Sociedade do Contrato Social

Contrariamente às suas idéias políticas, Rousseau não apresentou uma visão sistematizada da forma como concebia o conteúdo e a organização das demais esferas de vida social.

Sua atitude é típica do pensador idealista, que enfatiza os aspectos super-estruturais da realidade, partindo do mundo das idéias e de sua teorização abstrata para a intervenção dos diversos aspectos da realidade material em que se encontra inserido.

Apesar disso, é possível, através de passagens dispersas, reconstituir a idéia-força da sociedade que deveria ser regida por seu famoso Contrato.

A análise do pensamento rousseauiano sobre a organização sócio-econômica por ele proposta revela forte coloração socialista.

Com efeito, para Rousseau, a propriedade somente se justifica "pelo trabalho e pela cultura, únicos sinais de propriedade que (...) devem ser respeitadas pelos outros"¹⁹. Sendo que, em qualquer hipótese "o direito de cada particular sobre sua parte do solo está sempre subordinado ao direito da comunidade sobre o todo, sem o que não haveria solidez no laço social nem força real no exercício da soberania"²⁰.

Portanto, na sua concepção, seria inadmissível que um homem ou um povo se assenhoreasse de um território imenso e dele privasse "todo gênero humano, a não ser por usurpação punível, tirando-lhes o abrigo e o alimento que a natureza lhes deu em comum".

Estas posições denunciam a hostilidade de Rousseau para com a propriedade privada dos meios de produção exercida em grande escala, isso porque uma sociedade que tenha como fundamento tal tipo de propriedade coloca necessariamente, numa situação de dependência os não-proprietários, face ao poder daqueles que se apropriam daquilo que por natureza deve ser comum a todos.

Vê-se, pois, que Rousseau concebe, como forma de organização social, uma utópica sociedade igualitária formada por pequenos proprietários.

Esse tipo de relações sociais implica a adoção de uma nova moral social, consequência necessária da filosofia contida no pacto social.

Por conseguinte, Rousseau objetiva substituir, através do pacto fundamental, tudo aquilo que a natureza poderia trazer de desigualdade entre os homens, por uma igualdade moral e legítima, que faria com que os homens, desiguais na força ou no gênio, se tornem iguais por convenção e direito²¹.

Do ponto de vista político, a democracia direta seria a forma de governo dessa sociedade igualitária porquanto sendo "as condições todas iguais em virtude do contrato social, todos devem prescrever o que todos devem fazer, ao passo que ninguém tem o direito de exigir que outro faça aquilo que ele mesmo não faz"²².

§ 5º O Pacto de submissão. Origem dos Estados Ilegítimos

Vimos como os homens constituíram, pelo Pacto Social, um corpo político cuja finalidade precípua é assegurar o respeito às liberdades individuais.

Contudo, a vida em sociedade, exacerbando as diferenças naturais existentes entre os homens, fizeram com que o objetivo de igualdade de direitos, inerente ao Contrato Social, fosse, com o passar do tempo, comprometido.

Assim, os mais fortes e os mais hábeis lograram obter melhores resultados no processo produtivo, tendo sabido tirar melhor partido das atividades a que se consa-

garam. “É assim que a desigualdade natural se desdobra insensivelmente com a de circunstância, e que as diferenças existentes entre os homens se tornam mais profundas, mais permanentes, e começam a influir na mesma proporção sobre o destino dos particulares”.

O homem deixou-se arrastar pela cobiça e, em detrimento dos outros homens, passou a acumular riquezas. Movido pela ambição, veio a desejar mais do que o trabalho lhe proporcionava: “...A ambição devoradora, o ardor de aumentar sua relativa fortuna, menos por uma verdadeira necessidade que pelo desejo de se sentir acima dos demais, inspira a todos os homens uma negra propensão no sentido de se prejudicarem reciprocamente. Um ciúme secreto, tanto mais perigoso porque, para aplicarem seu golpe com maior segurança, fazem com que esse ciúme adquira muitas vezes a máscara da benevolência. Numa palavra, concorrência e rivalidade de um lado, e do outro oposição de interesses e sempre o desejo oculto de tirar proveito às expensas de outrem. Todos esses males constituem o primeiro efeito da propriedade e o inseparável cortejo da desigualdade nascente”.

Desta forma, as diferenças crescentes de fortuna conduzem brevemente a sociedade a mais brutal desordem: “Os pobres, irremediavelmente lançados à mais negra miséria, passaram a pilhar para assegurar a sua sobrevivência. Os ricos, no afã de ampliar as suas posses, pilhavam violentamente os pequenos proprietários”.

As novas relações sociais assim criadas, subvertendo a ordem igualitária em que repousa o aludido pacto, aliena o homem de sua verdadeira essência, fazendo-o voltar às costas a finalidade maior para a qual fora criado - a de viver em igualdade com os seus semelhantes, em uma sociedade livre.

Foi assim que, sob às instâncias dos ricos e visando garantir sua sobrevivência e se livrar da opressão, os homens uniram-se no sentido de instituir um poder supremo, autoregulado por leis, que banisse da sociedade a violência e instalasse em seu seio a paz e a concórdia. “Tal foi ou deveu ser a origem da sociedade e das leis que criaram novas peias para o fraco e novas forças para o rico, destruíram sem possibilidade de retorno a liberdade natural, fixaram para sempre a ordem de propriedade e da desigualdade, que, de uma astuciosa usurpação, fizeram o direito irrevogável, e, para proveito de alguns ambiciosos, sujeitaram, daí por diante, todo o gênero humano ao trabalho, à servidão, à miséria”²³.

Este Estado de desigualdade não pode ser legítimo, porquanto ninguém tem o direito de escravizar seu semelhante. Este é um ato contrário à natureza humana e fere em profundidade os direitos soberanos alienados à coletividade, mediante o Contrato Social.

O Estado deve ser constituído para assegurar a liberdade dos cidadãos e não para escravizá-los. No entanto, consagrando as desigualdades, as leis deixaram de refletir a vontade geral para defender os interesses de uma parcela da coletividade, em detrimento de outra.

Ora, não é qualquer lei que impõe a obrigação de obediência decorrente do pacto social. Para tanto é condição indispensável que seja dotada de legitimidade. A norma jurídica deve, pois, ser democrática para ser válida. Isto é, ser elaborada com a participação de todos, por si ou por seus representantes, em iguais condições. Porque, em caso contrário, não haverá lei - norma de conduta obrigatória livremente adotada pela coletividade - e sim arbítrio, privação da liberdade de uns em benefício de outros. "Convenhamos, pois, que a força não faz direito, e que não se é obrigado a obedecer senão às autoridades legítimas"²⁴.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

II - ESTUDO CRÍTICO

1 - Significado histórico da Produção Teórica de Rousseau

§ 1º - Ambiência político-social da obra de Rousseau

A cada etapa do processo histórico, em consequência das transformações econômicas e sociais, surgem novas idéias e novas construções teóricas, que tendem a expressar as necessidades e aspirações das camadas emergentes da sociedade.

No séc. XVIII, com as substanciais mudanças ocorridas em função da emergência do modo de produção capitalista, que modificaram em profundidade o panorama de imobilismo e estagnação do feudalismo, vários teóricos dedicaram-se a submeter ao crivo da crítica a sociedade em que viviam. Rousseau foi um deles.

O Capitalismo emergente, necessitando de trabalhadores livres para colocar em funcionamento as grandes oficinas, lançava-se contra os bastiões feudais.

A organização política feudal passou a ser cada vez mais contestada por representar um entrave ao pleno desenvolvimento do novo modo de produção. Em contraposição à monarquia aristocrática, a democracia representava o regime ideal às reivindicações da nova classe, a burguesia.

Vivendo o clima de desagregação da velha sociedade e profundamente vinculada às classes médias, de onde provinha, Rousseau procurou formular no plano das idéias a perspectiva dessas classes.

Neste sentido, soube como ninguém exprimir os anseios generalizados de democracia e propor um modelo para a sua concretização, que inspirou os revolucionários de 1789.

Voltando-se para o homem e fazendo dele o tema central de sua obra, Rousseau teceu veemente crítica à ordem feudal.

Todavia, vivendo os embates de sua época, o mestre de Genebra não pôde desvencilhar-se das contradições da classe a que pertencia. Sendo fruto de sua existência, sua obra refletiu aquelas contradições.

Contudo, é inegável a sua contribuição no sentido de trazer a problemática do homem para o centro das discussões em torno da questão do Estado e de sua finalidade.

§ 2.º – Contribuição de Rousseau aos ideais democráticos

Rousseau foi o principal arauto da democracia na França. Concebendo a organização política de um povo baseada na livre e efetiva participação de todos, fazia disto um postulado do qual extraía, como corolário, que a lei somente é legítima quando expressão da vontade geral e a autoridade somente é válida quando escolhida pelo povo.

Por outro lado, supondo os homens nascidos livres e iguais e a sociedade tornando-os escravos e desiguais, alimentava os ódios que se elevavam contra o absolutismo feudal.

Ao formular a teoria do Contrato Social, onde os fundamentos da sociedade e do Estado são buscados no consentimento de todos os cidadãos, Rousseau negava o poder baseado na desigualdade e no arbítrio.

Acresça-se a tudo isso o fato de que, para ele, somente a vontade geral pode dirigir o Estado, pois esta consiste no exercício da soberania, cujo titular é o povo.

Ademais, percebendo que a liberdade dos homens somente poderá ser afirmada a partir das condições de sua existência, Rousseau vislumbra que a desigualdade política tem origem na desigualdade econômica. Deste modo, o homem, para fundar um Estado legítimo e democrático, tem que modificar as condições concretas de sua existência.

Sob este aspecto o pensamento de Rousseau mostra sua face mais revolucionária. Negando legitimidade ao Estado fundado na desigualdade, postula a reformulação da sociedade no sentido de alcançar a democracia, única forma de criar um Estado legítimo.

2 – Reflexão Metodológica

§ 1.º – A construção do conceito de estado de natureza

Não resta dúvida que o conceito de estado da natureza exerce, ao lado do conceito de Contrato Social, papel de vital importância no corpo das concepções de Rousseau sobre a origem, natureza e finalidade do Estado. Entretanto, não são poucas as controvérsias em torno desse conceito.

Inicialmente, deve-se salientar que, em nenhum momento, a História é perquirida na elaboração do conceito de estado natural. O método utilizado por Rousseau é, eminentemente, lógico-explicativo. Partindo do que é, Rousseau pretende chegar

ao que deve ter sido e ao que deve ser. Como então formular o conceito de estado de natureza?

Não partindo, Rousseau, da História, a via que ele segue para abordá-lo consiste em retirar do homem as qualidades culturais a ele incorporadas pela vida social e buscar, assim, alcançar os traços essenciais, que constituem a natureza humana. "Despejado este ser (...) de todos os dons sobrenaturais que possa ter recebido e de todas as faculdades artificiais adquiridas somente após longo progresso; considerando, numa palavra, tal qual deve ter saído das mãos da Natureza... vejo nele um animal menos forte que uns, menos ágil que outros, mas, no conjunto, mais vantajosamente organizado que todos"³³.

Os homens nascem livres, diz ele no Contrato Social. Por que nascem livres? eis a pergunta a que o conceito de estado de natureza responde. Os homens estão, desde o nascimento, dotados de instintos, que condicionam seu comportamento na vida social. Estes instintos caracterizam, como já vimos, a natureza humana.

A objetivação dessa natureza humana, que representa o homem essencial, seria o horizonte para o qual a humanidade deve teleologicamente marchar para atingir a felicidade.

O homem essencial, ao entrar em contradição com tudo aquilo que inibe sua realização no meio social, evidencia as vias pelas quais poderá alcançar a sua reunificação, isto é, realizar na sociedade o homem integral.

A contradição, portanto, inerente à própria condição social do homem, entre o homem essencial e o meio social que o nega, seria a base em que repousa todo processo histórico. Em outras palavras, a busca da realização do homem integral seria o motor da História.

Neste ponto é que o conceito de estado de natureza desempenha seu relevante papel no aparato conceitual rousseauiano. Admitindo a existência de uma natureza humana a-histórica, de um homem essencial, Rousseau, para explicar o surgimento da sociedade e do corpo político, teve que elaborar um conceito que se coadunasse com o princípio inato e inutável que admitia existir no homem. Este conceito é o estado de natureza.

Destarte, tal conceito serve-o, não somente, para explicar a origem da sociedade e do Estado mas, sobretudo, para negar a ordem social vigente e justificar suas proposições políticas de reestruturação social.

O problema, pois, reside em acompanhar o processo de passagem de estado de natureza ao estado de sociedade. Melhor dizendo, de um lado, acompanhar o processo de distanciamento do homem de sua essência, do outro lado, o processo inverso de luta pela sua reunificação.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

O ponto central do exercício teórico de Rousseau repousa na recusa de aceitar a perda da liberdade humana como definitiva e na busca de uma via para que o homem recupere esta liberdade.

Reconhecendo a impossibilidade de retroceder ao estado de natureza, sacrificando, assim, as conquistas da civilização e do progresso, Rousseau vislumbra a possibilidade de reunificação do homem no seio da sociedade.

Mesmo submetido às influências malévolas da civilização, o homem conserva suas qualidades naturais de livre-arbítrio e sentido de perfeição. Este fato permite que o homem, na e através da sociedade, amplie seus horizontes intelectuais, alcançando “o enobrecimento dos sentimentos e a elevação da alma”.

A civilização, em si e por si, não é condenada, senão os seus males, “os abusos do estado social civilizado”. Porque, afinal, a civilização permite ao homem evoluir de “um ser estúpido e limitado” para a condição de “criatura inteligente”.

O problema reside, assim, em encontrar a fórmula que permite ao homem recuperar as liberdades perdidas sem voltar ao estado de natureza. Fórmula que concilie a vida em sociedade com o exercício das antigas liberdades. Esta fórmula há que ser um novo pacto social, que permite ao homem garantir, na sociedade, o máximo de liberdade para cada indivíduo.

Tal como o conceito de estado de natureza, o conceito do contrato social obedece ao mesmo critério na sua elaboração. Rousseau não cogita da existência histórico-concreta da realização de um pacto primordial, que deu origem à sociedade e ao Estado. A existência do pacto social é psicológica, e não histórica. Nós vivemos em sociedade como se obedecêssemos a uma convenção. “O contrato não é um fato histórico, mas um critério de explicação da ordem jurídica. Em mais de uma passagem de suas obras fundamentais sobre o assunto, Rousseau faz questão de registrar que as suas observações não devem ser tomadas no sentido fatural e histórico, mas sim em sentido hipotético. Vivemos “como se” tivesse havido um contrato; e a sociedade legítima é aquela que se desenvolve tendo como pressuposto lógico a idéia de um contrato concluído segundo puras exigências racionais”³⁴.

Por conseguinte, o conceito de contrato social é utilizado, por Rousseau, de duas formas:

- a) para explicar a origem da sociedade civil e do Estado, e
- b) como projeto político de reestruturação da sociedade, corrompida pelas desigualdades sociais.

Com efeito, admitindo a celebração de um pacto primevo, que permitiu ao homem passar do estado de natureza à vida associativa sem perder a liberdade, Rousseau lança-se contra a desigualdade reinante, fruto do rompimento do pacto, propondo a volta àquele pacto primitivo.

III - CONCLUSÕES

Rousseau soube, como ninguém, fazer a crítica da sociedade feudal. Analisando a passagem do estado de natureza para o estado de sociedade chega, mesmo, a realizar uma abordagem bastante próxima da análise materialista. "Em Rousseau, já nos encontramos (...) com um processo (de raciocínio) quase idêntico ao que Marx desenvolve em O Capital. Além de todas as expressões dialéticas que são exatamente as mesmas empregadas por Marx, encontramos também processos antagônicos por natureza, cheios de contradições, contendo a transmutação de um extremo em seu contrário e, finalmente, o ponto nevrálgico da questão, a negação da negação"²⁵.

Entretanto, o enfoque dialético de Rousseau repousa em uma visão idealista do progresso social, já que considera a contradição entre o homem e o mundo em que vive a mola mestra do processo histórico.

Assim, os verdadeiros agentes da transformação da sociedade - as classes sociais - nunca são mencionados. Isto porque o protagonista das transformações sociais, para ele, é o homem individualizado, que se teria pervertido com o progresso social.

Tudo depende, nessa concepção, do livre arbítrio, da vontade individual de cada homem, que é livre para continuar escravo ou para reencontrar a sua liberdade.

Com efeito, o estágio de desenvolvimento material da sociedade, no século XVIII, restringindo o alcance dos conhecimentos filosóficos e científicos da época, não lhe permitiu ver que, a partir do momento em que a sociedade se divide em classes, são os interesses destas que passam a determinar o curso da História. As pessoas, na sociedade, sentem, pensam, agem politicamente como membros de uma classe social.

Não adianta, pois, dirigir-se aos indivíduos isoladamente. Pertencentes a classes sociais distintas, estes indivíduos se posicionarão de forma antagônica em relação ao projeto de reorganização social, baseado no pacto livre e democrático proposto por Rousseau.

A perspicácia de Rousseau - que identificou a propriedade privada como o elemento básico da alienação do homem - perde-se no vazio das elucubrações idealistas ao propor uma alternativa política utópica para a organização da sociedade.

Esta é a razão pela qual ele acredita na educação como o instrumento por excelência de realização prática de seu projeto de reestruturação social, capaz de libertar o homem da alienação que lhe foi imposta pelo progresso.

Em suma, a análise desenvolvida por Rousseau concebe a evolução social como fruto da vontade humana.

Assim, para ele, o progresso obtido, que beneficiou apenas uma pequena minoria, e que, no dizer de Engels, suscitou "as paixões mais vis do homem", instalando a discórdia e o ódio na sociedade, constituiu um "desvio" de sua trajetória rumo à liberdade. No seu entender, a evolução das ciências e das artes foi responsável pela "queda"

do homem, pelo distanciamento progressivo daquilo que constitui a sua essência, a liberdade.

Ora, a análise científica mostra que as desigualdades surgidas no curso do processo histórico, assim como a escravidão e a tirania que se seguiram, não resultam da maldade do homem, ou da perversão de uma suposta essência humana, mas se impuseram como uma necessidade objetiva da evolução histórica.

Se se torna efetivamente possível, no atual estágio do desenvolvimento social, conciliar o progresso material com o enriquecimento espiritual da humanidade, esta conciliação não terá como causa a opção livre dos homens por um Contrato Social, cujas virtudes mágicas constituiriam uma espécie de panacéia permanentemente colocada à disposição do gênero humano.

A nova sociedade, sonhada por Rousseau, somente poderá ser construída a partir de uma reformulação global das estruturas que envilecem o homem e servem de respaldo aos regimes opressivos.

Ademais, essa sociedade livre e igualitária não esteve sempre, como pensava Rousseau, ao alcance do homem.

Somente na nossa época, com o desenvolvimento sem precedentes das forças produtivas e do progresso científico e cultural, graças à abundância de bens produzidos, é possível viabilizar um projeto de libertação social, extirpando para sempre a opressão do convívio social e a alienação do espírito do homem.

Enfim, contrariamente ao que pensava Rousseau, somente as vítimas do arbítrio é que poderão ser os agentes dessa gigantesca transformação, de que resultaria então, uma nova sociedade, baseada na "reviviscência da liberdade, igualdade e fraternidade das antigas gens, mas sob uma forma superior"²⁶.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ROUSSEAU, Jean-Jacques - **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**, in **O Contrato Social e Outros Escritos**, trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo, Ed. Cultrix, 1978, 147 p.
2. op. cit. p. 147
3. op. cit. p. 178
4. op. cit. p. 180
5. op. cit. p. 180/181
6. op. cit. p. 30
7. op. cit. p. 31
8. op. cit. p. 31
9. op. cit. p. 41
10. op. cit. p. 38

11. op. cit. p. 38
12. op. cit. p. 22
13. op. cit. p. 34
14. op. cit. p. 30
15. op. cit. p. 35
16. op. cit. p. 37
17. op. cit. p. 36
18. op. cit. p. 37
19. op. cit. p. 38
20. op. cit. p. 185/186
21. op. cit. p. 187
22. op. cit. p. 190
23. op. cit. p. 25
24. op. cit. p. 146
25. ENGELS, Friedrich. - **Anti-Duhuring**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976, 119 p.
26. ENGELS, Friedrich. - **A Origem da Família, da Propriedade Privada e o Estado**. Rio, Editora Civilização Brasileira, 1977, 219 p.

JARDIM DA INFÂNCIA

Águia Mendes

Laureado no concurso de poesia "Augusto dos Anjos", Águia Mendes reúne no seu **Jardim da Infância** poemas escritos com os "melhores grãos d'areia paraibana", coagulados com sangue e tristeza dos meninos pobres e a água das lavadeiras do Varjão humilde. **Jardim da Infância** é o daguerreótipo do cotidiano e figuras remanescentes.



Um Lançamento da Editora Universitária/UEPB

O PAPEL DA UNIVERSIDADE DIANTE DA DEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PLANO DA TECNOLOGIA SOCIAL DE ADMINISTRAÇÃO

Mauro Nunes Pereira

I – INTRODUÇÃO

O tema que pretendo desenvolver, está registrado na programação que os senhores receberam com o título de “Cultura Organizacional e o Papel da Universidade”. Na verdade, esse título não define bem o conteúdo das informações que trago para os senhores. Por culpa somente minha, saiu assim tão seco e pouco explicativo. A expressão mais própria e mais esclarecedora para caracterizar o tema deve ser “O papel da Universidade diante da *dependência* do Brasil no Plano da Tecnologia Social de Administração”, onde a palavra-chave é *dependência*. A tecnologia social de administração é aqui entendida como o conjunto de técnicas, métodos e instrumentos aplicáveis aos sistemas organizacionais nos campos administrativos e comportamentais - e é utilizada no sentido de procurar com mais clareza diferenciá-la da tecnologia física de produção, qual seja, àquela que está relacionada com materiais, edificações, máquinas e equipamentos.

O alvo a ser atingido é uma componente crítica do estoque de conhecimentos de administração que vem se acumulando em nosso país, considerada a Universidade como principal difusora no cumprimento do seu papel de formação básica e convencional. O estudo intenta também posicionar o sistema universitário no contexto que ele opera, cotejando os conhecimentos difundidos com as necessidades da realidade ambiental, e, como não poderia deixar de ser, toma como parâmetro básico e fundamental para a análise, considerações gerais sobre as características culturais do nosso povo, particularizando para os aspectos peculiares da cultura organizacional do sistema empresarial brasileiro. Não é minha intenção nem de longe, desenvolver raciocínios com abordagens antropológicas sobre a noção de cultura, e sim, tão somente “sacar” de textos especializados, informações que venham a subsidiar a nossa reflexão sobre o tema.

Tenho observado que no atual estágio de desenvolvimento e crescimento em que se encontra o mundo, um dos pratos mais apreciados pelos cientistas de todos os matizes, inclusive por futurólogos é o estudo sobre a *tecnologia*, suas implicações diante do homem-natureza e o irrefreável crescimento exponencial do conhecimento,

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 162/176	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

medido em termos de conquistas e avanços nos diversos segmentos da vida. A polêmica sobre tecnologia, tende a se aguçar cada vez mais, conquanto existe uma clara e límpida “divisão de águas” entre os países considerados *ricos* e aqueles denominados *pobres*, ou como querem alguns cientistas da área econômica, os *cêntricos* e os *periféricos*. Na verdade, constata-se uma distância, ou fosso tecnológico cada vez maior entre aqueles, produtores, e, estes dependentes, com uma predominância constante e crescentemente forte dos primeiros.

Contudo, até onde posso perceber, a dependência tecnológica é frequente e comumente estudada apenas por sua angulação física ou material. No entanto, a dependência existente no plano da tecnologia social de administração é muito mais grave e muito mais inquietante, na medida em que envolve a importação de modelos e inteligências não compatíveis com as características culturais do nosso povo e de nossas organizações. São modelos concebidos e desenvolvidos em outros ambientes culturais, distinto do brasileiro. É preciso estar atento para o fato de que a “difusão de idéias contra-indicadas à um desenvolvimento autóctone pode ter um impacto tão grande ou maior do que a transferência de capitais”, na medida em que, como dizia um certo cientista, “produtos e idéias desenvolvidos nos países ricos modelam valores e idéias dos cidadãos dos países pobres”. Dentre os meios de produção mental e de difusão de idéias encontrados em nosso sistema, o principal, por tradição, por convenção e ainda por sua estrutura institucional, é a *universidade* — e, é à ela enquanto canal de difusão, que remetemos as nossas preocupações e inquietações, porquanto não se pode copiar muito do que existe em outros países sem sérias conseqüências.

II – RETROSPECTO HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS CULTURAIS

Embora correndo o risco de pecar por ficar somente na superfície, não posso deixar de lançar algumas tintas sobre o comportamento histórico do sistema educacional, porquanto irá nos ajudar a melhor compreender a conformação cultural do nosso povo. Antes de mais nada, posicionando o Brasil no contexto da comunidade latino-americana, devemos lembrar que os países de cá, foram por mais de três séculos colônias da Espanha e de Portugal.

O Brasil colonizado por Portugal, foi considerado na época “a galinha dos ovos de ouro”. E, na verdade o era, tendo em vista o imenso filão que representava para o velho mundo, em termos de recursos naturais de toda ordem, destacando-se o açúcar, o café, o ouro — o badaladíssimo ouro — e posteriormente a borracha e o cacau.

Para se ter uma idéia da dimensão da nossa riqueza, no século XVII quando o produto mais nobre era o açúcar, o valor da exportação foi maior que o da exportação inglesa no mesmo período; enquanto o ouro de Minas Gerais multiplicou várias vezes a quantidade de ouro existente no mundo e o café foi durante longos anos conside-

rado o produto mais importante do mercado mundial, tendo o Brasil por muito tempo desfrutado do seu monopólio (1).

Se o Brasil era extremamente rico em quantidade e qualidade de recursos naturais, o mesmo não se poderia dizer sobre os seus recursos humanos, isto é, sobre as classes sociais que começaram a povoá-lo. A formação e a qualidade dessas classes decorreu basicamente da implantação de um regime que salva guardasse os interesses da metrópole colonizadora, seja o de produzir e exportar, ou explorar e exportar ou ainda *explorar e explorar*.

Para quem deseja associar as origens exploratórias com os dias de hoje, uma profunda distinção de toda ordem e basicamente cultural, pode ser claramente identificada, entre o Brasil e os estados norte-americanos: os colonizadores ingleses vieram deitar raízes na América do Norte, enquanto os colonizadores portugueses vieram extrair raízes do Brasil. Creio que aí reside uma profunda diferença em termos da formação cultural dos dois povos.

E, ainda a propósito da conformação cultural, o distanciamento econômico-sócio-político do Brasil em relação a alguns outros países, decorreu fundamentalmente da incompetência relativa da metrópole que o colonizou.

É sabido que Portugal, à época da formação da civilização industrial, não conseguiu estruturar-se nem se integrar ao sistema empuxado inicialmente pela Inglaterra (2). Daí, a própria unidade colonizadora do Brasil, foi perdendo terreno no concerto do domínio, e pouco a pouco passando a se constituir numa área neocolonial dos ingleses. E, a partir de 1703, o tratado de Methuen caracterizou o Brasil como uma espécie de colônia “escondida do Reino Unido” (Velho, 1976). (3).

Foi introjetado então no Brasil, a noção e a ideologia da sua “vocação eminentemente agrícola”, e que para muitos, ainda predomina até os dias de hoje. É comum ouvir-se falar, “o nosso país é essencialmente agrícola”. A afirmativa em si não guarda nenhuma gravidade. A subjacência dela é que preocupa, na medida em que o processo de crescimento industrial no mundo de hoje é que proporciona maior grau de desenvolvimento interno de qualquer país. A vocação tão somente agrícola pode conduzir a um modelo de desenvolvimento altamente dependente.

E essa *ideologia agrícola* ainda hoje reflete nas dificuldades por que passa o processo de industrialização do país, principalmente no plano do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, fator indispensável à uma harmonização do aparelho pro-

-
- 1) Ribeiro, Darcy em “Encontros com a Civilização Brasileira” – Sobre o óbvio (fala na 29ª reunião da SBPC – julho de 1977).
 - 2) Idem, idem em “Os Brasileiros” – Estudos de Antropologia da Civilização, pp. 148-149.
 - 3) Lopes, J. Leite em “Encontros com a Civilização Brasileira” – Transferência de Tecnologia e Dependência na América Latina (artigo a ser publicado pela Encyclopaedia Universalis).

ditivo com vistas a uma desejável autonomia na busca de melhor qualidade de vida, isto é, a um desenvolvimento interno independente, do ponto de vista sócio-econômico e cultural.

A minha intenção ao tentar retratar superficialmente a formação do Brasil-Colônia é procurar identificar os pontos e aspectos que ainda hoje repercutem, como decorrência dos procedimentos e das decisões adotadas quando da sua exploração.

As informações anteriores enfocam o Brasil sob uma visão principalmente econômica — mas, deixam implícita que as decisões de caráter puramente exploratória, marcariam e influenciariam fortemente a formação cultural do povo. Para os colonizadores, como se aconteceu, o Brasil deveria ser mantido como “a galinha dos ovos de ouro” e qualquer iniciativa que provocasse o desenvolvimento interno, por mais ténue que fosse, deveria ser sustada.

Para tornar efetiva essa decisão, uma eficaz e sábia estratégia foi delineada para execução ao longo de algumas centenas de anos. Uma primeira preocupação, como decorrência natural por ser colônia, foi não permitir a articulação do Brasil com o resto do mundo, mantendo-o absolutamente isolado. E aqui, temos que dar a mão à palmatória — aliás esta é uma expressão que bem denota o desenrolar natural que foi introduzido no país — os nossos ancestrais obtiveram largo sucesso.

Veja-se, por exemplo, o ensino e o nosso sistema educacional — de como ele foi iniciado e que caminhos tomou. O mundo hispano-americano a partir de 1550 já contava com suas universidades e durante o período em que se mantiveram como colônias conseguiram formar cerca de 150.000 doutores, enquanto o Brasil durante todo o período colonial formou apenas uns 2.800 bacharéis e médicos provenientes da elite rural e da camada superior da classe média.

As primeiras escolas do Brasil foram criadas pelo governo central após a invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão, quando D. João VI veio cá para nós, e em 1810 criou a Real Academia Militar, posteriormente transformada em Escola Politécnica do Rio de Janeiro, com o objetivo de formar engenheiros. Aliás é bom que se diga que antes disso e quem tinha dinheiro, mandava educar o seu filho na Universidade de Coimbra — prática que de uma outra forma e para outros centros ainda ocorre hoje.

Curiosamente diz-se que a primeira universidade brasileira, — antes eram escolas superiores autárquicas, — foi criada por uma razão que nada tinha a ver com educação: em 1923 o Rei da Bélgica, Leopoldo, visitava o Brasil, e era politicamente importante que à ele fosse concedido o título de *Doutor Honoris Causa*. Criou-se então por Decreto, a Universidade do Brasil. Nessa época já existia a Escola de Minas, fundada em 1875 na cidade de Ouro Preto, a Escola Politécnica de São Paulo, criada em 1879 e começavam a surgir os primeiros institutos de pesquisas médicas e biológicas. Estava em conformação o processo de “saber” no país. Contudo, segundo o sociólogo O.G.

Velho “O Brasil importava tudo que pudesse sofrer um processo de transformação industrial, das locomotivas aos fósforos”(4).

O estímulo a pesquisa na ciência e nas humanidades veio a surgir somente depois da revolução de 1930, quando foram criadas as primeiras faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A partir de 1946 aumentou consideravelmente o número de universidades no Brasil. Mas, isso por si só não veio a se tornar suficiente. Pois, como diz muito bem o físico J. Leite Lopes ‘Em todas as sociedades contemporâneas de um certo nível cultural surgem cientistas e homens de saber. Mas a significação social da ciência e da tecnologia dependem da ação convergente de certos fatores entre os quais se destacam a educação elementar e secundária generalizadas, boas universidades e excelentes institutos de pesquisas’. E vai mais além, afirmando que “somente assim se consegue assegurar um número mínimo adequado de cientistas, técnicos e homens de cultura,” a fim de formar uma massa crítica que venha a produzir uma interação com os processos econômicos em proveito do bem-estar e da elevação do nível de vida do povo.

Se a dependência e lenta formação da estrutura das instituições educadoras do Brasil, até anos recentes, contribuiu para um cada vez maior distanciamento deste país em relação àqueles denominados avançados, pode-se dizer que, de uma certa forma, o mesmo ocorreu com o seu processo de industrialização.

Como país agrícola que queriam que fosse, era profundamente dependente da conjuntura internacional. Dependia, por um lado, da demanda de produtos primários que tinha em abundância, e por outro e como consequência da sua capacidade de importação de produtos manufaturados, que começavam, por efeito imitação, a ser demandado pelo mercado interno. Se não exportava, não vinham as divisas, e sem as divisas, não podia importar os produtos desejados pela comunidade.

Foram as oscilações constantes do mercado internacional por produtos primários que forçaram as primeiras iniciativas de caráter industrial no Brasil. O esforço de industrialização iniciou-se praticamente com a primeira Guerra Mundial, e depois durante a crise econômica de 1929. Acentuou-se após a segunda Guerra Mundial, e veio a crescer consideravelmente no período 1949 a 1959.

A preocupação primeira era a de substituir as importações. Como a estratégia compulsória adotada foi a de substituir as importações para atender a um mercado (o interno) já moldado pelos países industrializados e principais fornecedores, a natural tendência e consequência foi a de estabelecer que “os meios de produção deviam imitar e importar a tecnologia desenvolvida no estrangeiro”. Foi inventada então, e continua em processamento, a dependência tecnológica do exterior.(5).

4) Lopes, J. Leite e Ribeiro, Darcy em “Encontros com a Civilização Brasileira – Vol I” – pp. 19 e 20 – 206 a 208.

5) Furtado, Celso – coordenador, “Brasil; Tempos Modernos” (artigo de Leite Lopes – pp. 139 e 143).

E aqui algumas perguntas são postas: Por que? Por que a imitação? Por que a cópia? Por que a dependência? Apesar da complexidade que poderia conter uma resposta, tendo em vista a heterogeneidade das variáveis a serem envolvidas, e sem qualquer comprometimento com a ciência, podíamos arriscar algumas hipóteses de respostas elementares:

- (a) por incompetência, no sentido técnico do termo;
- (b) por falta de desempenho criativo;
- (c) pela necessidade imediata do atendimento da demanda e a demora no desenvolvimento de tecnologias apropriadas;
- (d) por conveniências políticas em termos de relacionamento com o exterior.

Ou será que todas ou qualquer dessas respostas não seriam efeito de uma causa maior diretamente relacionada com a formação cultural do povo. Aliás, nós temos uma feia tendência de superestimar a capacidade de alguns outros povos e de subestimar a nossa. E isso, inegavelmente, é resultante da complexa formação cultural.

Alguns estudiosos, analisando mais detidamente esse comportamento "copiador", e de "subestimação", já identifica uma espécie de desfocamento antropológico, ou seja, alguém disse que éramos um povo copiador e incapaz de viver com autonomia, e pondo isso como máxima, a fez presente em todas as ações de relacionamento que promovia. Tratar-se-ia então de uma introyecção induzida que poderia levar a alienação cultural de um povo.

A mestiçagem da raça, a tropicalidade do nosso clima, a confiança e a fé no catolicismo barroco, e a ancestralidade portuguesa, pode até explicar muito dos comportamentos brasileiros, mas, nunca chega a ser, como infelizmente renomados estudiosos chegaram a divulgar, fator determinante do nosso crescimento e desenvolvimento. Trata-se tão somente de opções a nível político e que não cabe analisar neste trabalho.

III. A DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA E A TRANSFIGURAÇÃO DA REALIDADE SÓCIO-CULTURAL BRASILEIRA

Geralmente quando se fala em tecnologia, surge logo no campo do raciocínio, as diferenciações existentes entre os países ricos e os países pobres. Os últimos sempre dependentes dos primeiros. Se o desenvolvimento econômico for observado de uma perspectiva ampla, constatar-se-á que o progresso tecnológico desempenha papel fundamental — e, é a partir dele que se criam os pólos de desenvolvimento mundial.

Observa-se ainda que aqueles que detêm domínio tecnológico, procuram fazer convergir para eles, os capitais e principalmente as decisões de toda ordem. Comumente passam a dominar situações em outros países com certa facilidade:

1) de uma certa forma, controla os investimentos mundiais em ciência e tecnologia — dados recentes indicam que noventa e oito por cento dos investimentos alocados em desenvolvimento científico e tecnológico, o foram nos chamados países ricos (6), cabendo aos países pobres a insignificante parcela de dois por cento;

2) com a aplicação de parte substancial desses recursos no desenvolvimento tecnológico dos setores mais dinâmicos e estratégicos da economia — tais como eletricoeletrônico, telecomunicações, transportes, indústrias aeroespacial, petroquímica, armamentos, siderurgia, etc. — estão sempre muitas vezes adiante dos países pobres, sufocando e/ou impossibilitando qualquer iniciativa destes;

3) por conta dos dois itens anteriores, impõem aos países pobres um modelo de tecnologia dependente, ou seja de um desenvolvimento dependente — e a estratégia que vêm adotando é a de implantar fábricas nestes países, para as quais fica fornecendo conhecimentos e técnicas gerados no país de origem;

4) em alguns casos “vendem” para indústrias nacionais, as máquinas, equipamentos e o Know-How, chegando a transferir até recursos humanos, ou seja tecnólogos manipuladores do processo - mas, não transferem o *Know-Why*, que estaria no cérebro do cientista-produtor-dos-conhecimentos-técnicos e inovador permanente. Isto significa que, ao alterar o processo, nova dependência irá surgir, e tudo é cada vez mais dinâmico, cada vez mais depressa, e acontece cada vez em menor tempo;

5) utilizando os meios de comunicação de massa, conseguem moldar a preferência do consumidor, dirigindo-a para as mercadorias e produtos demandados por seu país de origem — e, aqui cabe bem colocar a expressão de uma preocupação do Ivan Illich, Fundador do Centro de Documentação Intercultural de Cuernavaca: diz o Dr. Illich “os arados dos ricos podem ser tão prejudiciais quanto suas espadas... Uma vez que o Terceiro Mundo se transformou num mercado de massa para mercadoria, produtos e processos escolhidos pelos ricos para satisfazer a si próprios, a discrepância entre oferta e demanda de produtos irá crescendo indefinidamente. Cada carro que entra em circulação no Brasil, implica privar 50 pessoas de bons meios de transporte coletivo”. E prossegue “cada refrigerador negociado implica a redução da possibilidade de se construir um frigorífico para a comunidade”. Um exemplo típico de amoldamento dos padrões de consumo é o carro de passeio, que foi desenvolvido para atender as condições históricas, econômicas e tecnológicas dos Estados Unidos do século XX e que foi imprópriamente introduzido em países onde as condições econômicas e sociais não são nada favoráveis (7).

É bom lembrar que a tecnologia física de produção que é importada vem sempre e naturalmente acompanhada de valores e padrões culturais do país de origem.

6) RAE — Revista de Administração de Empresas — Vol. 14, nº 3 — junho/74.

7) Carvalho, Getúlio-coordenador, “Multinacionais — os limites da soberania (artigo de Peter B. Evans — pp. 184 a 185).

O problema maior que se apresenta não é a utilização da tecnologia em si, e sim a incompatibilidade de sua aplicação (e, isto também é válido para a tecnologia social de administração, sobre a qual falaremos mais adiante).

Freqüentemente a assimilação de tecnologia estrangeira é incompatível com as condições peculiares e as aspirações da comunidade nacional. Algumas razões básicas que levam a isso podem ser citadas:

- (a) a diferença estrutural e organizacional das empresas;
- (b) os padrões de conduta e os valores de seus dirigentes e de todo o grupo humano envolvido;
- (c) as normas técnicas e os costumes culturais, particularmente os padrões de consumo.

Por outro lado a adoção de uma tecnologia inapropriada provoca mudanças profundas no estilo de vida, e principalmente restringe iniciativas inovadoras de empresários nacionais.

O que mais inquieta é que, ao importar a tecnologia e conseqüentemente os padrões culturais vigentes no país de origem, estaremos também aceitando um conjunto peculiar de teorias e estratégias desenvolvimentistas que podem se revelar irracionais, porque embasadas em pressupostos incompatíveis com os valores culturais do Brasil. Se não nos acautelarmos, ao invés de importar somente a tecnologia, estaremos absorvendo e pondo em prática uma ideologia econômica importada. O que no meu entender é um grande risco.

É de todo inadiável que as universidades estimulem o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica aplicável a nível local, principalmente intensificando estudos sobre a tecnologia intermediária ou apropriada, ao mesmo tempo em que devem evitar a evasão de cérebros para os países ricos. Só assim serão criadas as condições indispensáveis à produção de idéias e conhecimentos verdadeiramente compatíveis com a realidade brasileira, possibilitando inclusive a sua natural evolução cultural.

IV. OS MODELOS DE ADMINISTRAÇÃO E A DESMITIFICAÇÃO DA DEPENDÊNCIA "INEVITÁVEL"

A exemplo do que ocorreu e vem ocorrendo com a tecnologia física de produção, — sobre a qual os países ricos detêm a quase totalidade do seu controle, e a partir daí comandam e condicionam o processo de desenvolvimento dos países pobres — observa-se também a existência de uma forte dependência dos países periféricos com relação à tecnologia social de administração. Se a importação de tecnologia física incompatível com o ambiente brasileiro traz, como já vimos, significativas implicações no modelo econômico com "raspões" na cultura e no estilo de vida do povo, a importação da tecnologia social é muito mais preocupante na medida em que "mexe"

predominantemente com o segmento sócio-cultural, com os “cérebros” e com as “inteligências”.

A adoção pelo país de um modelo e de uma ideologia econômica, que muitos dizem inapropriados à realidade brasileira, é tão-somente uma opção quanto a utilização dos seus instrumentos de política econômica. Neste caso a resistência não é tão grande e a rejeição se existe é um processo de longo prazo. A pouca resistência e a pequena rejeição estão condicionadas também ao modelo político pelo qual se fez a opção. Já quando se trata da importação de modelos de administração e de ideologias sócio-culturais a receptividade é bem diferente, por razões que a própria formação cultural do povo explica.

No meu entendimento, a diferença que se pode constatar, é a de que o modelo econômico é mais passível de manipulação pelo poder decisório do país, podendo inclusive — tomando um exemplo pela raiz — optar por um sistema aberto ou fechado, ou gradá-lo segundo as conveniências políticas, enquanto que o modelo sócio-cultural impacta com uma componente complexa que é o indivíduo. E, o indivíduo é invariavelmente um sistema aberto, que rejeita e resiste a tudo aquilo que venha a conflitar com a sua individualidade. Não cabe aqui analisar, se consciente ou inconscientemente.

As ciências humanas procuram conhecer objetivamente o homem, enquanto “sistema reativo”. Abraham Moles em sua obra “Sociodinâmica da Cultura” diz textualmente “O indivíduo é um sistema aberto cujo comportamento está completamente determinado, mais ou menos ao acaso (ruído), pela soma de:

- 1) um capital hereditário que edifica a estrutura geral do seu programa;
- 2) os acontecimentos de sua história pessoal, inscritos por seus reflexos condicionados e por sua memória neste organismo, que definem sua personalidade (cultura pessoal);
- 3) seu meio atual ao qual este organismo reage” (8)

Diante deste quadro, e sabendo que nos países ditos avançados, já existem equipes que desenvolvem estudos para identificar a melhor maneira, na visão deles, de se vender “idéias” e “conhecimentos” a serem aplicados inclusive no plano das práticas e métodos educacionais, preocupa-nos sobretudo a adoção por parte do sistema de ensino de “novos livros textos” produzidos e concebidos ao arredo da realidade sócio-cultural dos países subdesenvolvidos. Ainda mais, quando sabemos que nestes países a “indústria do conhecimento” está crescendo de maneira exponencial.

Alguém poderá argumentar que a produção, o aperfeiçoamento e o aprimoramento do conhecimento, deve ter por objetivo o atendimento da humanidade “sem

8) Moles, Abraham Antonio. “Sociodinâmica da Cultura. P. 2

distinção de fronteiras nem nacionalidade”. É bom que se diga que não está presente aqui nenhuma conotação de xenofobia – mas, a grande pergunta é “para qual humanidade?”... dos super ou dos subdesenvolvidos? E, se os países atrasados, recipiendários de uma ideologia sócio-cultural que lhe é estranha, estiverem sofrendo do que o Erich Fromm chamou de “patologia da nacionalidade”, ou seja a absorção inconsciente de uma realidade exógena? Creio que isso é de inquietar! Principalmente quando se chegou ao ponto de que uma ingênua frase que foi lançada no ar marcou época. A frase era “o que é bom para tal país, é bom para o Brasil”. Naturalmente, aí, toda a obviedade cultural é posta por terra.

Lembrando que a transmissão de idéias pode ter um impacto tão grande ou maior do que a transferência de capital, e que “produtos e idéias desenvolvidas nos países ricos modelam valores e idéias dos cidadãos dos países pobres, e ainda que “a nação que tem os meios materiais de produção, controla os meios de produção mental”, temos que assumir a posição de questionadores e críticos incisivos quanto a aplicabilidade dos modelos e teorias concebidos em outros ambientes que não o brasileiro.

Começemos por questionar o produto-conhecimento que está sendo ofertado pela Universidade, principalmente neste plano que está sendo chamado de tecnologia social de administração.

E, a partir daqui, se me permitem, gostaria de, desprovido de qualquer raciocínio de cunho cientificista e em tonalidade um pouco mais coloquial apresentar algumas respostas eminentemente pessoais ao questionamento proposto, e sugerir alternativas viáveis e necessárias, segundo a minha percepção. Na verdade, trata-se de uma preocupação que me acompanha, desde quando estudante universitário. Apesar de ter convivido com professores nascidos, criados e formados no Brasil, raramente tive a oportunidade de ouvir deles, a própria experiência vivenciada por cada um em nosso ambiente.

Recebia sim, um sem número de informações sobre modelos europeus e principalmente norte-americanos. O professor, jamais se reportava ao “chão” brasileiro, quando falava sobre algum tema, e sim ao “papel” estrangeiro, isto é, a produtos de conhecimentos não nossos.

Aqueles modelos e informações transmitidas pela Universidade, tornavam-se para mim, cada vez mais preocupantes, na medida em que com o passar do tempo, eu ia melhor conhecendo a realidade econômica, social, política e cultural do Brasil e sentia que éramos um outro povo, vivíamos um diferente estágio de desenvolvimento econômico, experimentávamos um diferente relacionamento social, tínhamos um comportamento político distinto, e conformávamos, emoldurado por todos esses aspectos, uma cultura nossa, uma cultura brasileira, uma cultura do nosso “chão”.

Se somos culturalmente diferentes, como aplicar ao nosso “chão”, os ensinamentos da universidade, os quais são fundamentados em outros ambientes e em outros sistemas?

A resposta a esta pergunta, exige uma confrontação de posições, que julgo fundamental para uma análise reflexiva. O que se observa é que os nossos profissionais, os egressos de nossas universidades, têm absorvido e assimilado modelos teóricos e ideologias de conhecimento as mais diversas, as quais foram desenvolvidas em ambientes estranhos ao Brasil.

Como conseqüência desse ensino desfocado da nossa realidade, o que se tem hoje, são empresas privadas e/ou públicas, em todos os campos da atividade econômica, geridas por técnicos que tiveram uma formação fortemente influenciada por sistemas e modelos aplicáveis a culturas distintas da nossa. E essa verdade pode ser facilmente constatada, quando se procura examinar a formação básica desses técnicos. Geralmente tem uma formação acadêmica em Engenharia, Economia ou Administração de Empresas e os conceitos que lhe foram ensinados, de administração, de organização e de gerência, obedecem a modelos teóricos que são, fundamentalmente norte-americanos.

É bom que se acentue que, principalmente nos ensinamentos de administração, o conteúdo curricular e programático tem gerado esse grave desfocamento, que pode ser caracterizado em três (3) planos:

1) *no plano conceitual* — o que se vê é a tentativa de transmitir conhecimentos que se resumem em “abstrações teóricas”, acompanhadas necessariamente de convenções e terminologias que resultam no final, em simples “memória de informações”;

2) *no plano da aplicação* — os conteúdos muitas vezes complexos são voltados fundamentalmente, para empresas de grande porte, e estas representam no Brasil, a insignificância de 0,5% do universo empresarial. Como o currículo é “programado” ao arredo da realidade nacional e das características próprias do nosso ambiente empresarial, é possível que por trás da dominância dos currículos aplicáveis a “grandes”, existia um interesse não manifesto de ampliar cada vez mais a oferta de “especialistas em administração”, permitindo um fortalecimento do poder de barganha dos usuários dessa mão-de-obra especializada; e, finalmente;

3) *no plano das expectativas pessoais* — o que se evidencia, é que os estudantes adquirem, ou são conscientizados para terem, uma “irresponsabilidade relativa”, na medida em que amadurecem cada vez mais a aspiração de serem empregados, preferentemente de uma segura e grande empresa, alienando mentalmente, qualquer “sentimento de risco”, ou seja o desejo de ser empresário, ou de contribuir para o desenvolvimento de uma empresa com capital exclusivamente nacional ou regional.

Na verdade e lamentavelmente, o ensino universitário está dissociado do nosso mundo real. E este aspecto tem sido alvo de comentários sistemáticos, por parte de alguns estudiosos de administração, que creio são sensíveis a necessidades de “pensar o futuro”.

Certa vez um cientista social testemunhou: “sinto-me muito preocupado com a falta de percepção de nossos processos mentais, o que, em minha opinião, é basi-

camente o resultado de nosso sistema educacional”.

O que se constata, é que a maior parte de nossa concentração é no conteúdo. Memorizamos uma infinidade de coisas, mas nossas escolas não nos ensinam a pensar, não nos ensinam a organizar fatos, a processar dados, de forma que as informações possam ser empregadas em ações inteligentes. “Teríamos a obrigação de aprender essas coisas por osmose, e isso simplesmente não aconteceu”.

A Universidade seria teoricamente o repositório básico de conhecimento universal. No entanto, ela tem sido excessivamente lenta em termos de evolução e isso pode ser comprovado quando se confronta o seu método e conteúdo com o “crescimento exponencial do conhecimento”, — em cada cinco (5) anos, o estoque de conhecimentos existentes no mundo mais do que duplica.

A propósito, cabe lembrar, interessante estudo, conhecido por Relatório Gordon—Horwell, o qual analisa com extensão e profundidade, a formação dos homens de empresa daquele país. O trabalho que eles desenvolveram contém um trecho bastante sugestivo, que vale a pena citar — “as escolas de administração de empresas devem atentar para o fato de que a vida ativa dos estudantes de hoje, se estenderá até o fim do século XX (o relatório é de 1959). A familiaridade com técnicas e processos atuais e passado, ser-lhe-á de muito pouca utilidade. O domínio de instrumentos básicos de análise e conceitos importantes, a capacidade de pensarem por si próprio, certa perspectiva histórica e uma mentalidade aberta e flexível, lhes serão muito mais úteis”.

É bom ressaltar que, — maior atenção deve ser dada à ciência da administração, porquanto como disse o velho Ferdinand, “o desenvolvimento econômico e social resulta da administração”, e não o inverso, como é comum pensar que a administração é resultado, ou só é necessário com o desenvolvimento econômico — esta é uma velha premissa, que temos que pôr por terra.

É indispensável, que as autoridades governamentais voltem as vistas para dois fatores, que considero importantíssimos, e que deve ou deveria ter influenciado sobremaneira todos os procedimentos operacionais da Universidade:

- 1) o “crescimento exponencial do conhecimento”, a nível amplo e abrangente;
- 2) as mudanças substanciais que vêm ocorrendo no processo de desenvolvimento do Brasil, principalmente durante a década 67/77.

Nesses últimos dez (10) anos, experimentamos mudanças em todo o ecossistema — mudança não só do ponto de vista econômico, mas também social e política. Todo o impacto recebido, compulsa evidentemente uma série de implicações culturais. O Governo assume uma nova postura, as variáveis mudam, o sistema se transforma.

O procedimento lógico seria o de a Universidade, necessariamente compatibilizar os seus programas e métodos, com as mudanças e transformações ocorridas — acompanhar, em todos os níveis, o desenvolvimento político-sócio-econômico.

Contudo, lamentavelmente, o que se verifica, é que a Universidade tende a se converter com o passar dos anos, em um monstro secular, sofrendo de esclerose crônica, e ainda por cima, apresentando características patológicas do “complexo do pretérito” e de suas “declarações de ontem”. A cada dia, torna-se mais difícil uma revisão de conceitos para “pensar o futuro”.

Considerando que a extirpação das células “doentes”, seria uma cirurgia dificilmente suportável, sugiro que se procure agregar ao seu corpo, novas células com sangue fresco. No meu entender, o papel da Universidade, é o de processar todos os conhecimentos, acompanhar todas as mudanças e explicar todas as transformações, ocorridas nos diversos sistemas que nos cercam, para depois redistribuí-los sob forma compatível e aplicável ao ambiente cultural onde ela está inserida.

Sob este aspecto preocupa-me sobretudo, o distanciamento entre a Universidade e o Sistema Empresarial. Para melhor posicionar algumas idéias, procurarei estruturá-las a partir dos seguintes pontos:

- a) a Universidade, é o órgão que, dentro da estrutura governamental, responde pelo estoque de conhecimentos científicos;
- b) a Universidade, desenvolve, basicamente, atividades de ensino e de pesquisa, bem como de extensão;
- c) o ensino e a pesquisa, são instrumentos e/ou meios aplicáveis às funções diretamente produtivas, exercidas pelo Sistema Empresarial;
- d) a Universidade supre o Sistema Empresarial de capital humano, principalmente nas áreas gerenciais, científicas e tecnológicas, considerada as dimensões técnicas e humanas;
- e) o Sistema Empresarial compõe-se de estruturas, que são operacionalizadas, segundo uma cultura organizacional que lhe é peculiar, com características e atributos exclusivos do contexto em que ela se insere;
- f) a evidência, indica que o Sistema Empresarial carece de especialistas, principalmente de administração, que lhe transfiram conhecimentos e informações compatíveis com a sua cultura organizacional.

A partir da análise desses pontos e da sua confrontação com o real, o que se verifica, é que a Universidade, pela sua inflexibilidade administrativa, tem sido muito lenta, e não tem acompanhado a evolução dos conhecimentos gerados no seu próprio ambiente. Isto pode ser constatado muito bem, quando se analisa os seus métodos e programas no campo da ciência da administração. É a relevância da ciência de administração nos dias de hoje está muito bem explicitada quando se diz que, “ela é considerada a ponte entre uma civilização que se está tornando rapidamente em mundial, e uma cultura que manifesta tradições, valores, crenças e patrimônios divergentes” (9).

9) Drucker, Péter F. “Administração – Tarefas, Responsabilidades, Práticas” Vol. I.

Inquieta-nos quando ao examinar os cursos de administração realizados no Brasil, em dois momentos — há dez (10) ou mais anos atrás e hoje, verifica-se que os métodos se mantêm, e a estrutura curricular e programática, é basicamente a mesma enquanto o estoque de conhecimentos existentes no mundo, mais do que duplica em cada cinco (5) anos.

Muda o mundo, mudam os princípios gerenciais, científicos e tecnológicos — é mais do que evidente que, a Universidade, que é supridora de capital humano para todos os outros sistemas, entre eles, o Sistema Empresarial, teria que adequar-se aos novos métodos, aos novos processos e a nova linguagem.

Do ponto de vista da cultura organizacional encontrada no Sistema Empresarial brasileiro, impõe-se uma urgente ação da Universidade, no sentido de examinar os seguintes aspectos por demais relevantes:

1) como Instituição de ensino, reanalisar criticamente todas as teorias de administração e sistemas organizacionais ensinados, os quais, como já vimos, são concebidos e desenvolvidos em ambientes culturais distintos do nosso — inclusive as implicações da denominada “redução sociológica” e até da “redução antropológica”, com vistas a preparar um capital humano que sintonize com a cultura organizacional brasileira;

2) como Instituição de pesquisa, procurar identificar claramente, as necessidades da sua clientela, que são todos os Sistemas, inclusive o Empresarial.

A partir daí, e considerando que as teorias de administração ensinadas, são “importadas”, é indispensável que sejam criadas as condições para produzir nossos próprios modelos de administração, segundo as peculiaridades sócio-culturais do nosso “chão”. É importante que comecem a ser geradas já.

No meu entendimento, é chegada a hora, de desmitificar de uma vez por todas, a palavra “teoria”, que lamentavelmente, e talvez por culpa da própria Universidade, é compreendida erroneamente, como algo abstrato, complexo e inalcançável. Tenho certeza de que não só é possível gerar uma tecnologia gerencial-organizacional ou social de administração própria, como estou certo, que é inadequada a forma como os diversos modelos de administração vem sendo transplantados de forma introjativa para a cultura organizacional brasileira.

Concluo, apelando para todos que se sentem responsáveis, e possam contribuir direta ou indiretamente, no sentido de refletirem sobre os seguintes pontos que considero fundamentais:

1) a Universidade tem experimentado um mundo abstrato e ideal, enquanto o Sistema Empresarial vivencia um mundo concreto e real, com todos os “vícios”, de sua cultura organizacional;

2) muitos professores, nunca vivenciaram um outro Sistema, que não o universitário, e sofrem, do que poderíamos chamar de “academite”, não resistindo muitas vezes, como consequência, a um diálogo com o mundo real (empresários);

3) o crescimento exponencial do conhecimento exige uma nova postura por parte da Universidade, e uma permanente adaptação e reformulação curricular e programática — a repetição do passado, é cada vez mais prejudicial ao “pensar o futuro”;

4) é necessário que a Universidade, não só conheça a cultura organizacional do nosso Sistema Empresarial, como passe a gerar modelos de administração que sejam aplicáveis ao seu ambiente;

5) o comportamento “endógeno” que a Universidade tem assumido, tem dificultado o conhecimento das necessidades reais de sua clientela — que são todos os outros Sistemas.

Como os senhores puderam observar a preocupação deste trabalho foi a de focalizar a Universidade como principal canal de difusão dos modelos de administração, e o conseqüente risco da dependência a tecnologias sócio-culturais estranhas ao ambiente brasileiro. Sabemos contudo que outros canais paralelos existem e vêm sendo utilizados, e a nossa atenção deve também ser dirigida para eles.

É de justiça registrar que, no Sistema Universitário, algumas unidades, demonstrando sensibilidade para esses aspectos, já vêm buscando formas de uma maior aproximação com o Sistema Empresarial, e motivando este, para que o inverso também ocorra, através de estímulos à realização de estudos e pesquisas que tenham aplicabilidade efetiva, aparelhando adequadamente núcleos e centros de tecnologias para atender as reais necessidades de seu ambiente. No entanto, as iniciativas têm sido isoladas, não se constituindo em procedimento sistemático. O que nos leva a crer que muito esforço ainda deverá ser desenvolvido, para integrar os nossos verdadeiros padrões e valores culturais ao Sistema Universitário.

Mas, sendo fiel ao velho provérbio e extremamente confiante na inteligência brasileira eu diria que “não devemos nos conformar em comprar a roupa pronta e sim, aprender a plantar e cultivar o algodão”.

A BALEIA NO NORDESTE BRASILEIRO

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Marcos A. Scaico

“O crime ecológico representado pela pesca à baleia, prossegue no Brasil. E impunemente”. ...“Será que não há uma autoridade responsável, neste País, capaz de pôr termo a tão hediondo crime contra a natureza? Cremos estar na hora de apelar à nossa gloriosa Marinha de Guerra, pois o caso está nos parecendo de segurança nacional.” DIÁRIO DE SÃO PAULO – 06/10/78.

“É conhecida a contribuição da pesca da baleia para a economia paraibana e para o abastecimento do Nordeste, nesta época em que a carne bovina vai se tornando cada vez mais artigo de alto luxo.”...“Com vistas nesse ponto, certamente, foi que o governador Dorgival Terceiro Neto esteve ultimamente contactando junto às autoridades do Governo Central, no sentido de que, resguardadas as cautelas que o bom senso recomenda, não venha a se extinguir na Paraíba a pesca da baleia.” O NORTE – 22/09/78.

“Caso prossiga a pesca à baleia no litoral paraibano, em curto prazo ocorrerá a total extinção das espécies, com prejuízos à vida marinha.”...“Apesar de proibido, as fêmeas grávidas ou com filhos de mama continuam a ser abatidas.” CORREIO DA PARAÍBA – 05/09/78.

“No Brasil, como ficou demonstrado, a pesca da baleia não tem afetado o estoque explorado; não interfere no processo de criação das baleias; não atua sobre as fêmeas acompanhadas de filhotes e não incide sobre indivíduos imaturos.”...“A paralisação da caça à baleia é pois lesiva aos interesses do país.” DOS JORNAIS – 02/05/78 (Nota Oficial da SUDEPE).

1. Exploração racional ou risco de extinção?

Pelo tratamento que a imprensa tem dado à questão da caça à baleia no Brasil, pode-se ter uma idéia bastante precisa do grau de complexidade do problema, por suas implicações ecológicas, econômicas, políticas e até mesmo sentimentais.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 177/187	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

Embora o assunto esteja sendo largamente abordado em noticiários, debates e palestras, onde argumentos são apresentados e posições são tomadas, frequentemente as informações utilizadas são tendenciosas, truncadas ou desprovidas de valor científico. Se por um lado alguns indivíduos, direta ou indiretamente beneficiados pela caça à baleia, procuram ressaltar o alto valor nutritivo de uma carne de baixo custo, além do desenvolvimento social e econômico de uma região carente, vários são os que refutam tais argumentos, por considerarem que essa contribuição sócio-econômica seja insignificante e não justifique uma exploração predatória.

O que se nota, porém, é que tanto os interessados na continuidade da caça, como os que propõe a sua paralização, se mostram radicais em suas posições, contestando ou simplesmente ignorando os argumentos contrários. E ambos, em suas explicações apaixonadas, angariam multidões de adeptos, talvez mais por questões sentimentais que racionais, uma vez que em meio de tanta polêmica tão pouca importância tem sido dada às informações de valor científico comprovado, geralmente desconhecidas da grande maioria.

Assim, quando um beneficiário da caça enaltece o valor protéico da carne de baleia e o considera superior ao da carne de gado, dificilmente cita dados concretos que comprovem tal afirmação. Do mesmo modo, quando um conservacionista lança seu alerta, de que a baleia constitui uma espécie em extinção, raramente reconhece que na realidade existem inúmeras espécies de baleias, e que apenas algumas estariam correndo tal risco.

Embora os atuais conhecimentos a respeito das baleias não sejam muito volumosos, principalmente no que diz respeito à biologia reprodutiva e dinâmica populacional dos estoques, do Hemisfério Sul, muitas são as informações disponíveis para melhor se avaliar o problema da caça exploratória, possibilitando uma tomada de posição mais segura e consciente.

2. Um pouco sobre as baleias

O termo baleia tem sido empregado para designar todos os grandes cetáceos marinhos. Os cetáceos constituem uma ordem da classe dos mamíferos, caracterizada por animais de corpo fusiforme, com cabeça longa, unida diretamente ao corpo; com membros anteriores em forma de nadadeiras; membros posteriores ausentes e cauda longa, birreme e adaptada à natação. A superfície do corpo é lisa, desprovida de pêlos, com espessa camada de gordura sob a pele, o que proporciona excelente sistema de isolamento térmico.

A ordem dos cetáceos pode ser dividida em dois grupos: a) Os ODONTOCETES — de cabeça volumosa, apenas uma narina e geralmente muitos dentes, alimentam-se de peixes, moluscos cefalópodes e outros animais maiores. É nesse grupo

que encontramos os golfinhos, os botos, o cachalote e a temida orca, a “baleia assassina”. b) Os MISTICETES – com duas narinas, sem dentes e com a boca provida de barbatanas formadas por placas córneas, através das quais filtram seu alimento, constituído basicamente por pequenos crustáceos. Nesse grupo encontramos os “rorquals”, ou baleias de sulco, que diferem das demais misticetes, ditas “genuínas”, não somente pela série de sulcos paralelos que apresentam na região ventral, mas também pelas formas mais alongadas, boca menos arqueada e barbatanas mais curtas, pouco flexíveis. Entre outras, aí estão incluídas as baleias azul, espadarte e minke.

De todas as espécies de baleias, as mais conhecidas são:

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	COMP.MED. (metros)
Baleia Azul (Blue whale)	<i>Balaenoptera musculus</i>	27
Baleia comum (Fin whale)	<i>Balaenoptera physalus</i>	22
Cachalote (Sperm whale)	<i>Physeter catodon</i>	16
Espadarte (Sei whale)	<i>Balaenoptera borealis</i>	15
Baleia franca (Right whale)	<i>Eubalaena glacialis</i>	15
Baleia preta (Humpback whale)	<i>Megaptera novaeangliae</i>	13
Baleia cinzenta (Gray whale)	<i>Eschrichtius robustus</i>	13
Baleia bicuda (Baird's whale)	<i>Berardius bairdii</i>	10
Orca (Killer whale)	<i>Orcinus orca</i>	7,5
Baleia anã (Minke whale)	<i>Balaenoptera acutorostrata</i>	7,5

As baleias, assim como os demais mamíferos, apresentam uma reprodução por fecundação interna, com o desenvolvimento do feto no interior do corpo da fêmea. Quando do nascimento, a baleia jovem, ou baleote, acompanha a mãe por um certo tempo, nutrindo-se do leite produzido pelas glândulas mamárias desta. Assim como o tamanho dos animais, os períodos de gestação e lactação variam de acordo com a espécie em questão, bem como com a população à qual o indivíduo pertence. Para as baleias Minke do Hemisfério Sul, que representam efetivamente o grupo de cetáceos capturado nas costas do Nordeste brasileiro, temos os seguintes dados:

- Comprimento do adulto 7 a 10 metros
- Longevidade até 50 anos
- Maturidade sexual de 6 a 7 anos
- Período de gestação 10 meses
- Período de lactação até 6 meses
- Comprimento do recém-nascido. 2,5 a 3 metros.

3. A baleia como recurso natural

Do ponto de vista econômico, as baleias representam uma fabulosa fonte de alimento e matéria-prima para a indústria, justificando plenamente os esforços e altos investimentos que os empresários aplicam para sua captura. Além da quantidade de carne, cujo consumo é garantido, e do incrível volume de óleo, absorvido por indústrias químicas e curtumes, o homem obtém desses animais desde ração e adubo até estabilizantes de perfumes e tranqüilizantes. Assim como no boi, na baleia tudo é aproveitado, porém em maior quantidade.

É verdade que a exploração da baleia, por representar altas cifras para os empresários que a realizam nos deixa a desagradável sensação de que pequenos grupos fazem fortuna às custas do "massacre de seres amistosos e desprotegidos", no entanto outros fatores devem ser levados em conta, como a possibilidade de geração de empregos e comércio, além do consumo de uma carne de baixo preço, em regiões que geralmente, como no Nordeste brasileiro, são carentes de recursos.

Por outro lado, não se pode incorrer no erro de permitir que o entusiasmo gerado pelo total aproveitamento da baleia, com seus benefícios sociais e econômicos, conduza a uma exploração tão intensa a ponto de constituir um risco para as espécies, pois como todo recurso natural renovável, os estoques de baleias podem sofrer sensivelmente a ação do homem, entrando em processos que podem realmente conduzi-los à extinção. Convém lembrar, por exemplo, a atual situação da baleia azul, que, vítima de seu próprio tamanho, foi de tal modo perseguida na primeira metade deste século, que apresenta hoje um número tão reduzido de indivíduos a ponto de, em termos populacionais, ser encarada por alguns cientistas como uma espécie já extinta.

4. A caça à baleia no Brasil

Desde as mais remotas épocas as baleias têm sido alvo de interesse do homem, que por muitos séculos as capturou nas ocasiões em que elas atolavam nas praias ou baixios do litoral. A exploração objetiva, com a prática de caça à baleia em mar aberto, iniciou-se na Europa ao final do século XII, quando grupos de 10 remadores, um homem de leme e um arpoador se lançavam nas águas em pequenos botes, menores que as próprias baleias, que eram então perseguidas, arpoadas e amarradas aos barcos. Às vezes estas nadavam por vários quilômetros, rebocando homens e armas, pois a técnica era justamente cansá-la, exauri-la, para depois matá-la com lanças e regressar à praia para realizar o "desmancho".

E foram exatamente essas as técnicas baleeiras introduzidas no Brasil pelo espanhol Pero de Urecha, que em 1602 obteve de Filipe III, rei da Espanha e Portugal, permissão para "pescar" baleias nas costas brasileiras por um período de 10 anos. Instalado no Recôncavo Baiano, o capitão espanhol assim operou até 1612, quando então

o governo reconheceu a importância da exploração e passou a considerar a baleia como “peixe-real”, declarando-a propriedade da Coroa e estabelecendo, em 1614, o monopólio de captura e arrendamento periódico a particulares interessados.

Essa nova política provocou uma rápida expansão das atividades baleeiras, com o desenvolvimento de armações nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, que na metade do século XVII já contavam com mais de 10 áreas de captura, com instalações de considerável porte. Mas, embora fosse grande o movimento, tanto de trabalho como de dinheiro, talvez por falta de uma organização mais eficiente, aos poucos os lucros passaram a ser cada vez menores e menos compensadores, sendo que ao final do século XVIII a situação se mostrava tão crítica que levou a Coroa a romper com seu prolongado sistema de arrendamento do monopólio e facultar aos negociantes, inclusive estrangeiros, a exploração das baleias em águas brasileiras. Sem contar com o interesse de outros países ou com o antigo entusiasmo de particulares, com prejuízos crescentes, as armações foram sendo vendidas sucessivamente e posteriormente suas áreas transformadas em lavouras, propriedades de serviços da Nação, centros de armamento da Marinha, ou simplesmente abandonadas, fazendo com que o século XIX marcasse praticamente o término de uma intensa atividade baleeira no Brasil, que se manteve ainda por um tempo apenas nas fábricas do Recôncavo Baiano.

No início do século XX, embora se renovasse o interesse pela exploração das baleias, por introdução do “canhão-arpão” para a captura, no Brasil as técnicas continuavam primitivas, implicando em investimentos isolados e arriscados, que em curto espaço de tempo eram levados ao fracasso. E era esta a situação quando o holandês Julius von Söhsten, em 1912, montou sua companhia baleeira num vilarejo conhecido como Costinha, no litoral da Paraíba, que posteriormente viria a se revelar como o local mais apropriado das costas brasileiras para esta atividade. Radicado no Brasil, o negociante von Söhsten impressionou-se com a abundância de baleias no litoral paraibano e voltou à Holanda, de onde trouxe um barco à vela de razoáveis dimensões, escaleres, arpões manuais e dois açoreanos conhecedores das técnicas de caça e processamento. Treinando o pessoal local, por 14 anos dedicou-se à caça exploratória, trazendo os animais à praia, para o retalhamento e extração do óleo em grandes caldeirões.

Em 1928 suas terras, barcos e equipamentos foram comprados por Mendes Lima e Cia., com sede em Recife, que continuou operando até 1939, quando então foram novamente vendidos ao português Samuel Galvão, que organizou a Companhia de Pesca Norte do Brasil – COPESBRA. Devidamente dinamizada, a companhia passou a empregar os rebocadores Belmonte e Cabo Branco, munidos de “canhão-arpão” manejados por um artilheiro norueguês. Apesar do sucesso inicial e do eficaz sistema de treinamento de pessoal, inclusive de artilheiros, com o decorrer dos anos a produção deixou de ser tão animadora, tudo levando a crer que a caça à baleia nas costas brasileiras acabaria definitivamente. Foi quando, em 1951, a COPESBRA foi vendida a um grupo de em-

presários de capital misto, japonês e nacional, que modernizou as instalações de Costinha e adquiriu do Japão o Daishin-Maru nº 01, baleeiro relativamente bem equipado, que seria operado por experientes técnicos. Com o tempo o navio foi sendo substituído por outros, as atividades da companhia foram sendo ampliadas e o aproveitamento do animal racionalizado, fazendo com que a extração do óleo passasse para um segundo plano e se desse maior importância ao comércio da carne "verde", congelada e em forma de charque ou embutido.

Em 1960 outro grupo nipônico iniciou a caça, industrialização e comércio de baleias, na região de Cabo Frio, RJ, mas deixou de operar depois de 5 anos, de modo que atualmente a COPESBRA se mantém como a única empresa a desenvolver tais atividades em toda a costa brasileira, operando com apenas um navio, o Katsu-Maru nº 10. A companhia tem sessenta por cento de capital nacional e quarenta por cento de capital japonês, sendo que somente os acionistas brasileiros têm direito a voto, ficando sob a responsabilidade dos membros japoneses a operação técnica e treinamento de pessoal. Organizada em 21 seções, como navegação, oficina, corte, frigorífico, etc., a indústria mantém atualmente 331 empregados, sendo 20 de origem japonesa e 311 da própria região. Para efeito de distribuição, a carne verde tem seu mercado consumidor limitado ao estado da Paraíba, enquanto a carne de charque é comercializada num vasto número de municípios dos estados de Pernambuco, Sergipe, Rio Grande do Norte e Bahia. Outros produtos, como óleo, são vendidos em larga escala para o sul do país, especialmente São Paulo (SP) e Uruguaiana (RS), enquanto a carne congelada é exportada para o Japão.

5. O controle de exploração

A experiência na utilização de recursos renováveis ensinou ao homem que não se pode usufruir das reservas naturais de forma exagerada e sem critério. Assim como na agricultura se fez sentir que após sucessivas colheitas o solo se tornava cada vez menos fértil, na caça e na pesca ficou bastante claro que para todas as espécies existe um equilíbrio populacional e que, se os animais não forem capturados de maneira racional e controlada, esse equilíbrio pode ser alterado, com risco para as espécies em questão. Assim, pela necessidade desse controle de exploração dos recursos naturais, e graças ao desenvolvimento de uma sofisticada matemática aplicada à biologia, o homem passou a dispor de um novo campo de estudos, a Dinâmica de Populações. Hoje, de posse de algumas informações sobre uma espécie e sua população, pode-se determinar o número de indivíduos de um estoque, seu ponto de equilíbrio, suas tendências de crescimento ou redução e até mesmo o número de indivíduos que podem ser capturados sem que haja prejuízo à população como um todo.

E foi com o intuito de preservar os estoques de baleias, promovendo pesquisas e orientando a captura dentro de normas que não afetassem as populações de mo-

do negativo, que, em 1946 foi criada a Comissão Internacional de Baleia (C.I.B.), com sede em Londres, representada hoje por membros de 16 países: Estados Unidos, Rússia, França, Reino Unido, Canadá, Noruega, Dinamarca, Holanda, Islândia, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Japão, México, Argentina e Brasil. A C.I.B. reúne seu Comitê Científico anualmente, quando as informações colhidas por todos os países membros são discutidas, analisadas e utilizadas para o estabelecimento de critérios de exploração e limites de captura.

Além de adotar medidas como a proibição de captura de indivíduos imaturos ou de fêmeas acompanhadas por filhotes, o Comitê Científico realiza estudos da dinâmica populacional de cada espécie de baleia, para cada região dos oceanos, estabelecendo a cada ano o número máximo de captura por espécie e por área. Quando esses estudos indicam a existência de risco para as populações, a C.I.B. decide pela paralisação imediata da captura, como ocorreu para as baleias azul e preta, que se encontram hoje na condição de "estoques protegidos".

Alguns países, apesar de desenvolverem atividades de exploração de baleias, lamentavelmente não respeitam as decisões, recomendações ou limites de captura estipulados pela C.I.B., por não serem filiados à mesma. Embora não se possa exercer um controle seguro sobre as operações desses países, as suas capturas são levadas em consideração nas estimativas feitas pelo Comitê Científico. Neste ano de 1979, a China, Chile, Portugal e Espanha, que já se dedicavam à exploração, solicitaram sua inclusão na C.I.B., restando apenas o Peru e a Coreia do Sul como países que capturam baleias sem pertencerem à Comissão.

Anualmente, após a determinação do número máximo de captura, os membros dos países interessados reúnem-se para a distribuição das "quotas de captura", estabelecendo então o número máximo de animais que podem ser abatidos em cada região, ficando sob a responsabilidade de órgãos governamentais de cada país a fiscalização das atividades das companhias, quanto ao atendimento das normas e quotas estipuladas. Para o Brasil, que opera apenas com um navio e processa os animais em terra, o controle de captura e a coleta de dados estatísticos e científicos se mostra bastante simples. Em um levantamento das baleias abatidas e processadas em Costinha (PB) de 1912 até 1978, temos:

ESPÉCIE	ABATIDAS	SITUAÇÃO ATUAL
Baleia Azul	001	rara
Baleia Comum	003	rara
Baleia Bryde	360	rara
Espadarte	3.600	rara
Baleia Preta	1.542	rara
Cachalote	645	comum
Baleia Anã (Minke)	9.249	muito comum

Para este levantamento não foram incluídas as capturas ocorridas nos anos de 1929 a 1946 pela inexistência de registros. Os números de captura das baleias Bryde e Espadarte são aproximados, pois até 1967 não se fazia distinção das espécies, tendo sido calculado que do total (3960), cerca de noventa por cento corresponda à Espadarte.

A proporção de captura e a abundância em nossas águas, no entanto, podem ser melhor avaliadas pelas quotas destinadas ao Brasil nos últimos anos, conforme tabela seguinte:

	1975	1976	1977	1978	1979
Baleia Minke.	1042.	776	1000	690.	755
Cachalote.	50.	09	25	24.	31
Espadarte.	03.	03	05	00.	00
Outras espécies.	00.	00	00	00.	00

Por esses números nota-se que a incidência de abate recai quase que totalmente na Baleia Minke, segundo valores que oscilam de acordo com os cálculos do Comitê Científico e critérios de distribuição de quotas. Embora a baleia Minke represente a espécie efetivamente explorada no Nordeste brasileiro, sua captura iniciou-se apenas no ano de 1959, apresentando até hoje os seguintes valores:

1959. . .002	1964. . .044	1969. . .617	1974. . . .765
1960. . .000	1965. . .067	1970. . .701	1975. . . .1038
1961. . .000	1966. . .352	1971. . .900	1976. . . .776
1962. . .000	1967. . .488	1972. . .702	1977. . . .994
1963. . .002	1968. . .456	1973. . .650	1978. . . .688

Os trabalhos até agora realizados com as baleias Minke do Hemisfério Sul indicam que no período aproximado de janeiro a julho esses animais permanecem nas águas frias da região da Antártida, onde dispõem de abundante alimentação, constituída por extensos bancos de "krill", pequenos crustáceos plantônicos da ordem dos Eufausiáceos. Com o rigor do inverno austral e diminuição do "krill", porém dispondo de grande quantidade de gordura armazenada por uma intensa alimentação, em fins de junho as baleias iniciam sua migração para as águas quentes das regiões tropicais, provavelmente atendendo a um apelo instintivo de reprodução. Embora essas áreas sejam extremamente pobres em alimentação, os animais aí podem permanecer de agosto a dezembro, quando então, geralmente após o acasalamento, retornam às águas do pólo sul.

A captura dessas baleias ocorre então em duas situações: no Nordeste brasileiro, pela COPESBRA, no período de agosto a dezembro; e na própria Antártida, por navios russos e japoneses, no período de janeiro a julho. Sendo apenas três os países que exploram as baleias Minke do Hemisfério Sul e existindo entre eles um intenso intercâmbio científico, torna-se possível estimar o número total de baleias dessa área com relativa precisão. Cálculos realizados por Ohsumi e Masaki indicam a existência de 300.000 indivíduos no ano de 1972 e um aumento para 416.000 no ano de 1978, no entanto, por uma questão de segurança, para a determinação dos limites de captura são consideradas estimativas que correspondem a apenas 2/3 das propostas pelos cientistas japoneses, conforme mostra a tabela seguinte:

ANO	ESTIMATIVA	CAPTURA	PORCENTAGEM
1975/76	122.000	6.810	5,5 por cento
1976/77	162.400	8.900	5,4 por cento
1977/78	172.000	5.690	3,5 por cento

As porcentagens dos números de indivíduos capturados a cada ano, com relação ao número total de indivíduos estimado para os estoques, indicam que a exploração ocorre em níveis bastante baixos, sem dúvida muito inferiores aos de natalidade, razão pela qual os estoques continuam em crescimento. Nestas condições, as atividades baleeiras sobre a espécie Minke não estariam de forma alguma atuando de modo nocivo na população.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

6. Conclusões

1. Os estoques de baleias, como recurso natural renovável, devem ser explorados de maneira racional e criteriosa, procurando-se manter as populações em equilíbrio.
2. O dimensionamento dos estoques, assim como a estimativa do limite de captura anual, é feito pelo Comitê Científico da Comissão Internacional da Baleia, da qual participam cientistas de renome de diversos países.
3. A não aceitação da validade dos estudos realizados por esse Comitê, sob a alegação da existência de interesses paralelos, implica numa posição de não aceitação de qualquer estudo científico, realizado por qualquer grupo de pesquisas, sempre que interesses econômicos estiverem em jogo.
4. As recomendações da C.I.B. são rigorosamente cumpridas pelos países membros, sob a fiscalização de órgãos governamentais, que auxiliam ainda o Comitê Científico pela coleta de informações e amostra de material.

5. No Brasil, a captura de baleias ocorre em apenas um ponto do litoral, por apenas um navio de porte médio, e o processamento ocorre em terra, facilitando o controle e obediência às determinações da C.I.B., que é realizado por fiscais da SUDEPE e do DIPOA – Ministério da Agricultura.

6. No Brasil, a exploração incide fundamentalmente sobre a baleia Minke do Hemisfério Sul, não tendo caráter predatório, pois a captura ocorre em nível inferior ao recrutamento e as pesquisas indicam que os estoques estão sofrendo considerável crescimento.

7. A proibição da atividade exploratória no Brasil, por parte do próprio Governo, não contribuiria de forma alguma para um crescimento ainda maior dos estoques, pois as quotas até então destinadas ao Brasil seriam redistribuídas por outros países.

8. A carne de baleia tem no Nordeste brasileiro uma aceitação satisfatória, e por ser de preço muito inferior ao da carne bovina, é consumida basicamente pela população de baixo poder aquisitivo.

9. A exploração da baleia no Brasil, apesar de organizada por um grupo de capital misto, promove a geração de empregos e eleva as condições sócio-econômicas de uma região extremamente carente de recursos.

10. Neste momento em que a humanidade se orgulha de seu desenvolvimento científico, mas começa a sentir os efeitos de uma crise de alimentos, não se pode conceber que a exploração de um recurso natural renovável tão importante seja interrompida por razões puramente sentimentais.

BIBLIOGRAFIA

BEST, P. B. *A note on the feeding of minke whales off Durban* in *Sea Fish*. Branch. Cape Town, South Africa, mimeografado, 1976, 8 pp.

CARVALHO, S.M.G.S. *Relatório sobre a importância da pesca da baleia para o Estado da Paraíba*. SUDEPE/PDP, mimeografado, 1978, 26pp.

ELLIS, M. *A Baleia no Brasil Colonial*. São Paulo, Edições Melhoramentos/EDUSP, 1969, 235pp.

MASAKY, Y. *Yearly change of the biological parameters from the Antarctic Minke whale*. IWC, SC/SP78/Doc., 1978, 42pp.

MITCHELL E. *Review of biology and fisheries from smaller cetaceans*. J. Fish. Res. Board Can., vol. 32(7), pp. 889/983, 1975.

MOURA, S.J.C. *Relatório da delegação brasileira da 28ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia*, Londres, 21 a 25 de junho de 1976, SUDEPE/PDP, Mimeografado, 1976, 26pp.

- MOURA, S.J.C. *Relatório da delegação brasileira da 29ª Reunião da Comissão Internacional da Baleia*, Camberra, 20 a 25 de julho de 1977, SUDEPE/PDP, mimeografado, 1977, 31pp.
- MOURA, S.J.C. Informações pessoais, Representante do Brasil na C.I.B., 1978.
- MOURA, S.J.C., ROCHA, J.M. e MELLO, R.L.S. *Some aspects of minke whale stock exploited off Brazil*. No prelo.
- POROSHENKO, N.V. *Population structure of the minke whale in the Southern Hemisphere*. Whale Invest. Lab. Pac. Inst. Fish. Ocean, Vladivostok, mimeografado, 1976, 33 pp.
- RABAY, G.C. Informações pessoais. João Pessoa, Assessoria da Companhia de Pesca Norte do Brasil, 1978.
- WATASE, S. *A pesca da baleia no Brasil*. Trad. K. Watanabe, H. Yoshi e Nomura, in *Boletim Geográfico*, nº 212, pp. 12/36, Rio de Janeiro, IBGE, 1961.
- WILLIAMSON, G.R. *Minke whale off Brazil*. Sci. Rep. Whales Res. Inst., nº 27, pp. 37/59, 1975.

COOPERATIVAS AGRÍCOLAS NO NORDESTE BRASILEIRO E MUDANÇA SOCIAL

Gilvando Sá Leitão Rios

Estudo científico sobre a problemática de desenvolvimento regional, este livro oferece uma profunda análise interpretativa de fatos sociológicos ligados ao sistema cooperativista brasileiro. Com um estilo sóbrio, mas de acentuada honestidade humana, o autor sugere uma imediata reformulação, reestruturação e reorganização no sistema, através de efetivos mecanismos operacionais de participação dos cooperados e do produtor, pecuarista e agroindustrial, em todas as etapas do controle da produção, industrialização, comercialização e distribuição da ciência e tecnologia de alimentos e derivados.



Um lançamento da Editora Universitária/UFPB

SEA SU PROPIO MÉDICO: UN NEUVO ÉNFASIS EN LA EDUCACIÓN DE ADULTOS COM MEDIO DE PREVENCIÓN DE ENFERMEDADES

Elena Viveros Jarry

La ciencia moderna se caracteriza por su extrema complejidad y nivel de especialización. Cada rama ha desarrollado una jerga complicada, sólo accesible a un selecto grupo de iniciados. Debido a esto, la comunicación entre el hombre común y los especialistas se ha hecho cada vez más difícil.

En la profesión médica este hecho es particularmente cierto. El médico, al rodearse de rituales y usando una difícil terminología, se ha tornado incomprensible para el paciente común. El paciente que ingresa al hospital, particularmente aquél proveniente de bajo estrato, sólo tiene una vaga idea de los tratamientos que le serán administrados, y a veces ignora las posibles consecuencias de esos tratamientos.

Los rituales y misterios que rodean la práctica de medicina han llevado al hombre común a creer que *su propia salud* es un campo fuera de su competencia. La falta de información sobre los factores que producen las enfermedades los llevan a creer que la salud es restaurada mágicamente mediante medicamentos. Algunas personas van más lejos y recurren al procedimiento de ingerir toda clase de productos farmacéuticos sin debida supervisión médica y con el riesgo consiguiente. Este hecho confirma la necesidad de difundir conocimientos básicos sobre el cuidado de la salud.

El enfoque médico actual ha llevado al olvido de una concepción fundamental: que no hay mejor médico que el propio paciente, y que, en este caso como en todos, es mejor prevenir que curar. Dado el alto costo de formación de cada médico, no sería adecuado sobrecargar a este personal escaso con la labor educativa. Parece más apropiada formar personal de apoyo que puede ser entrenado en forma rápida y barata, y que tenga como función complementar la labor del médico educando a los pacientes sobre como practicar hábitos más saludables de vida.

Esta nueva orientación implica que el paciente asuma un *rol activo* y no pasivo en el mantenimiento de su salud. La observancia de sanos hábitos nutricionales y de vida debe ser responsabilidad del paciente. No debe esperarse que el médico realice

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 188/194	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

milagros en la emergencia, si durante años se han practicado hábitos nocivos para la salud.

En concordancia con ésta línea de pensamiento en los últimos años se ha puesto un énfasis cada vez mayor en la prevención de enfermedades a través de programas de educación de adultos. Se ha buscado desarrollar programas orientados a producir en la población adulta, hábitos de comportamiento que contribuyan al mantenimiento de buenas condiciones de salud.

Se citarán a continuación, dos experiencias de éste tipo, realizadas en pequeñas comunidades rurales al Norte de California (USA). Uno de estos programas se concentró en la prevención de enfermedades cardiovasculares (1), el otro en la difusión de métodos anticonceptivos a fin de evitar embarazos no deseados (2). Ambos programas fueron realizados en la misma área geográfica y utilizaron una metodología semejante. Cada uno, dentro de los recursos disponibles, alcanzó considerable éxito.

Programa de Prevención de Enfermedades Cardiovasculares de Stanford

A través de éste programa fue posible reducir en un 25% el riesgo de ataque cardíaco en una población de alto riesgo. El programa consistió en dos años de campaña utilizando medios masivos de comunicación y un programa intensivo de instrucción diseñado con la finalidad de estimular a aquellos individuos más propensos a dolencias cardíacas a dejar de fumar, perder peso y observar una dieta baja en colesterol y grasa saturada.

El programa de Prevención de Dolencias Cardíacas se basó en dos postulados básicos: primero, que los individuos pueden ser informados y motivados a adquirir comportamientos de tipo preventivo en el área de salud; segundo, que si se identifica claramente un subgrupo de la población y se diseña un programa educacional adecuado a éste, se obtienen mejores resultados que con programas de tipo general.

Teóricamente, el Programa de Prevención de Enfermedades Cardiovasculares está basado en la teoría de aprendizaje social de Bandura (3). Esta teoría postula que la mayoría de los comportamientos humanos son aprendidos, deliberada o inadvertidamente, a través de la influencia del ejemplo. La teoría del aprendizaje social asume que las influencias modeladoras producen aprendizaje principalmente a través de su función informativa y que los observadores adquieren representaciones simbólicas

- (1) Farquhar John W. and others. (1976) *The Stanford Three Community Study: A Multifactor Cardiovascular risk education Campaign*. Trabajo presentado en el Symposium sobre estrategias para posponer enfermedades cardíacas. Fundación Danesa del Corazón.
- (2) Rogers Everett, Elena Viveros et al. *Formative Evaluation of Family Planning Communication in a low Income Community: the Watsonville Project*. (1977) Stanford University, Institute for Communication Research, Report.
- (3) Bandura, A. (1969). *Principles of Behavior Modification*. New York, Holt, Rinehart and Winston.

de las actividades modeladas mas bien que asociaciones específicas de tipo estímulo-respuesta. La influencia potencial de un modelo individual no sólo se actualiza en situaciones de comunicación interpersonal, sino también a través de medios masivos de comunicación. Bandura sostiene que "algunas formas de modelado son tan atractivas que pueden retener la atención de individuos de todas las edades por extensos períodos de tiempo. No hay mejor ilustración de esto que los modelos de la televisión. De hecho, modelos presentados en forma televisada son tan efectivos en capturar la atención, que los videntes aprenden el comportamiento demostrado sin necesidad de otros incentivos"(4).

Aplicando los principios de la teoría de Bandura, descrita mas arriba, fue diseñado y aplicado un programa de instrucción que será brevemente expuesto a continuación.

El Programa de Prevención de Enfermedades Cardiovasculares fue implementado en tres comunidades agrícolas situadas al norte de California: Watsonville, Gilroy y Tracy. La población de esas ciudades varía entre 12.000 y 20.000 habitantes. Un alto porcentaje de esa población está constituida por inmigrantes mejicanos de áreas rurales, la mayoría de ellos semi-analfabetos. El nivel de ingreso medio en la región es muy bajo y alrededor de 25% de la población recibe subsidio estatal.

El Programa fue implementado en las tres comunidades mencionadas de acuerdo al siguiente diseño experimental básico. (Ver Cuadro nº 1).

Durante 1973 se condujeron campañas similares en Inglés y Español, en Watsonville y Gilroy utilizando radio, televisión y periódicos. Se seleccionó un grupo de individuos que aparecían especialmente expuestos a enfermedades cardiovasculares y durante los tres últimos meses de la intervención se les sometió a un programa de instrucción intensiva(5).

La campaña de publicidad estuvo orientada a difundir conocimiento sobre las posibles causas de enfermedades coronarias y sobre los comportamientos específicos que contribuyen a reducir el riesgo (dejar de fumar, bajar de peso y mantener una moderada actividad física).

El programa de instrucción intensiva consistió en la aplicación de técnicas de modificación de comportamiento, aplicando la teoría de Bandura de aprendizaje social, dirigidas a promover sanos hábitos de vida tales como, dejar de fumar e por lo menos disminuir el número de cigarros consumidos diariamente, alterar los hábitos nutricionales para bajar de peso y restringir el consumo de sal. Los individuos clasificados como de alto riesgo fueron sujetos a un programa de instrucción intensivo que duró diez semanas y que consistió en sesiones de tres horas dos veces por semana.

(4) Bandura A. (1971). *Social Learning Theory*. Morristown, New Jersey, General Learning Press.
(5) El grupo de individuos de alto riesgo fue integrado por aquellos individuos localizados en el cuartil más alto de la Truett-Cornfield logística múltiple de riesgo.

Cuadro No 1: Diseño Experimental utilizado en el Programa de
Prevención de Enfermedades Cardiovasculares.

Comunidad	Sept-Nov 1972	Enero-Agosto 1973	Sept-Dic 1973	Enero-Agosto 1974	Sept-Dic 1974
Watsonville	Survey t ₁	Campaña por medicos masivos plus instruc- ción a indivi- duos de alto riesgo.	Survey t ₂	Campaña por medios masivos plus instruc- ción a indivi- duos de alto riesgo.	Survey t ₃
Gilroy	Survey t ₁	Sólo campaña por medios masivos	Survey t ₂	Sólo campaña por medios masivos.	Survey t ₃
Tracy	Survey t ₁	-	Survey t ₂	-	Survey t ₃

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguáribé
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Durante esas sesiones se reunía un grupo de 12 a 15 personas en la casa de alguno de los participantes y se conducían actividades prácticas tales como practicar ejercicios livianos y preparar comidas de acuerdo a las recomendaciones indicadas. Además se entregó a los participantes material instructivo tal como, libros de cocina, folletos sobre actividad física adecuada e información sobre cuidado preventivo de la salud.

Los resultados de la evaluación sumativa del Programa de Prevención de Enfermedades Cardiovasculares indicaron que el programa de instrucción intensiva fue un factor decisivo para el éxito obtenido.

Programa de Planificación Familiar de Stanford(6)

Se ha considerado necesario aclarar al lector que, aunque planificación familiar para impedir la ocurrencia de embarazos no deseados no constituye estrictamente prevención de enfermedades, indirectamente resultará en la prevención de dolencias para la madre que no está en condiciones de tener otro niño como para el niño no deseado. Es por eso que se ha considerado interesante analizar aquí este programa.

El Programa de Planificación Familiar de Stanford fue realizado en Watsonville, una de las tres ciudades incluidas en el Programa del Corazón. A pesar de que los recursos de éste último programa eran infinitamente mayores que los disponibles para planificación familiar, éste también logró cierto éxito. Coincidiendo con la ejecución del Programa de Planificación Familiar, se triplicó el número de pacientes requiriendo éste tipo de servicios en la clínica local. No se puede atribuir éste aumento en el número de pacientes solamente a la influencia del Programa de Planificación Familiar, más no se puede tampoco desconocer enteramente su influencia.

El Programa de Planificación Familiar se basa en los mismos postulados que el Programa de Prevención de Enfermedades Cardiovasculares y sus bases teóricas son semejantes. Ambos programas difieren, sin embargo, en un punto fundamental. Esto es, que el Programa de Planificación Familiar intentó promover la aceptación de una innovación que ha sido muy discutida: los contraceptivos.

De acuerdo al modelo de Rogers Shoemaker (7) la aceptación de una innovación no depende sólo de los beneficios percibidos que ésta pueda proporcionar o corto o largo plazo, sino también de los siguientes factores: *quien* la presenta a los potenciales usuarios, las *características intrínsecas* de la innovación, y las *normas del sistema social* al que pertenece el posible innovador.

El Programa de Planificación Familiar encontró en Watsonville tres problemas principales que dificultam la adopción de contraceptivos en esta población.a)Los

(6) Rogers, E. et al (1977) Op. cit. Rogers E.M. *Communication Strategies for Family Planning*, New York, Free Press (1973).

(7) Rogers E.M. and F. Floyd Shoemaker (1971). *Communication of Innovations: A Cross-Cultural Approach*. New York, Free Press.

contraceptivos son presentados a los pacientes, que son en su mayoría inmigrantes mejicanos, por médicos y auxiliares norteamericanos con rudimentarios conocimientos de español. Esto es, existe un problema de heterofilia entre el personal médico y los pacientes. El personal médico tiene características sociales y demográficas diferentes de los del paciente. Y lo que es más importante, los dos grupos difieren en sus actitudes frente al control de la natalidad y normas respecto al tamaño ideal de familia (8). Éste hecho dificulta la comunicación entre ambos grupos. b) Un problema general al referirse a contraceptivos y que no existe sólo en Watsonville son los efectos secundarios que se atribuyen a la mayoría de los métodos anticonceptivos, y que han sido ampliamente publicados. El temor suscitado por esta propaganda es una fuerte barrera que impide a las mujeres la adopción de contraceptivos. Hay que reconocer que los temores no son totalmente infundados ya que de los contraceptivos existentes ninguno es 100% efectivo y al mismo tiempo exento de efectos secundarios. Los métodos más efectivos (Píldora, DIU y esterilización permanente) presentan graves problemas. a) En la población de Watsonville, procedente de áreas rurales mejicanas, se esperaba una fuerte oposición a los contraceptivos debido a motivos religiosos. Sin embargo, religión no parece ser un factor realmente influyente sobre la decisión de usar anticonceptivos. Más importante aparece el deseo de tener una familia grande.

A fin de combatir estas dificultades, el Programa incluyó una campaña a través de radio, posters y folletos enfatizando la norma de familia pequeña y urgiendo a las mujeres a no escuchar rumores sobre contraceptivos, sino concurrir a la clínica para obtener consejo especializado. Se recomendó a las autoridades médicas la contratación de personal mejicano o por lo menos bilingüe, a fin de dar una atención más adecuada a la población de Watsonville. Para facilitar la labor del personal médico, se puso a disposición de la clínica un set de videotapes educativos conteniendo información completa, clara y atractiva sobre los diversos contraceptivos existentes.

No se dispone de una evaluación sumativa formal del Programa de Planificación Familiar. Sólo se obtuvo una rudimentaria medida de sus resultados a través de las variaciones en el número de pacientes que acudían a la clínica solicitando información sobre planificación familiar.

ALMIR E MARGARIDA
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

(8) Alcalay Rina (1977). *Providers and Receivers: A Mutual Model of Communication*. Ph. D. Thesis, Stanford, California, Stanford University.

Conclusión:

De lo expuesto más arriba podemos destacar los siguientes puntos básicos.

- 1) El enfoque actual de la medicina coloca al paciente en situación de objeto y no de *sujeto responsable* por el mantenimiento y cuidado de su propia salud.
- 2) Ha sido demostrado experimentalmente que es posible educar adultos hacia la práctica de hábitos saludables de vida.
- 3) Esta labor educativa no precisa ser realizada por médicos, sino utilizando personal de apoyo.
- 4) Esta labor educativa facilitaría la labor del médico quen encontraría más cooperadores a sus sugerencias.
- 5) Debemos cuestionar la aplicabilidad de metodologías aplicadas en USA a la realidad brasileña. Sin embargo, también es preciso considerar que los sujetos que participaron en los Programas mencionados constituían población rural proveniente de un país en desarrollo.

INTRODUÇÃO À PESQUISA OPERACIONAL

Hans Hermann Weber

O título marca o início de uma série sobre Pesquisa Operacional. De caráter didático, este primeiro volume destina-se aos problemas e indicações das soluções para alunos de graduação e pós-graduação em Engenharia, Ciências Naturais, Matemática, Ciências Sociais e Economia.



Mais um novo lançamento da Editora Universitária/
UFPA

ALMIR F. MANGARIDA
- Jaguaribe
- PB
Ave

Antônio de Souza Sobrinho

INTRODUÇÃO

Muita gente acredita viver de sucesso! Sucesso na profissão... Sucesso nas finanças... Sucesso no amor... O sucesso absorve tanto as suas vidas que qualquer fracasso é sinônimo de morte, de arrasamento.

Sem dúvida, o sucesso é uma aspiração natural de todo indivíduo humano; mas, lado a lado com ele, caminha também uma outra realidade: o FRACASSO. Este, se não é ambiciosamente buscado, não deixa de ser, porém, *naturalmente vivido*.

1. O FRACASSO NA NOSSA VIDA

O fracasso é um problema existencial. E não há, sobre a terra, nenhuma vida humana que, mais cedo ou mais tarde, de um modo ou de outro, não tenha experimentado o fracasso. Será que o fracasso não tem sentido?...

(Um dos grandes valores da filosofia existencialista é o de descobrir "sentido" em muitas coisas que pareciam não ter sentido!). E se há uma coisa que *parece* não ter sentido, logo à primeira vista, é o fracasso.

A gente tem de aprender a enfrentar os obstáculos. É esta uma das características da pessoa humana. E, sempre quando se enfrentam obstáculos, corre-se um certo RISCO, o risco de fracassar. A vida (ou melhor: a existência) é um *tender para* alguma coisa. Estamos sempre procurando ser aquilo que deveríamos ser.

Como seres finitos, nós nunca esgotamos o "segredo" do nosso ser. O FRACASSO teria, então, a sua raiz lá onde nós (os seres finitos e limitados) participamos misteriosamente do "não-ser"... Daí uma não-adequação, um não-ajustamento e a impossibilidade de um feliz "engajamento". A dor-do-limite (isto é: não poder ser aquilo que a gente desejaria ser) é o que manifesta a experiência do fracasso. *E o maior fracasso seria a ilusão de não fracassar.*

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 195/198	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

Nós não somos isolados nem das circunstâncias nem das outras pessoas que nos rodeiam... Muitos podem ser culpados. Mas, em última análise, o fracasso repousa em nós mesmos. Não devemos alimentar a má-formada consciência de pôr sempre nos outros, ou num exagerado sobrenaturalismo (a providência de Deus... o destino...) a “culpa” de nossos fracassos.

Isto é querer fugir da realidade concreta de nossa vida..

Não devemos querer fugir do *tempo*. Por outro lado, é também uma grande realidade, na vida mais íntima de cada homem, *tender para a eternidade...* Mas a eternidade não destrói o tempo: nela o tempo será plenificado, aí ele encontrará a sua plenitude.

E cada homem fracassa pelo menos uma vez na vida.

Uma vitória definitiva sobre o fracasso nunca será possível, enquanto se estiver no tempo... O tempo ^{supõe} sempre um “ainda não”. Tempo é distância, é luta, é lugar de novas rupturas. Enquanto houver tempo, haverá sempre possibilidade de fracassar!

E o orgulho, o eu sem o tu, é o maior fracasso na história da Humanidade.

2. EXPRESSÕES DO FRACASSO

As expressões do fracasso seriam várias. A primeira delas é a **alienação**, isto é: nós sofremos porque ainda não somos aquilo que deveríamos ser. E a dor-do-limite nos arrasa! (Aliás, quando a eternidade entrou no tempo, de um certo modo nós já somos aquilo que deveríamos ser... Mas, isto não é ainda a totalidade!)

E o que seria a “alienação?” Vejamos o TRABALHO, por exemplo, que é o domínio do homem sobre a natureza; e vejamos também o AMOR que é o entrar em intimidade com os outros... Se esses valores não condizem com a dignidade do homem, mas a diminuem, então temos a “alienação”.

Outra expressão do fracasso é a **insatisfação**. Somos sempre insatisfeitos... (Só os medíocres se contentam com o pouco que adquirem). E se a gente se afoba por causa disto, pior ainda! Muitas vezes, pedimos pouco e recebemos menos ainda. Mas acontece que, às mais das vezes, esse pouco é o suficiente...

As nossas decepções e os nossos longos anos de vida nos ensinam a não sermos exigentes.

O **sofrimento** é uma outra faceta do fracasso. E, desta forma, também o são a *dor* e a *morte*...

O sofrimento parece lançar-nos na solidão. Quando sofremos, temos sempre a impressão de que estamos sós... (O suicida seria aquele homem que não encontrou nem a si mesmo!) E não é sem razão que, quando sofremos, temos sempre uma necessidade imperiosa de nos *desabafar com alguém*...

O fracasso é sempre ambivalente: ele pode conduzir ao desânimo, ao desespero e à morte, como pode apelar para a vida. Sim: o fracasso é limite, é dor, é suor... Mas ele é também "apelo", é desejo de subir mais um pouco.

E na vida dos homens há sempre mais sofrimento do que alegria!

Mas, *apesar de tudo, aparece sempre um pedacinho de céu-azul* nos nossos fracassos, onde podemos encontrar a verdadeira paz interior. (Dizem os poetas que, no firmamento mais nublado possível, há sempre um pedacinho de "céu-azul" a sorrir para nós!)

O nosso maior pecado é desanimar...

É certo, sim, que o sofrimento anuncia a morte. E a morte é a forma mais radical do fracasso... Mas a morte é também tomada de consciência de nossos valores mais profundos: ela nos mostra o que há de caduco na vida, e nos apresenta a verdadeira face das pessoas.

3. ATITUDES DO HOMEM DIANTE DO FRACASSO

Devemos *aceitar* sempre a nossa existência concreta por mais pesada que ela seja... E *existir* é correr do fracasso, é livrar-se dos obstáculos, é fugir dos desânimos, é querer acertar sempre.

Mas há muito mais coisa na intenção do que no ato, pois nunca há adequação total entre o pensamento e a ação (que é vida)... A ação leva sempre consigo o *risco* de um fracasso! E disso nós não podemos escapar, pois o nosso agir faz parte integral do nosso existir. Ser é existir.

Em geral, a primeira atitude, que se tem diante do fracasso (e esta é negativa), é a "fuga"... Procura-se esquecer o fracasso. Procura-se uma compensação. Busca-se não tanto a solidão, mas o isolamento nos divertimentos e na bebida. Busca-se sair de si mesmo, viver fora de si. E aqui o homem já se encontra a dois passos do desencorajamento e do desânimo... *E então se perde a razão do ESPERAR.*

A nossa atitude diante do fracasso tem que ser positiva.

É na *luta* contra os obstáculos que nós encontramos aquilo que somos verdadeiramente. Aí nós medimos as nossas forças: é o homem procurando transpor os limites que o fracasso impõe.

Para isso *temos sempre que pôr em questão a bagagem de nossas certezas*... É preciso sempre recomeçar, é necessário não ser presunçoso.

A *alegria* é outra coisa necessária na nossa luta contra o fracasso.

Saber rir, quando tudo parece estar destruído, é avançar meio-caminho na construção do mundo.

A alegria, em si mesma, não resolve porém o problema do fracasso; mas consegue abrir as nossas almas para a atitude da ESPERANÇA. E, para esperar, nós temos que ser humildes.

Esperar, porém, não significa alimentar a idéia de conseguir sucesso, nem tão pouco o desejo de obter coisas que nos parecem boas... Esperar não é confiar unicamente em si mesmo. Mas, é pôr as suas garantias no Absoluto.

Assim, com a esperança, vemos que a filosofia do fracasso, para poder se completar, exige uma teologia do fracasso.

O problema do fracasso transcende os limites da razão humana.

CRISTO, assumindo os nossos fracassos todos, quis nos mostrar (sobretudo por sua morte) que o fracasso tem um sentido na nossa vida, e um sentido bastante profundo...

O Cristianismo tem, como símbolo de sua religião, a CRUZ. Mas não é ele uma religião de pessimismo, de sofrimento, cruces e morte. Por trás dessa CRUZ, que se eleva ao alto da Humanidade, existe um TÚMULO VAZIO a indicar uma ressurreição que é sinal de entusiasmo, de alegria, que é o símbolo da própria VIDA.

É que, no mais profundo de si mesmo, o fracasso é sempre uma atitude de fé.

CONCLUSÃO

Crescemos quando enfrentamos a realidade. E o segredo dos que triunfam é começar sempre de novo. O importante é não ficar parado: *somente chega quem caminha.*

Mesmo que o horizonte não esteja ao nosso alcance (embora ele esteja sempre à nossa frente!), vale a pena buscá-lo... Aquele que AMA nunca perde a esperança.

E esperar é crer na vida.

BIBLIOGRAFIA

1. DEL VALLE, Agustin Basave F. *Filosofia do Homem*. São Paulo, Editora Convívio, 1975.
2. GREGORY, Pedro C. *O Homem como Ser Histórico*. Roma, Editora Gregoriana, 1959.
3. GUIMARÃES, Torrieri. *Os Grande Mestres da Humanidade*. São Paulo, Editora Brasíndice, 1976.
4. TOBIAS, José A. *Natureza da Filosofia da História*, Revista da Universidade Católica de São Paulo, Vol. XX, 1960.

CRUX INTERPRETUM

Hamilton Elia

Há, na epopéia camoniana, um verso que tem desafiado a argúcia dos intérpretes. É aquele que se encontra na estância 21, do canto IX, pertencente ao conhecido episódio da Ilha dos Amores.

Na edição de 1572, que traz no frontispício o pelicano com o bico voltado para a esquerda do observador, o verso 6 da estância referida aparece com a seguinte redação:

Da primeira co terreno seio.

Notando logo a falta de uma sílaba no verso, andaram os comentaristas do poema a consertá-lo, tendo prevalecido, até os nossos dias, em várias edições, o acréscimo da palavra *mãe*, que se encontra até na bem elaborada edição empreendida pelo Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, com a data de 1972:

Da (mãe) primeira co terreno seio.

Parece ter nascido esse acréscimo na tradução que do poema fez, em 1580, Benito Caldera:

De la primera madre con el seno.

Na edição de 1613, comentada por Manoel Correa, o verso vem registrado com a forma:

Da primeyra co terreno seyoy

e vem acompanhado da seguinte observação: "Assi fez Luis de Camões este verso e não como anda impresso: *da mõi primeira co terreno seio*, que foi acrescentado da syllaba *mãy* por crerem que faltava no verso, o que não he. Nem a palavra *mãy* naquele lugar quer dizer cousa alguma que satisfaça; quando as syllabas da palavra *primeira* tem quatro, pois tem quatro vogais. E ainda que o *ay* (sic) seja ditongo e se tome por uma syllaba só, costumam os poetas dividi-los. E assi o ouvi a Luis de Camões: os que quiserem que errasse Luis de Camões, façam o verso desta maneira: *com o terreno seio*".

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Janguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 199/202	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

A sugestão oferecida por Manoel Correa foi boa; não assim os comentários. Desde quando palavras com quatro vogais (o comentarista equiparou as vogais às semivogais) têm quatro sílabas? A diérese é fenômeno raro, mesmo em Camões. Nem me consta que alguma vez algum poeta tenha transformado em hiato o ditongo *ey*, que Manoel Correa grafa *ay*, nem que este ditongo assim fosse pronunciado, pois, segundo a pronúncia presumível no tempo de Camões, apresentada por Gonçalves Viana (v. *estudos de fonética portuguesa* — Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda, 1973, p. 255) nas palavras *Reis*, *espalharei* e *peito*, tal ditongo aparece representado graficamente por /êi/. E, ainda mais, aquela afirmação ofensiva ao ouvido de Camões, de que pronunciaria o *ei* de *primeira* como hiato?

Epifânio Dias, em sua conhecidíssima edição do poema, da qual foi feita primorosa cópia fac-similada pela Fundação Casa Rui Barbosa, em 1972, encampa o acréscimo da palavra *mãe*, interpretando o sintagma *mãe primeira* como a *Terra*. Mas, percebendo logo a redundância em que havia incorrido, isto é, da *mãe primeira* (a Terra) como o *terreno seio* (isto é, o seio da mesma Terra), apressou-se em explicar: “o pleonasma é ainda menos estranho que em *Se lá dos Ceos não vem celeste aviso* (II, 59, 8) e em a *sede dura... Do peito cobiçoso e sitibundo* (IV, 44, 3 - 4).

José Maria Rodrigues, que tantas e tão adequadas censuras fez aos comentários de Epifânio, nos artigos publicados na Revista de Língua Portuguesa, ainda foi menos feliz que este último, ao propor para o verso citado a redação:

De África e Ásia co terreno seio.

Para o grande conhecedor da obra camoniana, o “terreno seio” seria “a curva feita pela costa, a que corresponde a reentrância do mar, o seio marítimo”. Muitos “terrenos seios” existiam. Mas “de volta para Lisboa, Vasco da Gama encontra só dois dias: o que circunda o golfo de Guiné e o que rodeia o “golfão de 750 léguas, que fica entre Meldine e Calecu, porque faz a terra hũa muyto grande enseada” (Castanheda, I, 13). É este o terreno seio (v. J.M. Rodrigues — Edição Nacional do poema).

Um dos maiores conhecedores de toda a obra camoniana, o professor Jorge de Senna, situa, por sua vez, a célebre Ilha dos Amores “no caminho de regresso e no início deste”. (v. *a estrutura de Os Lusíadas e outros estudos camonianos e de poesia peninsular do século XVI*, p. 66).

Quanto à interpretação do verso em foco, não nos convenceu nem a interpretação antiga, encampada por Epifânio, nem a fantasiosa de José Maria Rodrigues, tão feliz na consideração de outros passos do poema.

Voltando ao assunto, em seu admirável trabalho *Le morgado de Mateus*, éditeur des Lusíades (Paris, Eliencksieck — Lisboa, Bertrand — 1970), propõe a sua autora, a jovem camonista Anne Gallut, para completamento do verso, a palavra “ilha”. Assim, diz ela: “o que importa em tudo isto não é a posição da ilha encantada, mas o fato de que gramaticalmente *primeira* se refere à ilha subentendida e que nada autoriza

a adjunção de *mãe* nem mesmo o sentido ao qual esta palavra nada acrescenta”. Para ela, porém, a primeira ilha é Citera, ilha de Vênus por excelência.

Em tese intitulada “Normas para uma edição crítica de Os Lusíadas”, com que obtivemos a livre-docência na Universidade Federal Fluminense, há alguns anos atrás, também esposamos a idéia de que a palavra *ilha* supriria a falha métrica do verso, mas não interpretando-a como *Citera*, a ilha de Vênus por excelência, segundo a ilustre camonista francesa. Preferimos ver no adjetivo *primeira*, dentro do sintagma nominal *Co terreno seio da primeira*, expresso no verso, a indicação de que *do fundo do mar* foi arrancada por Vênus a primeira ilha, como o seriam depois as que *possui soberanas pera dentro das portas herculanas*. Fomos levados a esta interpretação por um comentário de Cláudio Basto, merecedor da aprovação elogiosa de Hernâni Cidade. Nesse comentário, lembra o autor que “Vênus, além das ilhas soberanas ou seja (dando à palavra o sentido clássico) emergidas do Mediterrâneo, possui outras nas entranhas do profundo Oceano (IX,40) que é onde o mar confina com o seio da mãe primeira dos homens – Terra Mater, Tellus Mater” (v. H.Cidade, Os Lusíadas, 3.^a ed. Lisboa, Sá da Costa, v. V, t. 2, p. 149, 1968). O comentário de Cláudio Basto, citado por Cidade, deixa claro que “o terreno seio”, de onde Vênus arrancava as suas ilhas, são “as entranhas do profundo oceano”, e nisto o seguimos. Mas, depois de interpretação tão precisa, não sabemos a que vem a palavra “mãe”, redundante e em desacordo com o sentido, ao qual, como bem assinalou Gallut, só cabe a palavra “ilha”.

Apoiados, assim, nos dois comentários citados, não endossando-os, porém, totalmente, chegamos à conclusão de que não é necessário fazer qualquer acréscimo ao verso citado. A palavra *ilha* pode ser, facilmente, nele subentendida, uma vez que já fora anunciada, anteriormente, com o latinismo “insula”. Cumpre, entretanto, desdobrar *co* em *com o*, como o fez Nascentes, em sua utilíssima edição escolar, que tivemos a honra de receber de suas mãos, com afetuosa dedicatória, quando cursávamos o Externato Pedro II Nascentes aceitou a eclipse, mas não a crase:

Da primeira co’o terreno seio.

A manutenção da nasal, isto é, a ausência da eclipse, torna, entretanto, a separação silábica mais nítida. A forma contrata, sem nasalidade, que figura na “princeps” decorreu, certamente, do próprio compositor. De qualquer forma, se interpretarmos o verso, com o desdobramento de *co* em *com o*, já não teremos nove sílabas, embora se lhe possa increpar o enfraquecimento do ritmo, com acentuação na terceira, na oitava e na décima. Mas é exatamente esse ritmo que apresenta o verso:

Sacras aras e sacerdote santo,

(Lus. II, 15, v. 2)

Ninguém, até hoje, ao que conste, tentou emendar tal verso. Nem deveria fazê-lo, pois há outros exemplos de variedade rítmica no poema, que fogem ao esquema heróico ou sáfico.

Julgamos que, adotada a redação que propomos:

Da primeira com o terreno seio,
ficam ressalvados a métrica e o sentido do verso.

E atendemos, assim, à principal regra para a garantia de um texto fiel e bem editado, aquela que Serafim da Silva Neto coloca em primeiro lugar, entre as normas gerais para a edição de um texto medieval, mas que cabe, perfeitamente, ao caso de uma edição de "Os Lusíadas", baseada no texto da princeps, de 1572, a que nos referimos inicialmente:

Nada inserir ou omitir no original.

(v. S.S. Neto, *Textos Medievais Portugueses e seus Problemas*. Rio, MEC, 1956, p. 25).

Julgamos, deste modo, haveremos aliviado os comentadores do poema da "crux interpretum", a que se referia José Maria Rodrigues, no nº 33 da Revista de Língua Portuguesa, retirando-lhe dos ombros o peso que, há quase quatrocentos anos, vêm transportando.

ANÁLISE FONÉTICO-FONOLÓGICO DO FALAR PARAIBANO

Maria do Socorro Silva de Aragão

Através das mais modernas técnicas de pesquisa, a autora estuda neste trabalho os falares paraibanos sob o aspecto fonético-fonológico. Pela temática abordada e pela metodologia utilizada, este livro se constitui numa contribuição original de alta relevância para os estudos lingüísticos no Brasil.



Uma publicação da Editora Universitária/UFPb

GOVERNO KUBITSCHEK – O POPULISMO EM PONTO ÓTIMO

ALVARIDA
Ave. ... 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

José Octávio

Em linguagem de jogo de xadrez, diz-se da captura “en passant” o lance reservado ao peão, ao alcance do qual se coloca o peão adversário, quando, em seu primeiro movimento, avança duas casas.

Tecnicamente, a questão caberia melhor ao colunista Fernando de Albuquerque Melo, que, juntamente com Abdias Sá e seus companheiros, vem realizando na Paraíba, trabalho do mais elevado alcance cultural, na disseminação do secular esporte oriental. Contudo, a característica do lance “en passant” que consiste na sua irreversibilidade, no sentido de que deve ser jogado em determinado momento, e só nele, porque, em xadrez, e ao contrário das outras peças, *os peões não recuam*, leva-me à tese central do ensino “O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política”, escrito por Maria Victória de Mesquita Benevides e editado pela Paz e Terra, na coleção Estudos Brasileiros.

Que se constitui em estudo do melhor nível, disso não resta dúvida. Em que pese a condição de escritora estreante, Maria Victória de Mesquita Benevides, não se trata de iniciante em Sociologia Política, sobre o qual versa essa monografia. Sua base teórica, de formação americanista, o que a faz aproximar-se de nosso Osvaldo Trigueiro do Vale, com o êxito de excelente estudo sobre o Supremo Tribunal Federal, em seu relacionamento com a Revolução de 1964, é da melhor qualidade e aparece logo no primeiro capítulo intitulado “Estabilidade Política – A Questão Teórica e o Problema Concreto” (pp. 33/53), dominado pela contraditória figura do politicólogo Samuel Huntington. A bibliografia, aliás, um tanto feminista, pela ênfase concedida às produções de Aspásia Camargo, Isabel Ribeiro de Oliveira, Celina Moreira Franco, Isabel Picaluga, Paula Beiguelman, Amélia Cohn e Lúcia Lippe de Oliveira, esta última com a tese de mestrado “O Partido Social Democrático”, ainda não editado, mas amplamente comentada por “O Jornal”, a 18/3/73, é da melhor qualidade, e as entrevistas – técnicas de pesquisa cada vez mais difundida entre nós –, conduzidas com isenção e espírito crítico.

HORIZONTE	João Pessoa	Ano 3	N.º 7	p. 203/218	abr/jun/78
-----------	-------------	-------	-------	------------	------------

Este último ponto faz-se importante porque, partindo não de clichês, mas de corretas avaliações teóricas, a autora encontra facilmente em seus entrevistados, dos quais não se torna prisioneira, como se dá com pesquisadores menos avisados, que se limitam a transcrever informações dos interlocutores —, elementos comprovadores para suas hipóteses de trabalho, que se valorizam na orientação geral de Francisco Weffort, e informações que obteve junto a políticos, analistas e administradores da mais variada tendência, como Afonso Arinos, Nelson Werneck Sodré, Lucas Lopes, João Pinheiro Neto, Oliveiros S. Ferreira, Tancredo Neves, Doutel de Andrade, brigadeiro Francisco Teixeira, e, evidentemente, o próprio JK, inserido em anexo (pp. 289/94). As revistas consultadas completam o painel, bastando dizer-se que Maria Victória não esqueceu o incendiário semanário udeno-golpista ‘Maquis’, do qual parece ser Otinaldo Lourenço o detentor da única coleção em João Pessoa.

Afirmção e Decadência do Pontó Ótimo

Inteligentemente prefigurada no prefácio de Celso Lafer, por sinal (p. 22) autor de “o único trabalho consistente sobre o sistema político no Governo Kubitschek”, e para quem — “O Governo JK foi um governo que conseguiu, conjuntamente, compatibilizar desenvolvimento econômico com desenvolvimento político, definindo-se este como a aferição de um sistema de tomar decisões, de implementá-las com sucesso e de conseguir um apreciável consenso sobre o sentido de sua gestão da sociedade. Entretanto, na medida em que modificou com a sua “virtu” as probabilidades dos resultados, e que esgotou, com o próprio sucesso, as potencialidades da República Populista, ele preparou, ainda que involuntariamente, algumas das condições que o levaram à ruptura de 1964. De fato, o desenvolvimento econômico por ele propiciado, exauriu as virtualidades da administração paralela e da aliança PSD/PTB, que foram as modalidades específicas, através das quais o talento de Juscelino consolidou, no seu momento, com admirável tolerância política, o novo e o velho, cooptando os militares para esta tarefa de transformação da sociedade no esquema do pacto de dominação da República Populista” (p. 18) —, a idéia central da profa. Victória Benevides reponta com força em várias passagens como a que se segue:

“Assim, podemos afirmar, inicialmente, que a aliança PSD/PTB desempenhou efetivamente um papel fundamental como “bloco de apoio” ao governo no Congresso (garantindo a aprovação do orçamento e os projetos de lei que interessavam ao Executivo e, principalmente, ao seu programa desenvolvimentista) e como “cálculo político” ao nível eleitoral (para as eleições majoritárias)”, unindo o voto rural ao voto urbano. O PSD manteve sua hegemonia ao nível do governo e o PTB aumentou seu poder de mobilização, ampliando suas bases eleitorais em todo país. O declínio da aliança no final do período, não infirma sua contribuição indispensável para a estabilidade, mas confirma que seu “ponto ótimo” se deu no Governo Kubitschek. E um.

“ponto ótimo” dificilmente se mantém — a regra é seguir-se a decadência...” (P. 247).

Ou ainda:

“João Goulart, por sua vez, também inicialmente apoiado pela aliança PSD/PTB, herdou-a dos frangalhos ao franco desacordo. Herdou, igualmente, o ônus da crise econômica gerada pelo próprio sucesso do Programa de Metas e o esgotamento do modelo de substituição de importações” (p. 251).

Em abono de sua tese básica, a autora de “O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política”, não esquece de invocar a maior autoridade em Ciência Política, no Brasil, que é o eclético Hélio Jaguaribe, com quem afina expressamente:

“(...) tornou-se bem claro, ao término do Governo Kubitschek, que suas extraordinárias realizações estavam, em última análise, sendo pagas a preços incontavelmente ascendentes e que a subsequente manutenção da mesma taxa de crescimento, não seria viável sem uma drástica mudança de toda a estrutura econômica, social e política (...). A política de adiamentos estratégicos para impedir confronto direto com as forças opositoras (a aliança reacionária entre a burguesia comercial, a oligarquia rural e a classe média tradicional), adotada por Kubitschek, conseguiu, apenas, transferir o problema, em condições muito mais graves aos seus sucessores no início dos anos 60” (p. 254).

Juscelino e o Processo Histórico

É nisso que consiste — expliquemos aqui o ponto de vista da autora com quem estamos de acordo — o caráter “en passant”, isto é, transitório, no sentido dialético que a História encerra, do Governo Kubitschek (1956/61). Não se trata de considerar JK, pessoalmente — o povo e a história já pronunciaram seu veredicto, o primeiro na apoteose cívica de seu sepultamento, e a História, pela palavra abalizada de José Honório Rodrigues, para quem Juscelino “é mais o começo do que o fim de um período, pois sua morte não é crepuscular, mas primaveril”. O que nos interessa é considerá-lo *no processo histórico* que não deve admitir maniqueísmos ou personalismos fáceis. Seu governo, sendo parte, e destacada, da História do Brasil, é depositário não só das gigantescas realizações simbolizadas em Brasília — “a meta síntese” (p. 210) —, mas de tendências (a tecnocracia militar pelo sentido dinâmico do Programa de Metas e o aproveitamento de militares em funções civis, por exemplo), e contradições (a aliança PSD/PTB que depois dele entra em crise), cuja análise faz-se fundamental para compreensão da dinâmica sócio-política do país, em suas conexões com os dias atuais.

Sem fugir a essa noção de meridiana maturidade histórica, donde o teor do frontispício da página nove, devido a Antonio Cândido, Maria Victória de Mesquita Benevides não procedeu a uma apologia de JK, no estilo, por exemplo, da biografia de

Handwritten notes: "nesse", "seria", "isso", "de valor?"

Mario Beni sobre Ademar de Barros, mas a um estudo sistemático e científico de seu governo, à luz (p. 49) da estabilidade alcançada no entrosamento de seus três vetores de sustentação imediata: partidos políticos, grupos militares e ação dos órgãos executivos, no campo da política econômica.

O Problema da Estabilidade

Por conta disso, seu conceito de estabilidade política (p. 40), não se restringe a "Indicadores externos, como crises, rupturas, pressões, golpes, etc.(...) O que nos parece ter sentido é pensar estabilidade através das estruturas que sustentam a sociedade, questionando-se, por exemplo, as relações entre o Legislativo e o Executivo, entre o poder civil e o poder militar". Encaixando bem a Lipset, para quem "a estabilidade depende da combinação entre a eficiência e a legitimidade de um sistema político" (p. 41) —, e insistindo (p. 201) na proposta inicial de "abordar o problema da estabilidade do ponto de vista do sistema político e seu desempenho", a prof^a. Victória Benevides não se deixa embair por simplismos aparentes que, não raro, confundem justiça com paz social, e estabilidade, que pressupõe equilíbrio, com pasmaceira e ausência de tensões, indispensáveis à própria saúde do organismo social. Em tudo isto, conclusões e propostas de trabalho, significando fins e meios, alternam-se com perfeição nas entrelinhas desse ensaio definitivo:

"Que houve um alto índice de desenvolvimento econômico no Governo Kubitschek não resta a menor dúvida. Como caracterizar a estabilidade política é o problema central deste estudo; a tentativa de explicá-la, o seu objetivo" (p. 22).

A autora de "O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política" não desconhece as dificuldades minuciosamente relacionadas (p. 23) que se antepuseram à eleição e posse de Juscelino, que teve de apelar, até, para a candidatura Plínio Salgado (p. 293), no propósito de tornar irreversível a sucessão presidencial de 1955, tumultuada com os desdobramentos do suicídio de Vargas, que incluíam a franca mobilização golpista da UDN e a tese da candidatura de união nacional, acolhida por Café Filho ante o prestígio de seus formuladores que eram os chefes militares da época, liderados pelo Gal. Canrobert, antigo condestável do Governo Dutra. Tais questões tanto permanecerão latentes — para Werneck Sodré, citado pela autora (p. 161), a conspiração, durante o período 1956/61, "persistiu tornada endêmica" —, que, apesar de toda sua habilidade, Juscelino esteve para cair a 23 de novembro de 1956, quando "tomei posse pela segunda vez. Tive a impressão de que se preparava um 24 de agosto" (p. 161).

Ora, se assim se passavam as coisas, e mesmo levando-se em conta a ressalva da autora, para a qual "essa estabilidade foi marcada por crises profundas, no começo e no fim do período, justificando uma certa perplexidade, o que não deve ser visto como um contra-argumento pois, conforme a perspectiva esboçada acima, esta-

bilidade política não significa, necessariamente, ausência de crises” (p. 47), poder-se-á fatalmente perguntar: que motivos possibilitaram o equilíbrio — ainda que “en passant” — do governo Juscelino?

A Aliança PSD-PTB

Uma pergunta política impõe necessariamente raciocínio político, por isso que, sem esquecer a múltipla causalidade que preside a questão — O livro está cheio de gráficos que atesta isso — a profa. Victória Benevides começa pelo relevante papel cumprido pela aliança PSD/PTB, fundamental para compreensão do problema, não apenas pelo apoio a nível de Congresso e Governo, que será capaz de prestar, mas por sua função catalizadora, indispensável numa época em que os partidos *pesavam* e expressavam, segundo Fernando Pedreira, as mais representativas tendências da sociedade brasileira, cabendo (p. 57) “à UDN o liberalismo político e a defesa das liberdades individuais, ao PSD o impulso juscelinista para o enriquecimento nacional e o desenvolvimento econômico, e ao PTB a preocupação com o distributismo e a justiça social”.

A abordagem dos partidos do MVMB é mais *política* que *sociológica* e aproxima-se mais de Skidmore, para quem PSD e PTB representavam “os de dentro” contra “os de fora” arregimentados na UDN, que de Basbaum e Hélio Jaguaribe, os quais, em “Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento” e “Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político”, propõem formulação partidária correspondente aos diversos segmentos sociais da sociedade brasileira. Ainda assim, todavia, “O Governo Kubitschek” enxerga, *de maneira abrangente*, a função dos partidos na República Populista 1946/64, por isso que vai à essência da questão:

“Ao nível do cálculo político observa-se que tanto o PSD quanto a UDN se formaram num contexto relativo ao Estado (Getúlio monta o PSD, usando os interventores, o PTB usando o aparelho sindical e a UDN congrega os elementos anti-Estado Novo); não dispunham, pois, de perspectivas próprias para englobar os setores sociais emergentes” (p. 135).

Deixemos, porém, para depois, este último ponto que explicará o “colapso do populismo” 61/64, fenômeno muito mais conjuntural que pessoal, ainda que seu agravamento haja sido *acelerado* pela incapacidade de Jânio em conviver com os partidos, e fraqueza congênita de seu sucessor João Goulart que, nas palavras de Roberto Gusmão, “sempre precisou de um tutor; quando perdeu Getúlio, ganhou Juscelino, mas com Jânio não se deu bem e sozinho na presidência se perdeu por completo”. (p. 131)

No período correspondente ao Governo JK, as contradições entre os interesses clientelísticos congregados no PSD e as aspirações urbanas concentradas no PTB, ainda não haviam chegado ao nível da *fatal* rutura posterior, antecipada já em 1960 pela penetração heterodoxa de Mário Pedrosa (frontispício da página 107). Por

isso mesmo, “como premissa básica consideramos que a aliança atingiu seu “ponto ótimo” — como fator de estabilidade — no Governo Kubitschek, pela convergência de interesses entre o cálculo político do PSD, o seu papel hegemônico ao nível governamental e as conveniências do PTB” (p. 59).

Numa palavra — e seguindo o raciocínio da autora — “o que parece mais pertinente é considerá-los como os possíveis canais de absorção e encaminhamento de demandas, ou seja, em termos de sua capacidade ou não para representar determinados interesses, mobilizando as forças políticas que se articulam dentro do sistema” (p. 60). Ora, à época do Governo JK essa capacidade de aliança pessedo-petebista, numa típica relação de massa-elite, *era total*, mediante o funcionamento de uma hábil, ainda que transitória, política *de troca* entre o PSD e o PTB que nunca se fez possível entre as agremiações do centro conservador UDN e PSD, porque estas, justapostas por Dutra dentro do acordo dos partidos que constituíria boa solução para Francisco Weffort (p. 132) e Carlos Castello Branco (veja-se sua conferência “O Papel Político dos Parlamentares”, *Jornal do Brasil*, 13/6/76) —, *disputavam a mesma área* (p. 133).

Bem sucedido governador de Minas que, porém, numa perspectiva weberiana, se encontrava abaixo, pelo prestígio eleitoral de que dispunha, dos grandes líderes carismáticos da época — Juárez, Adhemar, Jânio, Jango, Prestes e Plínio Salgado —, JK sabia que só a aliança PSD/PTB, tenazmente defendida contra as dissidências pessedistas de Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Sul (p. 271) seria capaz de levá-lo à vitória: “A ajuda eleitoral do PTB foi decisiva para garantir a vitória do candidato pessedista; a pequena margem de votos deveu-se ao PTB, com o apoio do PC, e deve ser lembrado que o petebista Goulart teve votação superior à de JK” (p. 95).

Um Compromisso Histórico

Não apenas formular essa aliança “aparentemente espúria”, mas levá-la a seu *ponto ótimo de funcionamento*, esse o “compromisso histórico” (p. 132) do Governo JK, no quadro da evolução global do populismo brasileiro.

Ao PSD, favorecido pela tradicional habilidade da cúpula do partido, seus famosos “cardeais”, competia desempenhar papel hegemônico e (p. 77) — “apoiar uma política global — as metas de JK — sem que suas próprias bases se sentissem ameaçadas por ela”. Nesse particular, cabia-lhe beneficiar-se, pelo controle da política fazendeira (Lucas Lopes, Sebastião Paes de Almeida), e ativa participação dos empreiteiros pessedistas no gigantesco programa de construção do Ministério da Viação e NOVA-CAP, dos gordos dividendos do desenvolvimento juscelinista, então contido nos limites das oligarquias modernizadoras que, coerentemente, bloqueavam, com apoio da UDN (p. 137) as medidas mais arrojadas como a extensão da CLT ao campo, extensão do direito de voto aos analfabetos, e, principalmente, a reforma agrária.

Era clara a função de “acomodação social” do PTB, que, segundo Pinheiro Neto, também citado (p. 87) “anestesiava as reivindicações sociais, contemporizando, dando um pouco, transigindo, contendo o mais agudo e agressivo das reivindicações, usando para isso a Previdência Social”. Na *parceria* que então se estabelecia, o PTB ficava com proveitoso *bocado atual*, pelo controle dos Ministérios do Trabalho e Agricultura, e a Previdência Social (p. 88 e segs.), e *futuro*, pela penetração que a industrialização do programa de metas oferecia a seus próprios quadros.

A convivência PSD/PTB não se fazia, porém, tão pacificamente, detalhe em que precisamos insistir na acertada tese de Victória Benevides, para quem “estabilidade não significa ausência de crises, mas sua absorção pelo sistema”. Dentro do próprio Ministério do Trabalho — órgão chave para controle do operariado e afirmações petebistas — estouravam tensões (p. 91 e segs.) derivadas das crescentes reivindicações das lideranças sindicais, parte das quais (dez por cento segundo Doutel de Andrade) se orientava pelo P.C. Como resposta, o governo Kubitschek, que também enquadrou o empregariado através de Lidio Lunarli, trazido de Minas para a presidência da Confederação Nacional da Indústria (p. 94), e cooptou os militares, entregando-lhe substancial responsabilidade na execução do programa de metas (190) —, favoreceu a ala *fisiológica* de paternalismo administrativo do PTB (ministros Fernando Nóbrega e Parsifal Barroso — pp. 91 a 131), — contra as tendências mais agressivas do populismo sindical, em nome dos quais (p. 91) seria rapidamente despojado do M.T. o ministro Batista Ramos, substituído por Alírio Sales Coelho que restaura o “establishment”.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Comunismo e Crise da Aliança

Curioso é que, dentro desse sistema de equilíbrio instável, mediante a vigência de freios e contra-pesos, havia lugar para o Partido Comunista. Pessoalmente, é certo que JK nunca transigiu com a agitação comunista, donde a presença, à frente da importante Chefia de Polícia do então Distrito Federal, coração do populismo radical herdado do queremismo getulista, de coronéis ferreamente anticomunistas (Magessi, Batista Teixeira, Amaury Kruehl — p. 98) e a rápida desarticulação dos extremismos, partissem da UNE na greve dos bondes em 1956 (Não permitirei que aqui se repita uma nova Bogotá — p. 167), da Frente do Novembro, fechada com o lacerdista Clube da Lanterna, da Liga de Emancipação Nacional, também suprimida (p. 980, dos portuários da Federação dos Marítimos, ou dos ferroviários da Leopoldina (p. 97). Uma coisa, porém, são as concepções pessoais de JK e outra as necessidades históricas do sistema populista, levadas em 1956/61, a seu ponto ótimo. Como *sistema*, o governo JK “tolerava (os comunistas) dentro dos limites da lei, isto é, de uma forma bastante flexível pois o PC continuava ilegal, mas se não “incomodava” também não era incomodado” (p. 98).

Aliança, como a define Maria Victória Benevides, “muito mais importante ao nível do Governo que a nível partidário” (p. 101), a composição PSD/PTB irá desagregar-se inteiramente a partir de 1961, quando o PSD, premido pela maré montante do bonapartismo sindical janguista, se aproximará da UDN, primeiro nos efêmeros gabinetes parlamentaristas, depois nos debates do Congresso 1962/64, e, já por fim, dentro da Revolução, cujo partido oficial, a ARENA, oficializará a aliança do centro conservador herdado de trás (p. 131).

Para MVMB, cujo estudo alcança na análise desse processo seus mais altos momentos de racionalização histórica e política, estes problemas já afloravam em germe dentro do Governo Juscelino, por isso mesmo uma construção política “en passant”.

Fraco em São Paulo, onde as aspirações regionalistas e de classe média significavam a irrupção de correntes de *populismo paulista*, como o adhemarismo e o janismo, com o último dos quais se comporá, através dos comitês Jan-Jan, que datam das eleições presidenciais de 1960 (p. 100), o PTB enveredará crescentemente para a esquerda, quando largas frações, desembaraçadas até da tutela sindical comunista, transferirão o comando sindical para o Rio de Janeiro (p. 101), incorporando-se, com muitos dos seus membros como deputados, à Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento, baseado na aliança das forças populares PTB/PSB, expressará as conotações radicais do período que se abre em 1960 (p. 139).

Atônito com a conversão do antigo aliado de *fisiológico* em *ideológico* e de *conciliatório* em *compacto*, o PSD, além de se dividir em “novos”, sensíveis à reforma agrária, voto do analfabeto e renovação do comando partidário (José Joffily, Ulisses Guimarães, Renato Archer, Cid Carvalho e Paulo Pinheiro Chagas) e “caciques conservadores” mais ligados à UDN (Mazzili, Ruy Carneiro, Valadares, Cirilo Júnior, p. 125) —, entra em crise e fica sem saída, porque o populismo não as tinha.

As eleições presidenciais de 1960 representam momento crucial dessa desintegração, tendo seus termos não se tornado estranhos a Juscelino que oferece (p. 126) apoio meramente *formal* ao General Lott (Werneck Sodré também sustenta isso em “Memórias de um Soldado”, p. 515), enquanto parte do PSD se bandeava para Jânio, “conservador em política econômica, apesar de “progressista” em política externa” (p. 127). O candidato de Juscelino parecia ser Juracy Magalhães (p. 126), desenhando-se aí, “num debate eleitoral entre esquerda e direita, que nunca esteve tão confuso”, a rutura do populismo, que se produzia, inicialmente, pelo seu lado formal — o do sistema partidário de sustentação PSD/PTB.

A Rutura do Populismo

Minado pela industrialização que fomentava, através do urbanismo da sociedade brasileira, os contingentes populares de inspiração radical (estudantes, tra-

balhadores, jornalistas, intelectuais, etc.), o populismo, como típica formulação de compromisso entre o campo e a cidade, também claudica nas zonas rurais, onde o coronelismo pessedista via-se ameaçado “em virtude da expansão do PTB nessa mesma área e a radicalização das Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, a partir de 1959” (p. 111). O crescimento eleitoral do PTB que a autora estuda às pp. 114 e segs., recorrendo a pesquisas de Gláucio A.D. Soares, e sua conseqüente mudança de rumos, desempenhará papel fundamental na agonia do populismo, sendo de notar, como o percebeu Victória Benevides, que “o próprio juscelinismo despertou categorias sociais cada vez mais amplas que sentiam poder participar do desenvolvimento econômico e social do país, sendo impossível evitar uma sobrecarga de demandas novas e conflitantes com os interesses conservadores dos partidos. E se Goulart herdou os problemas criados pelo próprio processo de desenvolvimento, aquele “pacto de dominação” já não tinha mais o apoio dos grupos que o tornaram eficaz no Governo Kubitschek. O que eram interesses competitivos, mas basicamente compatíveis (na convergência pela aprovação da política econômica de então), passou a ser incompatível entre um PSD conservador e um PTB cada vez mais comprometido com as reformas” (p. 129).

A essa tese central — de longe a mais importante de todo livro — “O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política”, retorna ainda diversas vezes:

“O ponto ótimo da aliança nesse período foi dado pelo fato de que o poder hegemônico do PSD manteve-se até certo ponto compatível com a expansão eleitoral do PTB. Essa compatibilidade decorria do cálculo político que previa uma barganha desejada por todos: pelos próprios partidos (união do voto rural e do voto urbano, maior participação no poder) e pelo presidente da República, que precisava da maioria no Congresso, empenhado em seu comprometimento prioritário com o desenvolvimento econômico, ou seja, com seu Programa de Metas. Ora, o Programa de Metas também correspondia aos interesses dos partidos: o PTB só tinha a ganhar com o programa, e o PSD, embora não diretamente beneficiado quanto aos interesses mais específicos de suas bases locais, nada tinha a perder enquanto se mantivessem intocáveis o regime de propriedade e o de exploração do complexo rural agrícola” (p. 140/1).

A transcendência de tais formulações deriva da circunstância de que, em seguida ao Governo JK e intermezzo Jânio Quadros, tentar-se-á impossível recomposição da aliança PSD/PTB, sob a hegemonia do elo mais fraco da corrente, justamente o PTB (p. 131), gerando-se o “paradoxo de um partido hegemônico ao nível do governo não o ser igualmente ao nível do poder eleitoral” (p. 141).

O palpitante ensaio de Maria Victória de Mesquita Benevides não se esgota nas questões que acima procurei sumariar. Em seus derradeiros capítulos, ela estuda a função de duas outras importantes variáveis do metabolismo político da época — os militares e a “administração paralela” do programa de metas. Sobre esses temas, reservo-me considerações específicas, principalmente para poder cotejar algumas de suas colocações

com a entrevista concedida pelo ‘pai do planejamento brasileiro’, economista Rômulo de Almeida, às páginas amarelas da revista “Veja” (edição de 15/9/76).

* * *

Creio estar deixando claro o quanto me agradou a tese de Maria Victória de Mesquita Benevides, para quem o Governo Kubitschek deve ser visto como o ponto culminante e de (instável) equilíbrio da República Populista 1946/64, no Brasil.

A originalidade da bem elaborada construção “O Governo Kubitschek Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política” não consiste na tese em si — facilmente perceptível a olho nu em face da crônica instabilidade dos governos anteriores (Vargas, Café Filho) e posteriores (Jânio e Jango) —, mas na circunstância de que, inserindo-o no processo histórico, Victória Benevides analisou o que não se percebera ainda, isto é, a existência dentro do Governo JK, do embrião das tensões político-sociais que explodiriam, no período 1961/64, e, até, de valores posteriormente consagrados pela Revolução de 1964.

Nesse particular, a questão central reside no dissídio da aliança PSD/PTB, cuja deterioração, diretamente responsável pelo “colapso do populismo”, em 1964, data dos últimos lances do Governo Kubitschek.

Diante o volume de tais considerações, perguntar-se-á: mas então “O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política” é só isso, ou seja, um equilíbrio, mais que governamental, sistêmico, e uma ruptura, também de sistema, considerados a nível político, pela crescente divergência dos partidos que o mantinham de pé?

Já vimos que *não*. A autora também tem olhos para os dois outros elementos de sustentação do sistema que possuía, na aliança PSD/PTB, um de seus pólos de equilíbrio. Refiro-me, claro, seguindo o raciocínio de “O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política”, ao papel dos grupos militares que lhe ofereciam cobertura, e ao equilíbrio possibilitado por sua programação econômica — o plano de metas — que conciliou, de forma muito hábil, o apelo ao capital estrangeiro nele contido e a ideologia nacionalista (à época ainda moderada) dos teóricos do ISEB.

Política e Forças Armadas

No tocante ao papel das forças armadas, e particularmente do Exército, no Governo JK, é fora de dúvidas que a profa. Maria Victória retoma muitas teses de Stepan — a importância da cláusula constitucional “dentro dos limites da Lei”, também aventada por Fiechter em “O Regime Modernizador 1964/72”, por exemplo — e até uma definitiva expressão de “Os Militares na Política”: “como premissa básica con-

sidera-se a instituição militar como um subsistema inserido no sistema político global” (p. 150). Na seqüência dessas considerações, Huntington evoca claramente tanto Stepan, quanto Oliveira Viana (este nominalmente citado à p. 154), o que estabelece caminhos cada vez mais válidos para o entendimento, afinal vitorioso , de que, a nível de História, as Forças Armadas devem ser analisadas, à luz, principalmente, do papel *político*, e não apenas técnico-logístico, que desempenham. Foi talvez a consciência dessa realidade que, em 1967, levou o então presidente Costa e Silva, com a ingênua franqueza que o caracterizava, a proclamar inesperadamente pela imprensa: “Exército é partido!!!”

Vista hoje, com base na crescente contribuição dos brasilianistas, a expressão não parece tão absurda. Em sua tese de doutorado, Maria Victória a prefigura claramente, e mais: para arripio dos constitucionalistas mais ortodoxos, ela encampa as idéias de Oliveiros S. Ferreira, para quem: “De 1824 a 1964, as Forças Armadas mudaram de natureza e se constituíram, de fato e de direito, uma instituição nacional permanente (*uma organização nacional*) e assumiram funções que não são de instrumento do Estado, mas do próprio Estado. Em suma, elas se transformaram no Estado” (p. 153).

O Governo Juscelino representará importante passo para concretização dessa sistemática, amplamente consagrada nos esquemas em vigor desde a Revolução de 1964, com a afirmação cada vez mais incisiva do modelo tecnocrata-militar, assim batizado por Thomas Skidmore.

Como? – É o que nos explica a autora ...

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Tendo assumido o governo em 1956, quando ainda eram visíveis as desavenças semeadas dentro do Exército e Forças Armadas, pelos episódios da deposição de Vargas, em 1954, e as duas crises de novembro, em 1955, Juscelino apoiar-se-á, decididamente, no chamado grupo de 11 de novembro, cuja figura central, o gal. Teixeira Lott, “não era getulista, nem líder natural, enquanto que havia verdadeiros líderes no Exército, como os Generais Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello, por um lado, e os Generais Estillac Leal, Segadas Viana e Zenóbio da Costa, por outro lado” (p. 155).

Esse apoio, consolidado pela rigidez e qualidades de chefe de Lott (p. 157), a favor de quem funcionava “o mito do legalismo” (a expressão pertence à autora – p. 159), se elastecia não apenas pela permanência de Lott durante todo Governo, na pasta da Guerra, sendo o único ministro não permutável, juntamente com Clóvis Salgado, da Educação (p. 154), mas também pelo funcionamento de um tripé de segurança, completado (p. 165), com o gal. Denys, figura destacada no 11 de novembro, e a Chefia de Polícia do Distrito Federal, cuja “rede de informações era a mais bem montada de que o governo dispunha”, esta última de titular reversável, mas sempre escolhido pelo prisma do anticomunismo (p.98).

A Cooptação dos Militares

Acolhendo com sabedoria o conselho de Tancredo Neves (p. 159), para que não empenhasse o prestígio do Governo nas eleições do Clube Militar, cuja superestimação desempenhara importante papel na queda de Vargas, delineada desde a derrota de Estillac para a presidência do Clube em 1952, com sua conseqüente substituição no Ministério da Guerra — Juscelino irá “cooptar” aos militares em seu programa de governo, seja entregando-lhes (pp. 87/88) numerosas funções de administração civil, também anotadas por Johnson em “Militarismo e Política na América Latina”, seja atendendo a todas as demandas das F.A. “cujo nível de despesas militares atinge vinte e três por cento da despesa federal total” (p. 171), seja, ainda, cortejando inteligentemente as Forças Armadas, então sintonizadas com o intervencionismo estatal do governo e sua ênfase nos programas de ferro e petróleo (p. 171).

Para Hélio Jaguaribe, nisso residiriam os aspectos de “bismarquismo-na-oleonismo” da administração JK apontados em “Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político”. Em termos menos empolados, porém, o que claramente aí desponta são as bases do complexo industrial-militar dos nossos dias, para o qual o desenvolvimentismo juscelinista também abrirá caminho, a julgar pelas colocações de Oliveiros S. Ferreira, a quem a profa. Victória Benevides recorre:

“O Exército só poderia aliar-se à tecnocracia e nunca à política, porque ambos são expressão de uma mesma mentalidade, uma igual racionalidade. A tecnocracia fornece ao Exército a racionalidade que lhe é própria. Com isso as Forças Armadas têm assegurada a possibilidade de ver corrigidas as distorções econômicas responsáveis em grande parte pela demagogia e construir uma indústria capaz de atender seus reclamos de renovação técnica sem onerar grandemente o balanço de pagamentos. E a tecnocracia encontra no Exército, além do mesmo espírito voltado para a ordenação racional e burocrática das coisas, o instrumento apto a assegurar a tranqüilidade social capaz de permitir a reconstrução da economia sem o perigo de a demagogia atrapalhar a integração do Brasil, como grande potência, no mercado mundial” (p. 170).

Enquadrados — e como que ! — dentro do sistema do qual funcionavam como ativo e indispensável suporte, os militares, o que se irá notar mesmo entre os anti-11 de novembro, perdem a maleabilidade conspiratória que, de resto, a firmeza de Lott, transferindo os problemas disciplinares para a área da hierarquia, não permitia vicejar. Mais do que isso, o Governo Juscelino diluiu — o que também se fez válido para o PTB — o nacionalismo militar na filosofia desenvolvimentista do Estado da época, residindo a comprovação disso na circunstância de que, em termos político-ideológicos, o lotismo apresentar-se-á com características muito mais conservadoras — ainda que modernizadoras — do que o *estilaguismo* em que de balde Vargas buscara apoiar-se, em seu segundó governo, iniciado em 1950.

Conciliação e Juscelinismo

Dentro desse quadro que evitará, não a interferência política do Ministro da Guerra, tão ativo em questões como “política partidária, justiça eleitoral (campanha da cédula única, voto ao analfabeto!), política econômica (taxa cambial, capital estrangeiro), reforma agrária, política externa (relações com os países socialistas), parlamentarismo, etc.” (p. 180/1) — mas a *interferência conflitante* do poder militar, é que se deve entender a manifesta conciliação do juscelinismo que, sempre, para usarmos expressão de outro analista, “dava uma no cravo e outra na ferradura” — tudo porque o ponto ótimo a que chegara o populismo o permitia.

Assim, havia vistas grossas para as renascentes atividades do PC (p. 98), mas os direitistas do grupo Eduardo Gomes, enquistados na Aeronáutica, eram anistiados, depois de Jacareacanga e Aragarças (p. 162). Os impulsos juvenis da UNE eram contidos na greve dos bondes em 1956, no Rio de Janeiro (p. 167), mas o Governo também impedia a “Marcha da Produção” ordenada pelos cafeicultores paulistas, desgostosos com o efeito de medidas cambiais da administração (p. 168). Os Estados Unidos recebiam a base de Fernando Noronha para a segurança do hemisfério (aqui a ala nacionalista do Exército reagiu e conseguiu que oficiais brasileiros participassem da missão — p. 174), porém o Governo permitia-se romper com o Fundo Monetário Internacional, cujo tratamento de choque para a economia brasileira era então repellido (p. 222). O desenvolvimentismo era implementado com o valioso concurso das Forças Armadas, mas também prosseguiam, a nível do EMFA, os estudos de Segurança Hemisférica propugnados pelo Cel. Golbery do Couto e Silva, cujas concepções seriam praticamente oficializadas depois de 1964. No fundo, era a idéia de troca, de compromisso, que repontava em toda linha, a partir da relação básica, também de compromisso, formulada tanto pelo populismo, situado entre o campo e a cidade, quanto pelo desenvolvimentismo, fixado, como o percebeu Celso Furtado, entre o novo e o velho.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Economia, Administração Paralela

Já no plano econômico, não me parece haja a autora de “O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política” conseguido a penetração dos capítulos anteriores. Justo, os segmentos econômicos e administrativos, estudados no capítulo V, *encaixam-se* no sistema político-militar, montado pela administração JK, a partir de sua confluência com as pretensões industrializantes do Exército e as aspirações dos partidos componentes do sistema, então estudados nessa perspectiva — o PTB, bem aquinhoado, apesar da inflação que corroía o valor real do salário das massas trabalhadoras, com a ampliação do mercado de trabalho nas cidades, e o PSD satisfeito com o regime de empreitadas do Ministério da Viação e a invencibilidade da estrutura agrária

mantida “in totum”.

Ocorrem senões, todavia: a administração paralela, objeto de uma decisão política de Juscelino, antes do início de sua administração — o semanário *Politika* focalizou-a muito bem há alguns anos, mostrando a assistência então oferecida a JK pelo Alnte. Amaral Peixoto e pessoal do ISEB —, não teve em vista a “informação difusa” (???) para o sistema político visualizado pela autora (p. 203), com apoio em Celso Lafer, mas a pressa de Juscelino — muito mais que a ambição de poderes — em concretizar suas metas fora dos embaraços da clássica administração cartorial. Razões de ordem política afloravam determinando a indizível multiplicação dos Grupos de Trabalho e Executivos que, *sempre com o concurso de militares*, dominaram o período, visto como, nas palavras da profa. Benevides “uma reforma administrativa global levaria a uma confrontação direta com os interesses e preocupações (amplamente representados no Congresso) da ainda florescente política de clientela” (p. 214).

A Herança de Vargas

Precisa no estudo das conseqüências sobrevindas com a técnica juscelinista da delegação de poderes pois “assim Kubitschek criou instrumentos extra-constitucionais, uma forma sub-reptícia de obter delegação de poderes para a realização do Programa de Metas, que jamais teria sido possível se tivesse que passar pelos tradicionais processos de tramitação legislativa, caracterizados pelas longas negociações, entraves oposicionistas, etc.” (pp. 225/6) —, onde a autora de “O Governo Kubitschek” se confunde é no enfoque da contribuição do planejamento montado por Vargas, através da Assessoria Econômica da Presidência da República, sob o comando da dupla Rômulo de Almeida — Jesus Soares Pereira, ao programa de metas do juscelinismo. A sentença da página 212, é taxativa e engloba na mesma condenação — apesar do advérbio *quase* — os Governos Dutra, Vargas e Café Filho, flagrante injustiça ao menos para o segundo, sob todos aspectos superior aos dois outros:

“O agravamento das condições econômicas decorria, em parte, da quase total ausência de racionalidade programadora no processo de formulação da política econômica e na condução dos negócios do Estado, que se constituíram na marca registrada dos governos anteriores”.

Para não aludirmos à p. 225, onde há referência expressa a “uma equipe de técnicos já testada nos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e no grupo CEPAL/BNDE, e nos quadros da Fundação Getúlio Vargas, os quais deram origem à elaboração do Programa de Metas”, veja-se à p. 232 o que sustenta a autora:

“O Programa de Metas incorporou projetos da Comissão Mista ainda não implementados. Essa incorporação decorria de uma estratégia fixada: aproveitar os projetos já publicados, com estudo de viabilidade já definido, etc., que teriam, portanto, maiores chances de conseguir financiamento externo”.

Onde, pois, a verdade? Cremos que, evidentemente, na segunda colocação reafirmada por Rômulo de Almeida em recente entrevista a "Veja". Sem o que Vargas, apesar de envolvido por sucessivas crises, logrou efetivar, em matéria de planejamento com o Grupo Itatiaia, em elaboração de projetos com a equipe CEPAL/BNDE em 1952, em estabilização financeira e valorização dos nossos produtos, com o plano Lafer, e racionalização dos serviços públicos com o DASP, seria difícil imaginarmos o sucesso do Plano de Metas do Governo Juscelino, também sob esse aspecto uma construção histórica por que restrita a uma fase que teve seus antecedentes.

ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

De Neo-Capitalismo ao ISEB

O papel de Juscelino teria sido mais, ao alargar sua base de sustentação político-militar, evitar os aspectos polêmicos do varguismo e reduzir a agressividade do nacionalismo deste, substituindo-o por um esquema de maior participação do capital estrangeiro tornado possível porque, com seu advento, e nas palavras sempre exatas de Thomas Skidmore, "o segredo residia em encontrar alguma coisa para cada um, enquanto evitava qualquer conflito direto com seus inimigos" (p. 199).

Nesse ponto, assiste razão à profa. Maria Victória quando desperta para o êxito da política de diversificação das fontes externas de obtenção de capital em que se apoiou a administração JK que, conhecendo as ambigüidades dos Estados Unidos, com relação à industrialização brasileira, soube, *poli-centricamente*, atrair capitais japoneses e holandeses para a construção naval, japoneses para a siderurgia, alemães e franceses para a indústria automobilística (p. 237).

O tipo de desenvolvimento neo-capitalista articulado pelo quinquênio JK, teve, nada obstante os êxitos e otimismo que soube inspirar, marcantes contradições. Uma delas, o aprofundamento das disparidades regionais analisadas por Roland Corbisier em "Reforma ou Revolução" é praticamente ignorada por MVMB, embora precisemos convir — como tenho sempre assinalado — que a incrementação das Ligas Camponesas e o radicalismo brizolista provieram daí.

Da mesma forma, "O Governo Kubitschek — Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política" considera muito de raspão — uma ou duas páginas apenas! — o papel do ISEB, cuja ideologia do desenvolvimento não se restringiu ao terreno cultural (p. 224), como o imagina a autora, pois, abrangendo a formulação de "Um Projeto para o Brasil" é fora de dúvida ter sua ação incorporado importantes aspectos político-econômicos do Governo JK, a partir do célebre apelo dirigido à burguesia nacional, por Hélio Jaguaribe, em janeiro de 1956.

Esses reparos não invalidam o que de sério, a nível de História-Presente e Ciência Política, se contém, no ensaio que ora comentamos. Seu maior mérito reside na fidelidade ao tema central da obra — o Governo Juscelino como ponto ótimo do po-

pulismo e construção política “en passant” — também estendido ao terreno econômico e administrativo:

“Nesta conclusão, portanto, avulta o duplo papel da política econômica desenvolvimentista — se por um lado ela foi extremamente eficiente para garantir a estabilidade do período (ponto de convergência de todos os interesses), por outro lado seus próprios frutos lançam as bases da instabilidade futura. Assim, se a administração paralela, o recurso à inflação e ao capital estrangeiro foram as alternativas mais viáveis dentro do sistema político vigente, consolidando o desenvolvimento industrial, garantindo a estabilidade política, aqueles mesmos recursos esgotaram sua eficácia no período” (p. 253, grifos da autora).

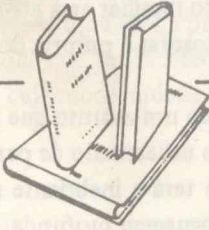
A ARTE RUPESTRE NOS VELHOS CARIRIS

Ruth Trindade de Almeida

Ao se propor iniciar um trabalho de pesquisa para levantamento dos sítios rupestres da Paraíba, a autora enseja, com esta obra, uma valiosa contribuição para o estudo de alguns aspectos da pré-história paraibana, através de substancioso material sobre uma das mais milenares manifestações artísticas.



Recente lançamento da Editora Universitária/UFPB



LIVROS

Título : CICLAGEM DE MINERAIS EM UM ECOSISTEMA DE FLORESTA TROPICAL ÚMIDA

Autores : GOLLEY, McGINNIS, CLEMENTS, CHILD e DUEVER

Editora : E.P.U./EDUSP

A implantação de uma ciclagem de minerais em um ecossistema de floresta tropical úmida com vista à preservação mais racional porque cientificamente elaborada, é aqui defendida por uma equipe de pesquisadores num trabalho de profunda pesquisa científica.

A floresta tropical pluvial é talvez o melhor exemplo de um ecossistema auto-mantido, homeostático. Sua existência em equilíbrio com o próprio meio perduraria indiferentemente não fora o impacto do homem civilizado perturbando o balanço de modo tão profundo que a existência do sistema por mais dezenas de anos é duvidosa. O aspecto da floresta pluvial em que sua característica de perfeito equilíbrio se demonstra claramente é o dos seus ciclos minerais, organizados de tal forma que a vegetação luxuriante pode existir em solos tão pobres de nutrientes que, uma vez destruída a floresta, a agricultura permanente é difícil ou impossível de manter. A manutenção da floresta nessas circunstâncias é possível porque o capital em minerais do sistema é reciclado tão eficientemente que, a despeito da pesada queda pluvial durante todo o ano, somente pequenas quantidades de elementos são transportados nas águas de drenagem.

Título : INTRODUÇÃO AO PENSAR

Autor : BUZZI, R. Arcângelo

Editora : VOZES

Já na sua 7ª edição, esse livro continua fadado a um grande sucesso editorial pela natureza e objetivo de seu conteúdo. É uma obra de interesse geral onde o autor coloca ao alcance do leigo aquilo que os especialistas consideravam área particular, vedada aos não iniciados.

Quem não se sente atraído pelos mistérios da própria mente? Arcângelo Buzzi, partindo da idéia de Wittgenstein, de que a filosofia não é uma doutrina mas uma

atividade, mostra o quanto pertence a todos e nos é no fundo familiar essa atividade essencialmente humana e que a faculdade - ou atividade - de filosofar é própria do homem no sentido realmente prático e não apenas teórico.

Introdução ao Pensar é um livro bem feito. Aborda um assunto que se revela cada vez mais importante para o homem contemporâneo tão necessitado de permutar o automatismo mecanicista pelo mundo do pensamento onde terá a inebriante sensação de reencontrar o ser, o conhecimento da realidade e de sua linguagem profunda.

Título : O ROMANCE DE JOSÉ LINS DO REGO
Autor : SOBREIRA, Ivan Bichara
Editora : UNIVERSITÁRIA/UFPb

“O que José Lins do Rego trouxe de novo foi, em primeiro lugar, a convicção da dignidade do ofício de escrever, como forma de realizar uma tarefa ou um destino; foi a visão pessoal, sua, inconfundivelmente sua, do universo que ele fingiu, nascido da memória, da intuição poética e do lirismo mal comportado...”

Nessas palavras de Ivan Bichara Sobreira encontram-se as linhas mestras de seu método de abordagem da obra de José Lins do Rego. Sobre o Autor de “Menino de Engenho” – tema literário e humano dos mais complexos – o ensaísta Bichara Sobreira afirma, com razão, que contribuiu com sua obra para “a abertura de novos caminhos, na tentativa de decifração do mundo contemporâneo”.

Nenhum outro produto brasileiro teve, como o açúcar, presença tão expressiva na literatura, graças à importante seqüência de romances que o próprio José Lins do Rego denominou de **Ciclo da Cana-de-Açúcar**. E toda a parte mais pungente dessa obra – agora estudada em profundidade por Ivan Bichara Sobreira, em “O romance de José Lins do Rego” – É uma constante evocação da paisagem nordestina (especificamente, paraibana), com suas histórias ligadas às casas-grandes, aos engenhos e aos canaviais, aos meninos de Engenho e aos moleques de bagaceira, é gente sofrida, triste e, em certa medida, heróica do Nordeste.

Ivan Bichara Sobreira se mostra – embora tenha escrito um livro em português corrente e não em “critiquês” (linguagem de fabricação, que o próprio Zé Lins abominaria) – um crítico modernamente aparelhado para, sempre apegado ao texto, oferecer um levantamento fascinante da obra do autor dos romances dos bangüês e das usinas, acentuando a visão do mundo do autor de “Fogo Morto”, que sempre praticou a Literatura como algo muito próximo da vida. Embora não se trate de obra ostensivamente – ou limitadamente – didática, este livro se recomenda em especial ao professor esclarecido, ao aluno sensível, mas será lido com encanto e proveito por qualquer pessoa, mesmo não comprometida diretamente com a chamada coisa literária. Bichara So-

breira oferece uma viva e precisa imagem da própria evolução literária brasileira, num de seus períodos de maior efervescência e afirmação criativa, a partir da obra de José Lins do Rego, cuja modernidade e atualidade soube colocar em relevo. (Edilberto Coutinho).

Título : VIGIAR E PUNIR
Autor : FOUCAULT, Michel
Editora : VOZES

ALMIR E MARGARIDA
Avenida ... - Janguabe
C. 58.000 - JORNAL PESSOA - PB

A evolução histórica da legislação penal com seus métodos e meios coercitivos e punitivos adotados pelo poder público na repressão da delinquência, desde os séculos passados até as modernas instituições correccionais dos nossos dias, constitui o importante tema desse não menos importante livro.

É um estudo, fartamente documentado, em que seu autor aborda o grave problema da criminalidade em suas diversas épocas da História, estabelecendo análises comparativas de suas leis penais. São 277 páginas de contagiante leitura, sobretudo para aqueles que, de uma forma ou de outra, se mostram preocupados com a complexidade que o assunto suscita.

Título : MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Autor : PATTON, W.J.
Editora : E.P.U./EDUSP

O acelerado ritmo da construção civil no mundo, e particularmente no Brasil, tem procurado acompanhar paralelamente o extraordinário desenvolvimento da indústria de construção, obrigando o profissional a manter-se constantemente informado sobre as últimas novidades do ramo.

Voltado para o interesse dos que lidam com essa crescente atividade, W.J. Patton elaborou uma obra profusamente ilustrada de fotografias, gráficos e tabelas e que se constitui num atualizado manual de consulta. Nele o profissional encontra, em forma sistemática e em linguagem acessível, uma visão geral dos materiais de construção presentemente em uso e dos respectivos processos de Aplicação. Além dos tradicionais (concreto, madeira, vidro, cerâmica, etc.), são também abordados aqui os modernos produtos sintéticos utilizados para estruturas cobertas, pisos e revestimentos.

O QUE HÁ DE NOVO NAS LIVRARIAS

EDITORA VOZES/Petrópolis

TÉCNICAS DE CODIFICAÇÃO EM JORNALISMO, de Mário L. Erbolato

A CRIATIVIDADE E PROCESSOS DE CRIAÇÃO, de Fayga Ostrower

ANAIS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, de José Feliciano Fernandes Pinheiro

EDITORA NOVA FRONTEIRA/Rio

FLOR DE POEMAS, de Cecília Meireles

ÁRVORE DO MUNDO, de Carlos Nejar

LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO EDITORA/Rio

DISCURSO DE PRIMAVERA E ALGUMAS SOMBRAS, de Carlos Drummond de Andrade

FAÇANHAS DO CAVALO VOADOR, de Luis Jardim

VERÃO NO AQUÁRIO, de Lygia Fagundes Telles

LIVRARIA AGIR EDITORA/Rio

MELEAGRO, de Luís da Câmara Cascudo

EDITORA GLOBO/Porto Alegre

O LIVRO DE AREIA, de Jorge Luís Borges

LIVROS QUE REVOLUCIONARAM O MUNDO, de Robert B. Downs

EDITORA ÁTICA/São Paulo

A CONSTRUÇÃO DO ROMANCE EM GUIMARÃES ROSAS, de Wendel Santos

A TEIA DE ARANHA, de Álvaro Cardoso Gomes

A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES, de Florestan Fernandes

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO — 58.000 — João Pessoa-PB

Desejo assinatura (s) da Revista Horizonte
Encaminhamento pagamento correspondente, em nome da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

- por cheque nominal n.º _____ do Banco _____
- por ordem de pagamento n.º _____ do Banco _____
- por vale postal n.º _____

Nome: ALMIR E MARGARIDA

Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe

Endereço: CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

Bairro: _____ Caixa Postal _____ Telefone: _____

CEP: _____ Estado ALMIR E MARGARIDA Cidade _____

Data: _____ / _____ / _____
Avenida Vasco da Gama, 530 - Jaguaribe
CEP 58.000 - JOÃO PESSOA - PB

(Assinatura anual: Cr\$ 160,00)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
EDITORIA UNIVERSITÁRIA
CAMPUS UNIVERSITÁRIO – 58.000 – João Pessoa-PB

Formulário Para Pedido de
Publicações avulsas

Quant	Código da publicação	Valor unitário	Valor total
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

– Encaminhe pagamento correspondente, em nome da **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

- por cheque nominal n.º _____ do Banco _____
- por ordem de pagamento n.º _____ do Banco _____
- por vale postal n.º _____

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal _____ Telefone _____

CEP: _____ Cidade _____ Estado _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor

Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque

Vice-Reitor

Orlando Cavalcanti Gomes

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Antonio Maria Amazonas Mac Dowell

Pró-Reitor Administrativo

Serafim Rodriguez Martinez

Pró-Reitor de Graduação

José Ferreira Ramos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Álvaro Braga de Abreu e Silva

Pró-Reitor Para Assuntos Comunitários

Iveraldo Lucena da Costa

Pró-Reitor Para Assuntos do Interior

Sebastião Guimarães Vieira

Diretores de Centros

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Milton Ferreira de Paiva

Centro de Ciências Sociais e Aplicadas

Berilo Ramos Borba

Centro de Tecnologia

Valdez Borges Soares

Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Modesto Siebra Coelho

Centro de Ciências da Saúde

Norberto de Castro Nogueira Filho

Centro de Ciências e Tecnologia

Geraldo Nunes Sobrinho

Centro de Humanidades

Ailton Eliziário de Souza

Centro de Formação de Tecnólogos

Alfrio da Trindade Leite

Centro de Ciências Agrárias

Normando Melquiades de Araújo

Pede-se permuta.
Pidese canje.
On demande l'échange.
We ask for exchange.
Man bittet um Austausch.
Si richiede lo scambio.

للمادة

נא לשלוח בחליפין.

御交換を乞ふ

Կը խնդրուի փոխանակել



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA